

Sumário

<i>Longe do crescimento sustentado</i>	<i>3</i>
<i>Desempenho econômico da Bahia</i>	<i>5</i>
<i>Início de ano: observação do cenário internacional e análise do setor externo brasileiro em 2003</i>	<i>13</i>
<i>A Bahia no comércio internacional: a participação na ALCA</i>	<i>22</i>
<i>Turismo interno: no compasso da economia</i>	<i>28</i>
<i>Planejamento regional e cidade sustentável</i>	<i>31</i>
<i>RESENHA: As cidades na economia mundial</i>	<i>36</i>
<i>Investimentos industriais previstos no estado da Bahia</i>	<i>41</i>
<i>Grifos</i>	<i>44</i>
<i>Indicadores conjunturais</i>	<i>51</i>

Longe do Crescimento Sustentado

A retração de 0,2% no PIB em 2003, segundo o IBGE, primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva, é o pior resultado registrado pela economia brasileira desde 1992, quando o PIB caiu 0,5%. Com esse resultado, puxado principalmente pela queda no consumo das famílias (3,3%) e no investimento (6,6%), constata-se a estagnação da economia brasileira que apresentou, nos últimos três anos, taxa média de crescimento de apenas 1,0%.

As causas desse pífio desempenho econômico foram as políticas monetária e fiscal restritivas adotadas pelo governo visando a controlar a inflação. A continuidade dessa política em 2004, como a manutenção da taxa básica de juros em 16,5% desde dezembro, pode comprometer as previsões de crescimento do PIB feitas pelo governo, que variam de 3,5% a 4,0%.

A queda na taxa de juros, expansão do crédito, crescimento das exportações e pequena elevação no nível de emprego são fatores que podem assegurar o crescimento deste ano. Esses fatores não são suficientes para que a economia cresça de maneira sustentável. Outras variáveis desse processo, como a taxa de investimento em relação ao PIB, vêm registrando níveis incompatíveis para o crescimento sustentado, como por exemplo o desempenho de 2003.

As razões da queda na taxa de investimento estão diretamente relacionadas à instabilidade gerada pelos desequilíbrios macroeconômicos, tanto interno (dívida elevada), quanto externo (déficit em conta corrente). Essa combinação de fatores provocou redução generalizada nos investimentos públicos e privados. Em 2003, os desembolsos do BNDES caíram em mais de R\$ 10

NÚCLEO DE CONJUNTURA DA SEI *

bilhões e os investimentos diretos estrangeiros, que apresentavam fluxos positivos ao longo das últimas décadas, diante da mudança política e das indefinições das medidas regulatórias, se reduziram fortemente.

A queda na taxa de investimento, nos últimos anos, aproximou o PIB efetivo do PIB potencial. O produto potencial significa uma estimativa do nível que o PIB efetivo alcançaria se a economia operasse a pleno emprego. A diferença entre o PIB potencial e o efetivo é chamada de *hiato do produto* e serve para representar o nível de capacidade ociosa da economia. Um retrato atual dessa situação é o setor de bens intermediários em diversos ramos (papel e celulose, borracha, siderurgia), sem falar no setor elétrico, operando no limite da sua capacidade, portanto sem ociosidade.

O quadro atual, então, mostra que não há chances para o PIB voltar a crescer de maneira sustentada (5% a 6% ao ano) sem criar problemas inflacionários ou no balanço de pagamentos. Para que a economia volte a crescer de modo sustentado, o nível de investimento deve se elevar consideravelmente em relação à situação atual (17%), eliminando os gargalos de oferta, aumentando, conseqüentemente, o produto potencial. Teoricamente, a taxa de investimento que deveria compatibilizar esse crescimento seria em torno de 22% do PIB.

Do ponto de vista social, as baixas taxas de investimento contribuíram para a queda na renda do trabalhador e o aumento do desemprego. Na teoria econômica existe uma relação inversa entre crescimento e desemprego, ou seja, um *trade-off*: um ponto percentual a mais de crescimento representa, a depender do estágio tecnológico da economia, em uma redução na taxa de desemprego e vice-versa.

As taxas de crescimento medíocres registradas na primeira década do século XXI, em torno de 1,0%, agravaram o problema do desemprego, cuja taxa passou de 11,7%, em 2002, para 12,3%, em 2003. Portanto, sem investimento não existe crescimento, sem crescimento sustentável não há geração dos empregos necessários para absorção da nova força de trabalho e redução gradativa dos níveis de desemprego.

As causas para a insuficiente taxa de investimento são várias, mas podemos destacar as principais. Primeira, elevadas taxas de juros reais ou seja muito acima da taxa de retorno do capital produtivo. Segunda, poupança negativa do governo. E, a terceira causa, incerteza sobre o futuro comportamento da demanda agregada e o cumprimento do marco regulatório, por parte do governo, principalmente nos setores de infra-estrutura.

* Luiz Mario Ribeiro Vieira



As duas primeiras causas estão ligadas: a taxa de juro é alta porque existe déficit do governo. A falta de um sistema legal e de direitos de propriedade bem definidos eleva os riscos de qualquer atividade econômica, deprimindo os investimentos.

A importância de alguns princípios econômicos fundamentais, portanto, para o aumento da taxa de investimento e do crescimento sustentado são: níveis de inflação civilizados; disciplina fiscal que possibilite menor carga tributária; taxa de juros real adequada e sistema financeiro sólido e bem regulado para financiamento de investimentos de longa maturação. Obtidas essas condições, os investimentos, mediante um planejamento de longo prazo, deveriam ser direcionados para recuperação e ampliação da infra-estrutura, criando condições de competitividade e de expansão dos mercados.

Além das variáveis estritamente econômicas, existem outras variáveis associadas ao crescimento de longo prazo que precisam ser destacadas: a) variáveis demográficas, que abrangem desde a evolução da oferta de emprego até as necessidades do sistema de seguridade e do gasto social; b) variáveis educacionais ligadas ao capital humano, refletindo a capacidade de incorporação de tecnologias da mão-de-obra empregada. A medida mais usada para esta variável é o número de anos de escolaridade da força de trabalho.

Como vimos, o crescimento sustentável exige muito mais do que uma simples redução na taxa de juros e de um câmbio depreciado. O crescimento sustentável exige visão de longo prazo, ou seja, planejamento estratégico. Portanto, manter um crescimento do PIB entre 5% e 6% não é uma tarefa trivial. A sociedade brasileira deve exigir o crescimento sustentável, no qual a geração de emprego e renda são indispensáveis. Caso contrário, vamos entrar na terceira década perdida e a primeira do século XXI.



DESEMPENHO
ECONÔMICO
da BAHIA



O desempenho da produção industrial, no acumulado do ano de 2003, obteve resultado negativo, desempenho semelhante ao do volume de vendas do varejo que durante todo o ano, à exceção de dezembro, manteve uma trajetória de queda. Os baixos rendimentos reais e as elevadas taxas de juros se colocaram como os principais fatores que restringiram o consumo. Diante da conjuntura adversa, o IMEC, em Salvador, apresenta variação positiva no acumulado do ano até dezembro (0,8%). Por outro lado, tem-se, como fator de estímulo à produção, os resultados significativos das exportações e do setor agropecuário.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano até dezembro, taxa negativa de 2,5% em relação ao mesmo período de 2002. O desempenho da indústria química (-3,5%), produtos alimentares (-7,5%) e produtos de matérias plásticas (-21,6%) foram determinantes na formação da taxa da indústria de transformação. Por outro lado, influenciaram positivamente os resultados dos gêneros de metalurgia (6,5%), têxtil (13,0%), borracha (16,6%).

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas, no acumulado do ano de 2003, apresentou taxa negativa de 5,6%. Todos os segmentos do varejo registraram taxa negativa no período: destacam-se o decréscimo nas vendas físicas de tecidos, vestuário e calçados (-8,8%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-8,0%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumulam acréscimo de 12,0% no ano, retornando aos níveis de fevereiro de 2003.

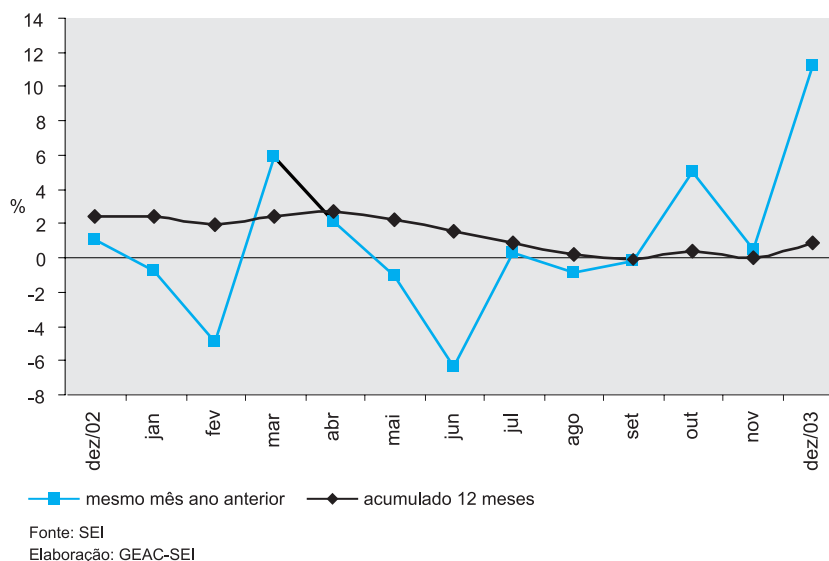
No comércio exterior, o ano de 2004 manteve o mesmo desempenho comparado com 2003. Segundo dados do SECEX-MDIC, no período compreendido no mês de janeiro, as exportações cresceram 14,0% e as importações recuaram 11,3%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Com esse resultado, a balança comercial encerrou o período com saldo de US\$ 59,2 milhões.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, que registrou inflação de 0,9% em janeiro de 2004, obteve variação de 0,29% em fevereiro. Nesse mesmo mês, em 2003, o IPC-SEI teve alta de 1,3%. No período de janeiro a fevereiro, Salvador apresentou alta nos preços de 1,2%. Neste período, o grupo 'artigos de residência' é o único que apresenta variação negativa (-1,2%).

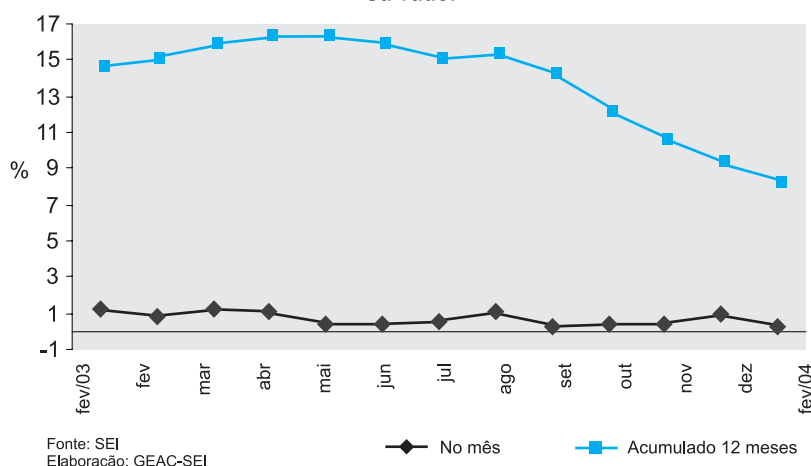
Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS (26,0%), em janeiro de 2004, ficou estável em relação a dezembro de 2003. No que se refere à taxa de desemprego aberto, caiu de 15,1%, em dezembro, para 14,9%, em janeiro de 2004. No mesmo período, observou-se queda da taxa de participação da PEA em relação à PLA: de 62,9% para 62,4%. O número de ocupados registrou queda de 0,6% (de 1.254 para 1.246 pessoas) e houve um decréscimo na PEA de 0,6%.

O Indicador de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), que indica a tendência da atividade econômica do município, mostrou que o mês de dezembro de 2003, em comparação com o mesmo mês do ano anterior, registrou crescimento de 11,2%. No acumulado dos últimos 12 meses, o resultado apresenta-se com taxa zero (0,9%), indicando estabilidade no nível de atividade econômica de Salvador.

**Índice de Movimentação Econômica - IMEC
Salvador**



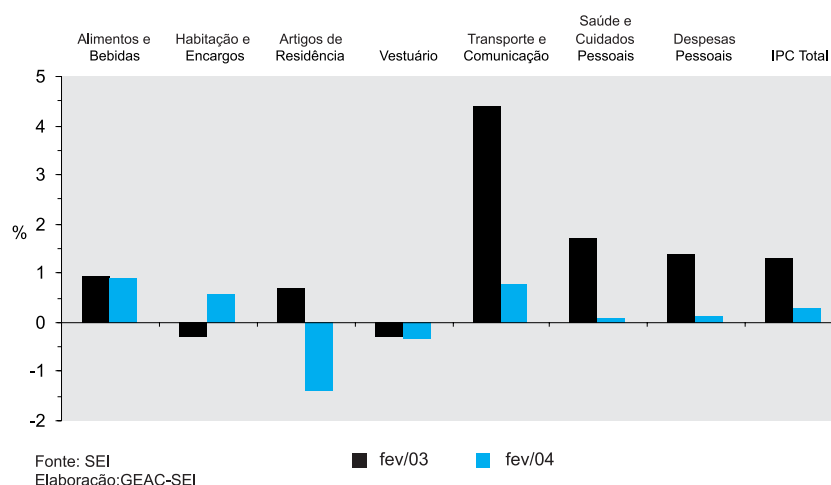
**Taxa de variação do IPC-SEI
Salvador**



O índice de preços ao consumidor (IPC) – divulgado pela SEI –, registrou, em fevereiro alta de 0,3% nos preços. No acumulado dos 12 meses, o resultado ficou em 8,3%. Os grupos 'alimentos e bebidas' (8,9%), 'despesas pessoais' (9,1%) e 'artigos de residência' (10,9%) foram os que mais pressionaram o índice. 'Transporte e comunicação' (5,4%) e 'vestuário' (4,2%) foram os que menos influenciaram o índice.

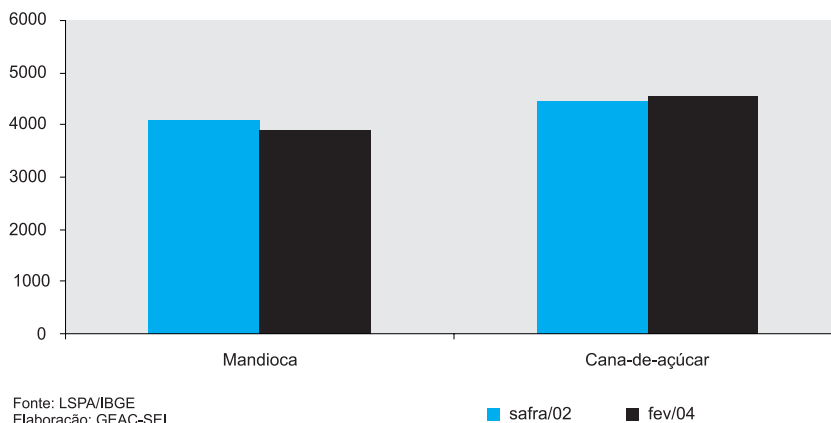
No mês de fevereiro, os grupos 'alimentos e bebidas' (0,9%) e 'transporte e comunicação' (0,8%), foram os que apresentaram as maiores variações. O item 'hortaliças e verduras' apresentou alta de (8,4%) e o item 'leitura e papelaria' alta de (3,4%). Os itens 'artigos de residência' e 'vestuário' apresentaram queda na comparação com o mesmo período de 2002, com taxas de (-1,4%) e (-0,3%) respectivamente.

**Taxa de variação do IPC-SEI
Grupos selecionados - Salvador**

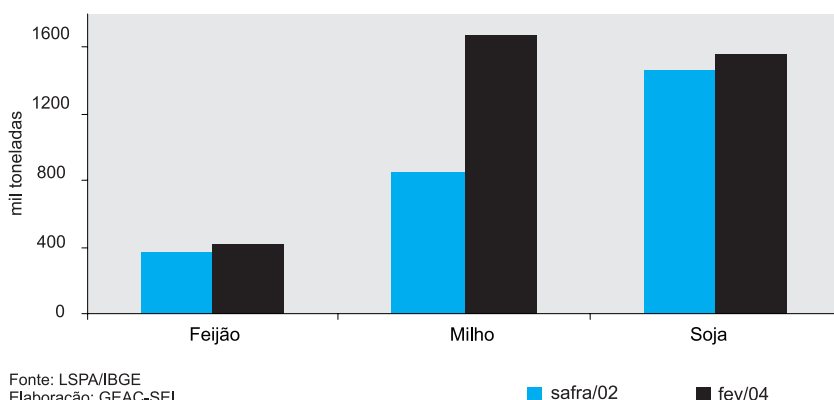


As estimativas do LSPA/IBGE para a safra 2003, realizadas em fevereiro de 2004, reafirmam a queda da produção de mandioca. Comparando-se à safra 2002, tem-se a produção 4,4% inferior, reflexo do clima desfavorável (secas) e preços baixos da raiz, ainda em 2002. A situação já afeta as casas de farinha baianas. A cana-de-açúcar apresenta elevação de produção de 2,7%, justificada pelo aumento da área plantada (3,1%) e pela manutenção das cotações de álcool no mercado interno.

Estimativa da produção agrícola Mandioca e Cana-de-Açúcar - Bahia



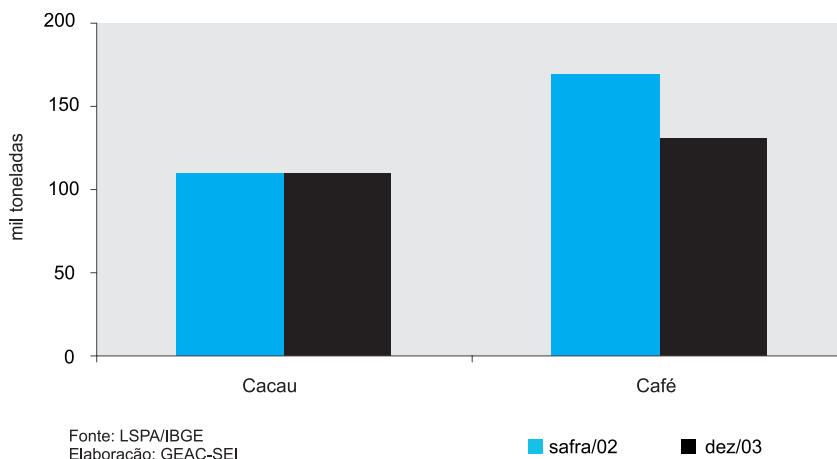
Estimativa da produção agrícola Feijão, milho e soja - Bahia



Para o feijão estima-se aumento da produção (11,8%) em relação à safra 2002, devido, sobretudo, ao aumento do rendimento (21,7%). Espera-se que as chuvas no final de 2003 e em 2004 confirmem tais expectativas. Para o milho as estimativas são de aumento de 96,1% da produção em 2003, em relação à safra anterior. A produção de soja apresenta aumento bem mais modesto (6,3%). Os números reforçam o movimento da soja para o milho e outros grãos, devido à incidência da ferrugem asiática nas lavouras de soja no oeste baiano.

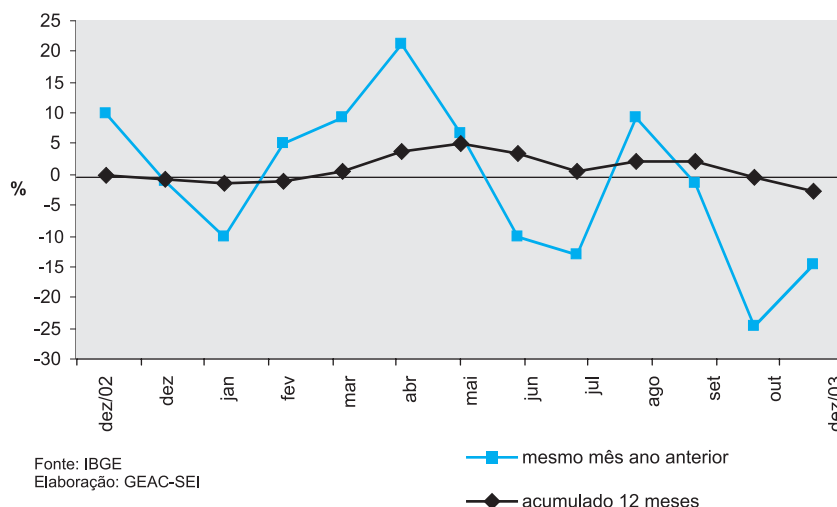
Para o cacau mantêm-se as estimativas no comparativo safra 2002/LSPA fevereiro 2004. A redução da área plantada (14,2%) é parcialmente compensada pelo aumento do rendimento (0,9%), fruto das técnicas combativas às pragas dos cacauais. Para o café reafirma-se a queda de 23,3% da produção. Altos estoques e baixo consumo justificam os números. O fenômeno, verificado em outros estados produtores, suscita medida medidas de estímulo ao consumo e à qualificação da produção para exportação.

Estimativa da produção agrícola Cacau e café - Bahia

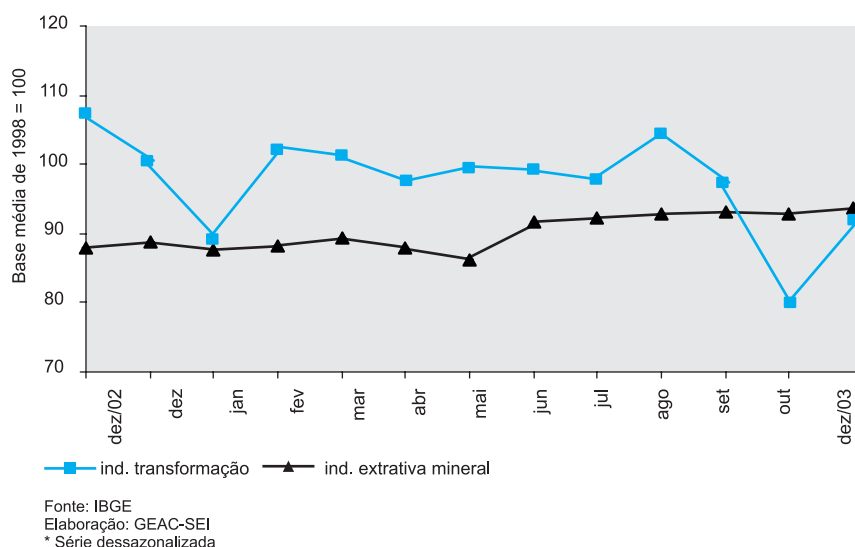


A indústria de transformação baiana apresentou em dezembro, queda de 14,3% na comparação com o mesmo mês em 2002. Desempenho semelhante ocorreu em novembro, quando a taxa ficou em (-24,1%). No acumulado do ano, a indústria de transformação apresentou queda de 2,5% na comparação com o mesmo período de 2002. Esse desempenho é decorrente da queda verificada na indústria química, devido a paradas na refinaria Landulfo Alves.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



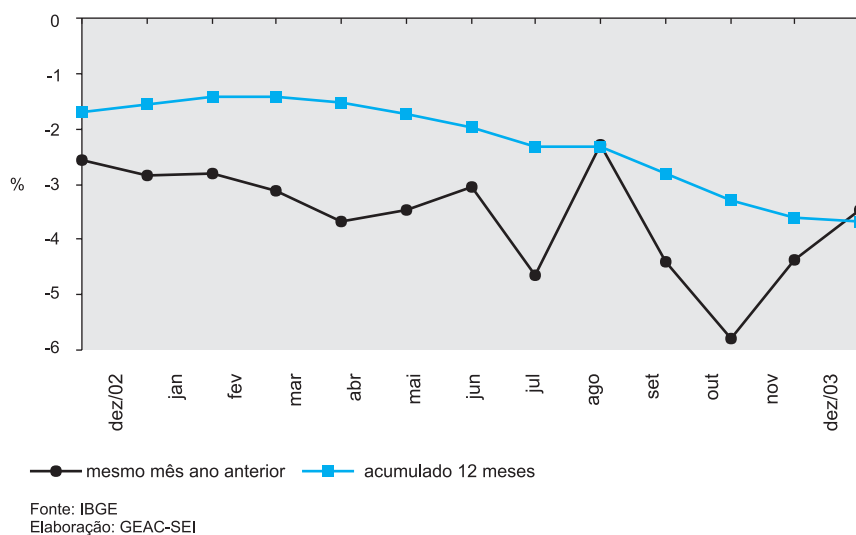
Índice de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral* - Bahia



A série livre de influências sazonais da indústria de transformação, em dezembro, mostrou um crescimento de 15,9% na comparação com novembro. Esse resultado reverteu a trajetória de queda iniciada no mês de outubro. O setor extrativo mineral apresentou no mesmo mês, crescimento de 1,2% em relação a novembro, mantendo a estabilidade verificada no decorrer do ano.

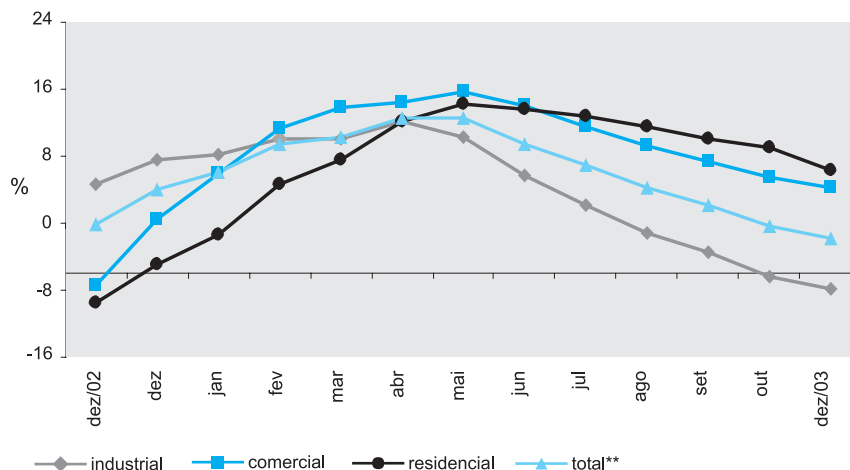
O emprego da indústria de transformação baiana fechou o ano com queda de 3,7%. Esse resultado mantém a forte tendência de queda no nível de emprego da indústria baiana verificada no durante o ano de 2003. Na comparação mensal, o emprego teve queda de 3,5% no mês de dezembro/03 em relação a dezembro de 2002.

Taxa de variação do pessoal ocupado da indústria de transformação - Bahia



O consumo de energia elétrica no estado da Bahia fechou o ano com crescimento de 3,5% na comparação com o mesmo período de 2002. Apesar do crescimento, esse número reflete a tendência de queda no acumulado dos doze meses, iniciada a partir de julho de 2003. O consumo industrial apresentou queda de 1,5%, o comercial crescimento de 8,1% e o residencial crescimento de 9,9%, todos no acumulado dos doze meses.

Taxa de variação do consumo de energia elétrica*
Bahia



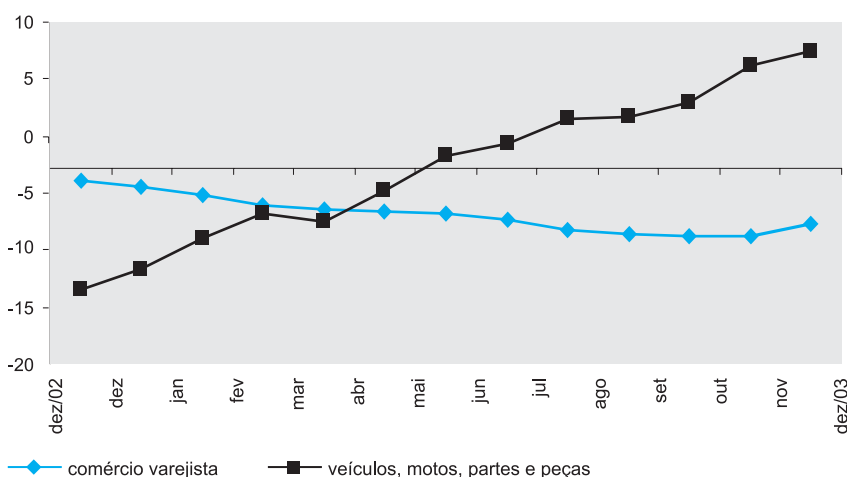
Fonte: COELBA/CO/CTM

Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

** Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária
O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo*
Bahia



Fonte: PMC-IBGE

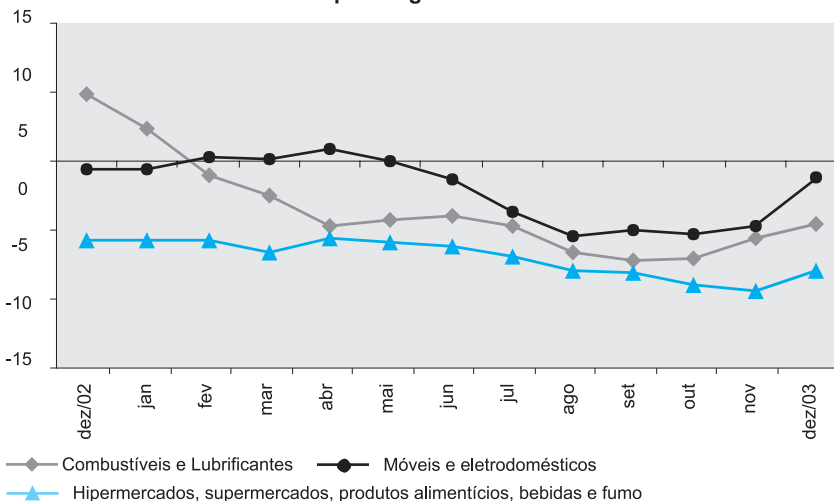
Elaboração: GEAC/SEI

* Acumulado nos últimos 12 meses

Segundo dados da Pesquisa do Comércio (IBGE), em dezembro, o volume de vendas do comércio varejista registrou desempenho positivo de 5,4% comparado com dezembro de 2002. No acumulado dos últimos 12 meses, as vendas físicas mantiveram a taxa negativa em 5,6%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças registraram acréscimo de 21,2% em relação ao mês de dezembro de 2002, acumulando variação positiva de 12,0% nos últimos 12 meses.

O segmento de 'Tecidos, vestuário e calçados' foi o único setor no mês de dezembro de 2003 a apresentar retração de 3,3% em relação a igual mês do ano anterior. Este segmento acumula recuo de 8,8% nos últimos 12 meses, comparado ao mês de dezembro de 2002. Todos os segmentos do varejo acumulam queda no período.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo*
Principais segmentos - Bahia



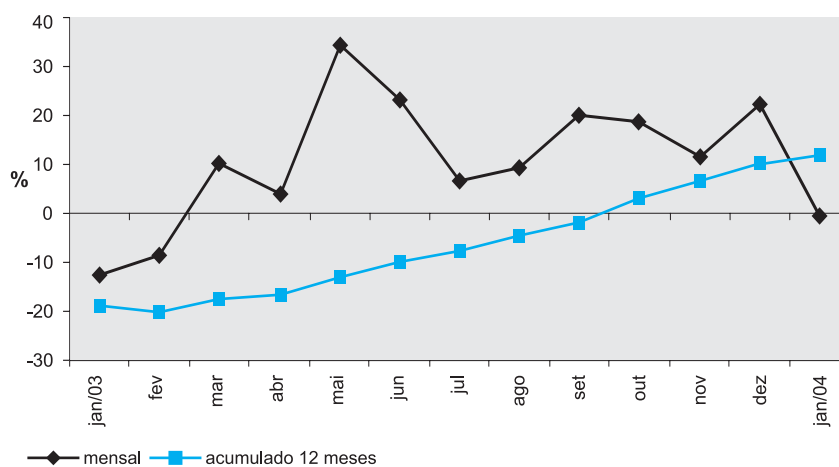
Fonte: PMC-IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

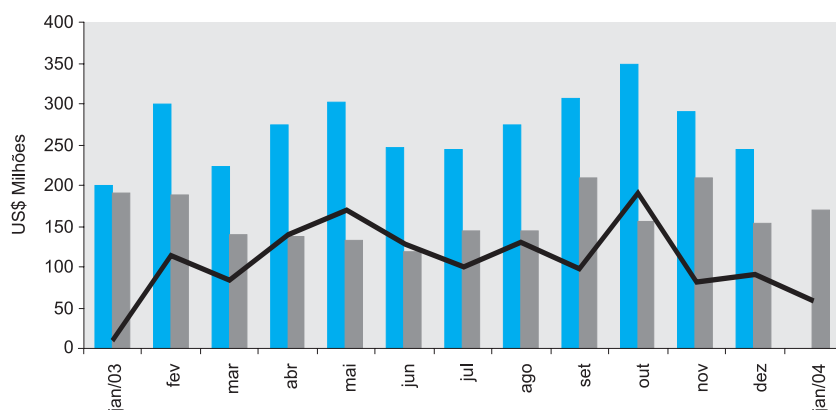
* Acumulado nos últimos 12 meses

A inadimplência, medida pelo número de cheques sem fundos, iniciou o ano de 2004 com queda de 0,6% em janeiro na comparação com o mesmo mês em 2003. Apesar da queda verificada no mês, no acumulado dos doze meses, a taxa continua crescendo, alcançando o seu nível mais alto (11,45%) desde março de 2002, quando a taxa nos doze meses havia alcançado 13,5%.

Quantidade de cheques sem fundos
Bahia



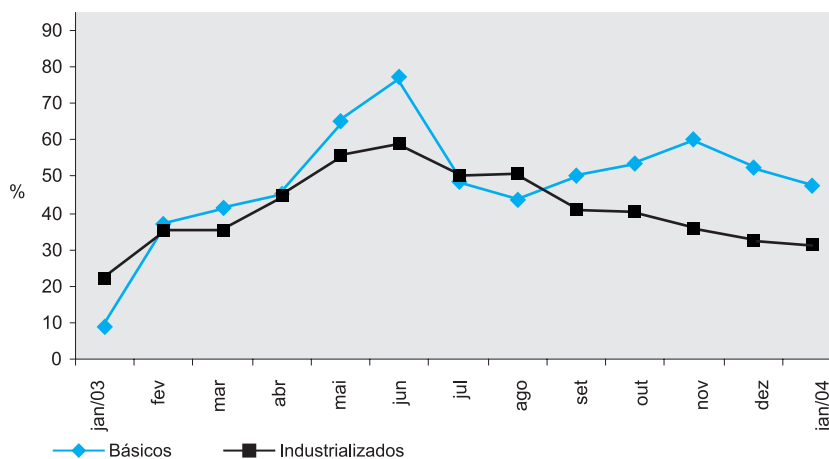
Balança comercial
Bahia



A balança comercial da Bahia registrou, em janeiro de 2004, um superávit de US\$ 58,2 milhões, em decorrência tanto do acréscimo das exportações, que alcançaram US\$ 228,1 milhões (13,5% em relação a janeiro de 2003), enquanto que as importações registraram US\$ 169,9 milhões (-11,3%). O aumento expressivo das exportações deve-se, principalmente, ao aumento das compras de produtos básicos e industrializados.

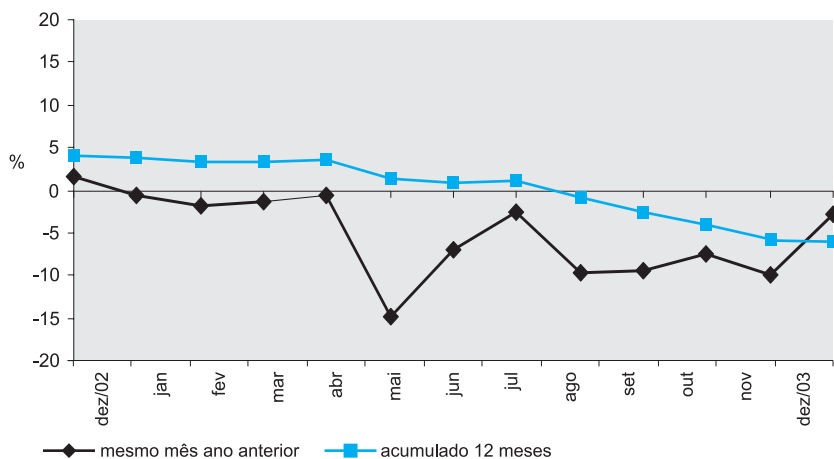
No acumulado dos últimos doze meses, o resultado das exportações baianas por fator agregado, tem apresentado crescimento nos produtos básicos (47,4%) e industrializados (31,6%). Esse resultado foi devido, principalmente, a alta dos preços das commodities no mercado internacional e dos acordos comerciais com mercados não-tradicionais.

Taxa de Variação das Exportações Baianas por Fator Agregado*
Bahia



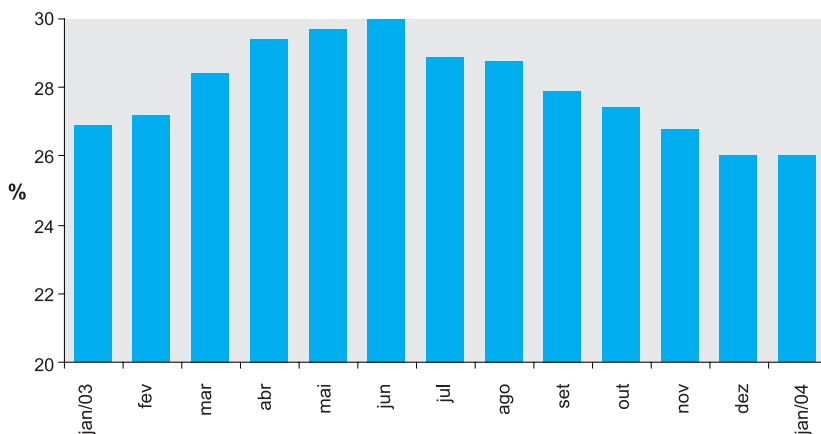
A arrecadação de ICMS no estado da Bahia foi da ordem de R\$ 491,6 milhões, apresentando uma queda de 2,8% na comparação com o mesmo mês de 2002 (em valores reais). No ano, a Bahia conseguiu arrecadar, através de seu principal imposto, R\$ 5.712 bilhões, sendo que apresentou uma queda de 6,0% na comparação com o mesmo período de 2002.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia



Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP
Elaboração: GEAC-SEI
Nota: Deflator IGP-DI

Taxa de desemprego total RMS

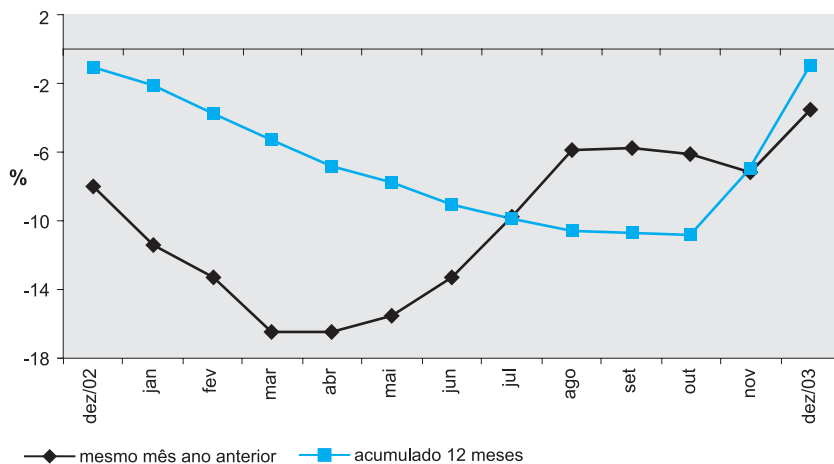


Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI

A taxa de desemprego total na RMS, medida pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), registrou variação de 26,0% em janeiro. Essa taxa revela estabilidade em relação a dezembro/03, o que não significa reversão de tendência, apenas revela diminuição da pressão ao mercado de trabalho verificada pelo crescimento dos que desistiram de procurar uma vaga no mesmo. Verifica-se redução de 0,9 p.p comparada a janeiro de 2003 (26,9%).

Segundo dados da PED, o rendimento médio real dos ocupados na RMS, referente ao mês de dezembro/03, apresentou redução de 3,5% em relação a dezembro/02. No acumulado dos últimos 12 meses, a curva manteve a tendência de queda, registrando taxa negativa de 0,95% até dezembro. Entretanto, verifica-se uma variação positiva de 3,6% entre novembro/03 e dezembro/03. Esses resultados indicam discreta melhora na renda do trabalhador baiano, considerando-se que o acumulado em doze meses até outubro sofreu redução de 7%.

Taxa de variação do rendimento médio real* RMS



Fonte: PED/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: GEAC-SEI
*Ocupados no trabalho principal

Início de ano: observação do cenário internacional e análise do setor externo brasileiro em 2003

BRENO LOBO*
VITOR FILGUEIRAS*

BRENO LOBO/VITOR FILGUEIRAS

INTRODUÇÃO

Iniciou-se, há pouco, mais um ano da Era pós-Cristo. Os “donos do mundo” – uma metáfora bem grosseira, mas com base objetiva – são, via de regra, adeptos de religiões que pleiteiam ser herdeiras de Jesus; mesmo quando não são, geralmente tomam o calendário cristão como parâmetro para suas ações. Destarte, as práticas cotidianas da imensa maioria das pessoas do planeta, em diversos níveis de intensidade, são condicionadas por essa convenção social de aferição de tempo.

Cada época do ano observa alguns acontecimentos sociais particulares. O seu início, por exemplo, tem as suas especificidades, a ver: primeiro de janeiro é feriado universal, as empresas estão fechando o balanço e iniciando nova temporada etc. Porém, algo que já se tornou um “clássico” costume entre os povos “civilizados”, neste período, é a enxurrada de previsões. Elas são de todas as ordens, desde o vencedor do Big Brother, passando pelo esperado fim do mundo, até o possível primeiro título brasileiro do Vitória da Bahia. Mesmo havendo sempre previsões muito interessantes para o futuro da humanidade, as que mais ganham espaço nos meios de comunicação são as que partem dos economistas.

* Texto apresentado na reunião do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC), em 04/02/04.

* Estudantes de Economia (FCE/UFBA), bolsistas do NEC. O texto foi produzido com colaboração e orientação de Celeste Maria Philigret Baptista, professora da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e coordenadora do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) e de Paulo Balanco, professor da FCE/UFBA e integrante do NEC.

Na realidade, os economistas estão sempre dispostos a fazer previsões e elas até já ganharam contornos folclóricos pelos equívocos fantásticos muitas vezes observados. A tradição remonta ao século XIX, com a famosa escassez de alimentos prevista por Malthus, o caro pastor puritano. Nas últimas décadas, o fenômeno do erro de antevisão se aprofundou, como podem testemunhar os países emergentes que apresentavam indicadores econômicos “sólidos” e eram cercados de previsões as mais otimistas (México 94, Sudeste Asiático 97, Brasil 98).

Sem pretender levar ao obscurantismo ou desconsiderar a possibilidade lógica de antever alguns aspectos da realidade futura com base em condições do presente, mas, pelo contrário, por observar fatores estruturais do sistema econômico atual, em especial o caráter muito instável¹ que o modo de produção capitalista tem apresentado no mundo com o advento da hegemonia do capital financeiro, um professor nos disse que a única previsão com grandes chances de se explicitar empiricamente é a que diz que todos os economistas vão errar suas previsões de começo de ano.

Na realidade, existem diversos tipos de previsão econômica, desde as “auto-realizáveis”, até as embasadas por análises de caráter estrutural, o que torna qualquer generalização injusta. Porém, não nos ateremos a este debate, apenas evocamos a questão para precaver o leitor quando este se deparar com alguns dos números que serão apresentados ao longo deste texto. Além de previsões, apresentaremos debates em curso, como o grande aumento da liquidez no mercado financeiro internacional e a desvalorização do dólar, e alguns resultados já disponíveis do ano passado, tanto para a economia mundial, como a recuperação norte-americana, quanto para o setor externo brasileiro, com o fechamento dos dados do balanço de pagamentos.

¹ Apesar do caráter intrinsecamente turbulento e cíclico, o modo de produção capitalista viveu um período de relativa estabilidade após a Segunda Guerra (quase 30 anos), fundamentalmente por conta de Bretton Woods e da expansão das forças produtivas então ocorrida.



DIVERSÃO NO CASSINO GLOBAL

O ano começou com grande animação nos mercados financeiros do mundo, principalmente nos países da periferia capitalista. A queda do “risco” e a previsão de crescimento econômico nesta área, além – ou principalmente – da atrativa diferença entre as taxas de juros que vigoram nas nações ditas emergentes em relação às oferecidas pelos Estados Unidos, estão atraindo muitos investidores.

Segundo o Ministério da Fazenda brasileiro, a economia do país vai crescer 3,5% em 2004. As autoridades nacionais, especialmente em ano de eleição, tendem a inflar previsões de números representativos como esse; porém Palocci não é o mais otimista. Para o IFI (Instituto de Finanças Internacionais), o PIB do Brasil vai crescer 3,7% este ano.² Neste começo de ano, a taxa de risco-Brasil (Embi+) caiu ao nível mais baixo em sete anos e o C-Bond (título da dívida brasileira) foi negociado pela primeira vez acima do seu valor de face. A Bovespa vem sendo uma das líderes na alta dos mercados no mundo (BOVESPA..., 2004).

As previsões otimistas não se restringem ao Brasil. Para a América Latina, a expectativa do IFI é que o crescimento médio do PIB seja de 3,4% e estima-se elevação de 5,3% para o conjunto dos emergentes. O instituto prevê aumento considerável da entrada de capitais internacionais (especulativos e produtivos) na periferia capitalista este ano, alcançando um total de US\$ 196,2 bilhões, mais de 5% de incremento em relação a 2003 e 50% superior a 2002.

Países como Polônia, México, Turquia, Venezuela e até Colômbia, assistem a queda significativa de seus índices de risco e grande ingresso de recursos. O fluxo de capital para os países emergentes é de tal monta que o Banco Central brasileiro, apesar de sua retórica enfática em defesa da determinação do câmbio pelo “mercado”, vem realizando operações constantes no mercado de câmbio. O BC viu-se impelido a efetivamente agir ante a ameaça de valorização abrupta do real, que poderia acarretar uma desestruturação da estratégia de formação de grandes superávits comerciais que vem sendo adotada pelo governo Lula³. Apenas entre os dias 8 e 28 de janeiro, o BC fez 25 intervenções no mercado de câmbio.

² A instituição condiciona o acerto de sua previsão com uma “pequena” ressalva, relativa a uma eventual elevação da taxa de juros norte-americana.

³ A tese aqui levantada, e que será mais detalhada na seção 5 do presente texto, é que o ajuste nas contas externas brasileiras é muito menos fruto de uma estratégia, do que resultado de um quadro conjuntural favorável ao país no último ano.

Apesar de toda essa “farra” observada no começo deste ano no mercado financeiro internacional, já surgem agentes preocupados com o quadro que está se formando e suas futuras implicações. Segundo o ex-economista-chefe do FMI, Kennet Rogff, “Todos os 25 países emergentes estão vulneráveis e, nos próximos cinco anos, três deles entrarão em crise. Só não dá para antecipar quais serão os três” (ROSSI, 2004, p.B4).

Na análise do conservador Financial Times, a queda da diferença das taxas pagas pelos títulos dos países emergentes em relação às nações centrais é reflexo da corrida dos investidores para estes mercados: “Se os juros norte-americanos não se elevarem e o crescimento mundial for significativo, é possível que 2004 não assista a nenhuma calamidade. Mas a questão não é se ocorrerá uma nova crise, mas quando” (CRISE..., 2004, p.B1). Essa conjuntura de grande liquidez de capitais e otimismo quase generalizado está muito parecida com o período que antecedeu a crise asiática. Sobre uma possível crise, talvez coincidentemente, durante o mês de janeiro o risco Brasil atingiu seu menor patamar desde 1997 (ano do desastre citado).

Qualquer alteração nos juros norte-americanos, ou um sopro mais forte em alguma parte do mundo, pode ser desastroso. Um exemplo concreto disso ocorreu no dia 30 de janeiro. Em consequência de uma passagem do texto do FED, em que era anunciada a manutenção dos juros norte-americanos em 1%, mas que dava margem a interpretar que uma hipotética elevação da taxa estaria próxima; aliada ao fato de títulos cambiais estarem vencendo no dia posterior, houve início de pânico na Bovespa. A bolsa caiu 6%, o pior resultado desde julho de 2002, quando o Brasil foi vítima de sua última crise cambial, o risco-país subiu 9% e o C-Bond voltou a ser negociado abaixo do seu valor de face. É nesse ritmo que vão caminhando os “mercados”, sempre dispostos a proporcionar fortes emoções, às vezes, quando menos se espera.

Então, não será surpresa se o *thriller* já conhecido voltar ao cartaz: como a política cambial dos países emergentes é não ter política cambial, deixando a taxa de câmbio por conta do “mercado”, e não há controle de fluxo de capitais financeiros, qualquer vento mais frio no mundo faz os investidores retirarem seus recursos das nações periféricas e as moedas locais se desvalorizam abruptamente⁴. Como o impacto do dólar nos preços

⁴ Como afirma Belluzzo (2004, p. A9): “(...) a experiência dos últimos anos ensina que a euforia dos mercados pode proporcionar a formação de bolhas que estouram logo adiante, com prejuízos duradouros para as economias mais frágeis. Os problemas das economias periféricas não começam quando o capital especulativo sai, mas sim quando ele começa a entrar de forma descontrolada”.



internos é grande, não só pelo peso dos bens comercializáveis na economia, mas também porque muitas tarifas internas são atreladas ao dólar, um surto inflacionário se apresenta rapidamente. A reação dos Bancos Centrais é clássica, qual seja: aumentar os juros para trazer os “investidores” de volta. Como a política fiscal é divisora (ao invés de multiplicadora), a contração monetária inviabiliza de vez o crescimento da produção e assistimos à famosa recessão. Por outro lado, a desvalorização e o aumento dos juros elevam a dívida pública e privada, que vai servir como justificativa para um novo ajuste fiscal e monetário.

POLÊMICA CAMBIAL E RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA NORTE-AMERICANA.

No início de 2004 está se tornando mais evidente a dificuldade de coordenação, entre os países centrais, da política a se adotar em relação ao preço do dólar. A moeda vem apresentando forte tendência de queda desde o ano passado. A UE e o Japão se sentem prejudicados com a apreciação de suas moedas, enquanto as autoridades norte-americanas não parecem se mostrar preocupadas com o fenômeno.

Haverá reunião do G7 dias seis e sete de fevereiro e a desvalorização da moeda norte-americana deve ser o tema mais debatido. Alemanha e França pressionam para que o grupo adote medidas que diminuam a volatilidade cambial. Os Estados Unidos se opõem, defendendo que o mercado determine as cotações – o que, na conjuntura atual, significa desvalorização do dólar. Como não devem entrar em consenso, é provável que as grandes potências tentem induzir Coréia e China a permitir a valorização de suas moedas, flexibilizando o câmbio, já que, atualmente, elas são indexadas ao dólar (DOHAN, 2004).

A economia da zona do euro é muito dependente do mercado externo e está estagnada há três anos. Por isso, os europeus estão obviamente atentos à manutenção da alta do euro, que complicaria a retomada prevista para este ano. Durante o ano passado, a moeda européia se valorizou mais de 20% em relação ao dólar. A situação ainda é mais preocupante para os integrantes da UE porque os resultados de 2003 devem revelar queda no PIB justamente da França e da Alemanha, as duas principais economias da Zona. Muitos agentes defendiam abertamente uma ação enfática do BC da União Européia para conter a apreciação de sua moeda, o que, em outras palavras, quer dizer corte na taxa de juros.

Apesar dos protestos, a última reunião do BC europeu manteve a taxa de juros em 2%, o que, mesmo parecendo pouco, é o dobro da norte-americana. Os países da UE parecem ter mesmo motivo para preocupação: a Merrill Lynch prevê queda de mais de 10% do valor do dólar ao longo deste ano.

Ao contrário da Europa, desde o ano passado o Japão não vem assistindo de braços cruzados à desvalorização do dólar. Em 2003, o incremento nas reservas via compra de dólares foi de US\$ 200 bilhões, um aumento de 43% no montante total. Essa política foi determinante para evitar uma grande valorização do iene que, mesmo assim, se apreciou 10% em relação à moeda norte americana. Neste ano, a tendência é que a tática se mantenha: até o dia 20 de janeiro o Japão já tinha comprado US\$ 60 bilhões no mercado de câmbio.

Já as autoridades norte-americanas (QUEDA..., 2004) parecem mesmo encarar a conjuntura atual como favorável. O dólar desvalorizado ajuda a equilibrar as contas externas; a taxa de juros que vem estimulando a depreciação do dólar é também uma política monetária bastante convidativa para investimentos produtivos; por fim, a inflação não impele uma possível restrição monetária. Em 2003 a taxa registrada foi a menor em 40 anos, alcançando apenas 1,9%.

Com a proximidade das eleições presidenciais no EUA, torna-se ainda mais urgente a continuidade da expansão da atividade econômica e uma diminuição do déficit em transações correntes. Estas condicionantes, agregadas aos baixos índices de inflação, tornam provável que os juros sejam mantidos em 1% por mais alguns meses, pelo menos. A taxa de longo prazo, todavia, está rodeada por algumas determinações que podem levá-la à alta, como veremos mais adiante.

Apesar da desvalorização do dólar trazer certos benefícios para a economia norte-americana, um consenso sobre este cenário está longe, mesmo do ponto de vista dos Estados Unidos. Alguns analistas mostram-se preocupados com o rumo que esse processo pode tomar (FRAGA, 2004). Para o economista chefe do BIS (Banco de Compensações Internacionais), William White, se os EUA continuarem interessados na depreciação do dólar, haverá forte pressão para que os países asiáticos com grandes saldos nas transações internacionais intervenham menos no câmbio:

Mas, à medida que eles intervenham menos, terão menos recursos para reinvestir de volta nos EUA. Para muitas pessoas, essa [intervenção] é uma das razões pelas quais as taxas dos títulos de longo prazo não subiram o quanto poderiam. Em caso dos



asiáticos ajustarem muito, isso terá implicações não apenas para a cotação do dólar, mas também para as taxas de juro norte-americanas. (WHITTE apud FRAGA, 2004, p. A10).

Ou seja, a redução da demanda por papéis norte-americanos pode acarretar uma queda de seus preços e tornar necessária uma posterior elevação dos juros nos EUA.

Enquanto isso, as evidências relacionadas à retomada do crescimento norte-americano continuam ambíguas. Os resultados preliminares do PIB de 2003 revelam um incremento de 3,1%, o maior desde 2000. No quarto trimestre, a elevação da taxa anualizada foi de 4,0%, bem menor do que os 8,2% do terceiro trimestre, mas, ainda assim, considerada relevante como indicio da recuperação econômica. Na conta consumo, a aquisição de bens duráveis aumentou 7,4%. Na parte de investimentos privados, destaque para a aplicação em residências: 7,6%. As despesas com “defesa nacional” cresceram 10,5%, sendo a principal base de alavancagem dos gastos do governo. Por outro lado, os déficits fiscais e em transações correntes (bens e serviços internacionais) foram recordes históricos, sendo, segundo muitos analistas, a principal ameaça à sustentabilidade da expansão da economia. Os dois déficits atingiram quase US\$ 400 bilhões e US\$ 500 bilhões, respectivamente. A conta de transações com o resto do mundo retirou 0,32% do total da taxa de expansão do ano. É provável que o passivo externo se reduza este ano por causa da desvalorização do dólar. Os gastos governamentais, por seu turno, devem se intensificar com a proximidade das eleições.

Outro fato preocupante para a economia dos EUA é que o mercado de trabalho norte-americano continua sem apresentar sinais de melhora. Esperava-se um saldo de 150 mil postos de trabalho no mês de dezembro, mas o número chegou a apenas mil (EUA..., 2004). O desemprego em 2003 foi o maior desde 95. Segundo Paul Krugman, o crescimento robusto do emprego é um indicador fundamental para a sustentação do crescimento. Além disso, caso o quadro não se altere, certamente será um grande problema para as pretensões eleitorais de W. Bush. Calcula-se que 2,3 milhões de vagas foram eliminadas desde que o presidente assumiu o governo, em 2001 (EUA..., 2004).

Por fim, provavelmente corroborado pela manutenção da elevada taxa de desemprego e forte expansão do consumo baseado em empréstimos, o endividamento crônico das pessoas físicas se mostra um elemento ameaçador para a atual recuperação da economia: US\$ 2 trilhões é o total da dívida dos consumidores norte-

americanos atualmente. O número de pessoas físicas que pediu falência no ano passado chegou a 1.670 mil. De acordo com o professor Robert Guttman, a questão é que a expansão da economia estimula novos empréstimos privados e aumento das dívidas que, em um contexto de déficit orçamentário estatal gigante, acaba causando grande pressão na taxa de juros de longo prazo (CINTRA, 2004).

O BALANÇO DE PAGAMENTOS BRASILEIRO EM 2003: AJUSTE ESTRUTURAL OU CONJUNTURAL?

Após mais de 8 anos de Plano Real, as contas externas brasileiras enfim se ajustaram, com a obtenção, em 2003, de um superávit de US\$ 4,05 bilhões (0,83% do PIB) na conta de transações correntes, algo que não acontecia desde 1992 – déficits de US\$ 7,7 bilhões (1,7% do PIB) em 2002 e US\$ 23,2 bilhões (4,5% do PIB) em 2001. No entanto, uma análise mais profunda das principais contas do balanço de pagamentos brasileiro, no último ano, se faz necessária para a correta identificação das características desse movimento: seria este um movimento estrutural, que faz antever resultados favoráveis nas transações correntes brasileiras no médio e no longo prazo e que, portanto, sinaliza como uma importante redução da vulnerabilidade externa do Brasil ou seria apenas fruto de um movimento conjuntural, em que importantes variáveis convergiram para um ponto favorável, mas que, já no próximo ano, podem sofrer uma rápida e brusca inflexão, trazendo à tona novamente os velhos problemas do tipo de inserção do Brasil no capitalismo mundial?

Analisando-se a tabela 1, percebe-se, claramente, que o grande responsável pelo superávit obtido nas transações correntes do Brasil foi o saldo da balança comercial, que atingiu US\$ 24,8 bilhões, valor recorde histórico. Enquanto isso, a conta de serviços e rendas permaneceu com um elevado déficit de US\$ 23,6 bilhões. Ou seja, como não poderia deixar de ser, o resultado deficitário das contas de serviços e, principalmente, de rendas não sofreram qualquer modificação, permanecendo com suas adversidades estruturais históricas⁵ (gráfico 1).

⁵ A conta de serviços, apesar de também ser estruturalmente deficitária, sofre um efeito não desprezível da taxa de câmbio. Para efeito de comparação, em 1998, antes da desvalorização cambial, o déficit era de US\$ 10,1 bilhões, diminuindo 49,7% em 2003, quando chegou a US\$ 5,1 bilhões, sendo 86,9% dessa redução decorrente da conta “viagens internacionais”, que passou de um déficit de US\$ 4,1 bilhões, em 98, para um superávit de US\$ 0,2 bilhões no último ano (pela 2ª vez na história essa conta registrou superávit).



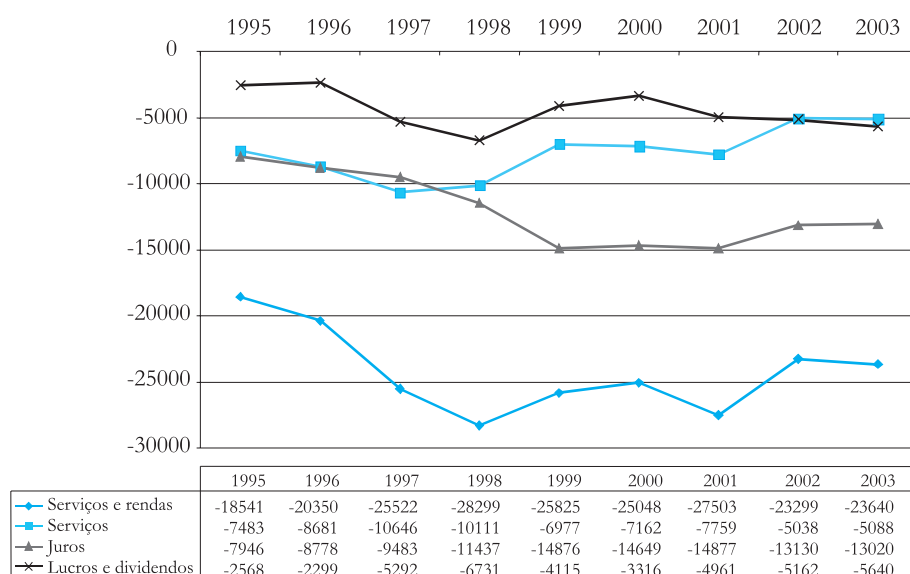
Tabela 1
Principais contas do balanço de pagamentos
brasileiro – 2003 (em US\$ milhões)

	2003
Balança comercial	24.825
Exportações	73.084
Importações	-48.260
Serviços e rendas	-23.640
Serviços	-5.088
Juros	-13.020
Lucros e dividendos	-5.640
Transferências unilaterais	2.867
Transações correntes	4.051
Conta capital e financeira	5.543
Investimento direto total	9.894
Investimento em carteira total	5.308
Outros investimentos - total	-10.006
Resultado do balanço	8.496

Fonte: Banco Central

Portanto, o ajuste das contas externas brasileiras só pode ser explicado pelo saldo da balança comercial. Pela tabela 2 percebe-se que esse incremento do saldo, de US\$ 13,1 bilhões em 2002 para US\$ 24,8 bilhões em 2003, deveu-se, sobretudo, ao aumento das exportações brasileiras, que cresceram 21,1% no ano passado, comparado com 2002, chegando a US\$ 73,1 bilhões, já que as importações permaneceram praticamente estagnadas, crescendo apenas 2,2% em relação a 2002, alcançando US\$ 48,3 bilhões, valor um pouco abaixo, inclusive, do valor registrado em 1995, primeiro ano do Real. É importante salientar a qualidade do superávit na balança comercial em 2003, já que o ajuste foi feito via elevação significativa das exportações, diferentemente do que ocorrera em 2002, quando o saldo registrado de US\$ 13,1 bilhões, deveu-se a uma forte queda de 15% no valor das importações naquele ano.

Gráfico 1
Brasil – Serviços e rendas
1995/2003 (em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central

Tabela 2
Brasil – Balança comercial
1995/2003 (em US\$ milhões)

	Exportação		Importação		Saldo	
	Valor ano	Variação (%)	Valor ano	Variação (%)	Valor ano	Variação (%)
1995	46.506	6,8%	49.972	51,1%	-3.466	-133,1%
1996	47.747	2,7%	-53.346	6,8%	-5.599	61,6%
1997	52.994	11,0%	-59.747	12,0%	-6.753	20,6%
1998	51.140	-3,5%	-57.714	-3,4%	-6.575	-2,6%
1999	48.011	-6,1%	-49.210	-14,7%	-1.199	-81,8%
2000	55.086	14,7%	-55.783	13,4%	-698	-41,8%
2001	58.223	5,7%	-55.572	-0,4%	2.650	-479,9%
2002	60.362	3,7%	-47.216	-15,0%	13.146	396,0%
2003	73.084	21,1%	-48.260	2,2%	24.825	88,8%

Fonte: SECEX - MDIC

Cabe aqui, portanto, procurar encontrar os fatores que levaram a esse incremento significativo nas exportações brasileiras, já que a estagnação das importações pode ser facilmente explicada pela desvalorização cambial acontecida ainda em meados de 2002 que, apesar de sua revalorização parcial ocorrida no último ano, ainda permanece como uma taxa de câmbio elevada, se comparada com os quatro primeiros anos do Real – quando as importações cresceram acintosamente devido à valorização artificial da moeda brasileira frente ao



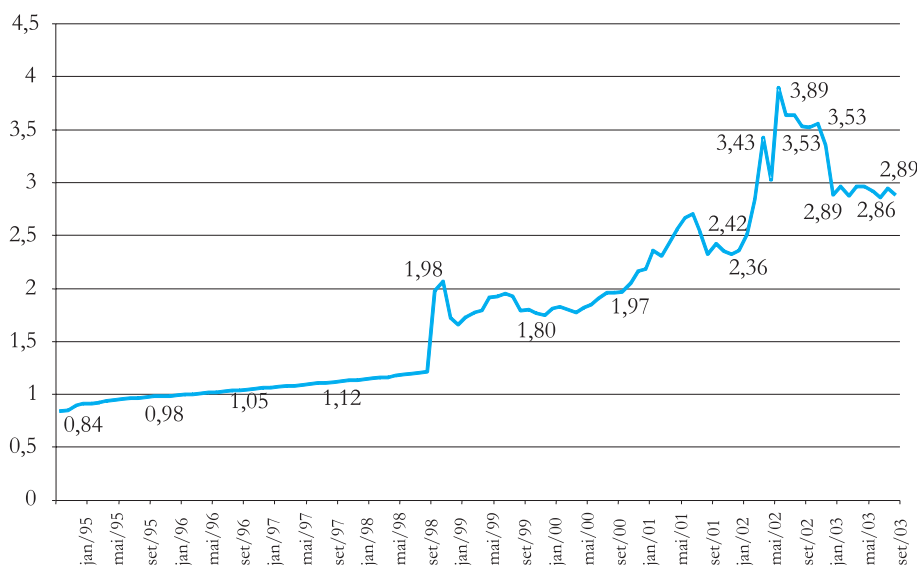
dólar –, o que implicou, em 2003, o encarecimento dos bens importados no mercado doméstico (gráfico 2). Além da estagnação econômica registrada no ano passado, verificada pela taxa de crescimento bem próxima de zero do PIB brasileiro, com uma baixa produção doméstica, identificada com uma queda do *quantum* de bens de capital importados (verificado, principalmente, por uma comparação com 2000, ano de significativo crescimento) e com uma retração da demanda interna, pela diminuição do *quantum* dos bens de consumo

importados, principalmente duráveis (gráfico 3), já que os preços dos bens importados, de um modo geral, permaneceram estáveis nos últimos anos.

Esses mesmos dois fatores também podem explicar, mesmo que parcialmente, o incremento verificado no ano passado nas exportações brasileiras, principalmente a desvalorização cambial ocorrida ainda em 2002 (gráfico 2), já que:

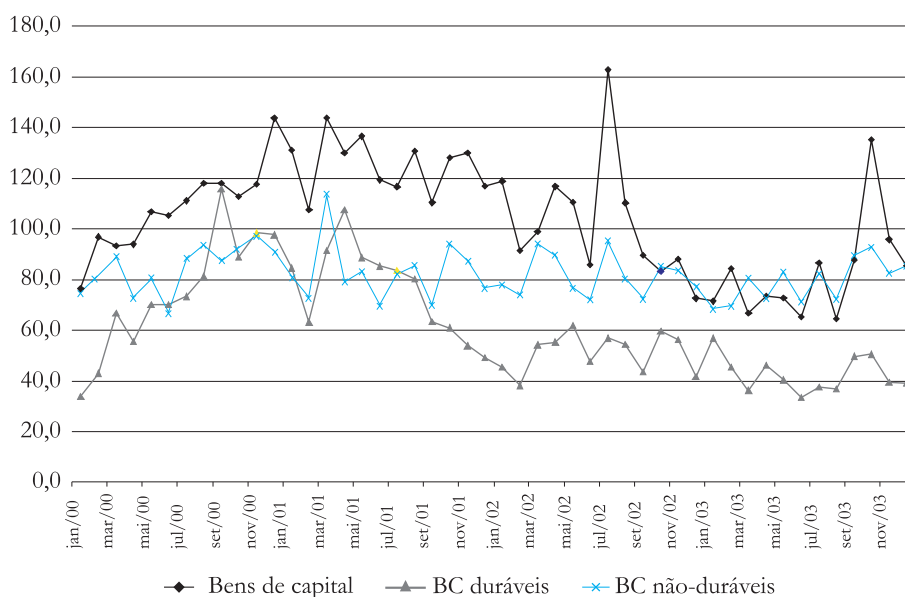
Como as decisões de produzir e cultivar para exportar, assim como as decisões de celebração de contratos de exportação são

Gráfico 2
Brasil – Taxa de câmbio (fim de período)
jan/95-dez/03 (R\$/US\$)



Fonte: Banco Central

Gráfico 3
Brasil – Índice de quantum das importações (por categoria de uso)
jan/2000-dez/2003 (média 1996 = 100)



tomadas com antecedência (variando de seis a nove meses ou até mais) aos embarques para o exterior, podemos considerar que, em todo o ano de 2003, prevaleceu o estímulo da taxa de câmbio favorável. Qualquer análise do desempenho exportador brasileiro não pode deixar de levar em conta este fator – o estímulo cambial – como pano de fundo do boom das exportações brasileiras em 2003. (INSTITUTO..., 2003, p.9)

Com relação à retração da atividade doméstica, ela teve influência sobre o crescimento do setor exportador na medida que vários setores se viram obrigados a se voltar para o exterior para angariar mercados para seus produtos, já que não tinham como escoá-los no mercado brasileiro devido à queda brusca da demanda interna.

Nesse sentido, o aumento da demanda externa foi essencial para o crescimento das exportações brasileiras, proporcionado principalmente pelo processo de crescimento que a China vem passando nos últimos anos e pela recuperação da economia argentina (tabela 3). As exportações para a China vêm crescendo ano após ano, chegando a US\$ 4,5 bilhões em 2003, 6,2% do total das exportações brasileiras, quando, em 2000, representava apenas 2%. Essas exportações consistem, principalmente, de produtos básicos e semimanufaturados, como complexo soja (destaque absoluto), minérios e produtos siderúrgicos. Já as exportações para a Argentina recuperaram-se sensivelmente, crescendo

100% em 2003 relativamente a 2002 – US\$ 4,6 bilhões, apesar de, em valores absolutos, permanecer abaixo do total exportado em 2001. Diferentemente da China, porém, as principais vendas foram de produtos manufaturados como veículos, máquinas, produtos de plástico e produtos químicos.

Ao lado dos três elementos já apresentados, concorreu também para a elevação do valor das exportações, ainda que em uma importância menor, a elevação dos preços de alguns produtos no mercado internacional, principalmente os produtos básicos e semimanufaturados⁶ – respectivamente 10,4% e 11,3%, em média, se comparados com 2002 (gráfico 4) – além dos combustíveis (petróleo e derivados), com uma elevação em 2003 relativamente a 2002 de quase 20%, na média.

Gráfico 4
Brasil – Índice de preço dos produtos exportados (por classe)
jan/02-dez/03 (média 1996 = 100)

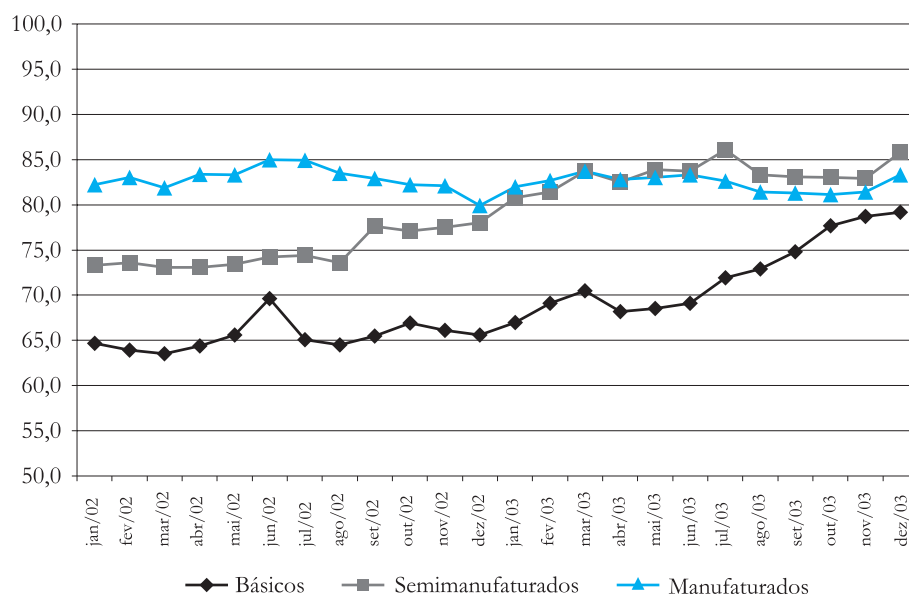


Tabela 3
Principais destinos das exportações brasileira
2000/2003 (em US\$ bilhões e %)

	2000			2001			2002			2003		
	Valor	Variação	Part. Rel.	Valor	Variação	Part. Rel.	Valor	Variação	Part. Rel.	Valor	Variação	Part. Rel.
Estados Unidos	13,4	24,1%	24,3%	14,4	7,5%	24,7%	15,5	7,6%	25,7%	16,9	9,0%	23,1%
União Européia	14,8	8,0%	26,9%	14,9	0,7%	25,6%	15,1	1,3%	25,0%	18,1	19,9%	24,8%
Argentina	6,2	14,8%	11,3%	5,0	-19,4%	8,6%	2,3	-54,0%	3,8%	4,6	100,0%	6,3%
China	1,1	57,1%	2,0%	1,9	72,7%	3,3%	2,5	31,6%	4,1%	4,5	80,0%	6,2%

Fonte: FUNCEX

⁶ Destaque para o aumento expressivo de preços dos semimanufaturados de ferro e aço, café em grão, óleo de soja bruto, laminados planos, celulose, madeira, soja em grão, café solúvel, carne suína e minério de ferro.



Essa elevação nos preços de petróleo e derivados é a principal responsável pelo aumento das exportações da Petrobrás que, desde a desvalorização cambial de 1999, tem dedicado uma parte cada vez maior de sua produção para o mercado internacional.

Interessa saber, portanto, em que medida os fatores que desencadearam o processo de crescimento das exportações – desvalorização cambial, encolhimento da demanda interna, recuperação de mercados tradicionais como a Argentina, conquista de “novos mercados” como a China e elevação dos preços internacionais das *commodities* – são derivados de uma conjuntura internacional e nacional favorável às exportações do país.

Quanto à taxa de câmbio, “os efeitos da revalorização da moeda nacional nos últimos meses se apresentarão em 2004, (...) [porém] não se traduzirão em queda de exportações (...), mas sim em um freio ao crescimento das exportações em 2004”, já que “a revalorização da moeda, na magnitude em que se deu, pode inibir a realização de investimentos em atividades exportadoras por parte de empresas que já exportam e o surgimento de novas empresas exportadoras” (INSTITUTO..., 2003, p.9). Portanto, a questão cambial parece ser um fator especificamente conjuntural, que poderá ser anulado no corrente ano, caso a taxa de câmbio permaneça no atual nível e sem muita volatilidade ao longo de 2004, o que não parece ser uma expectativa tão factível assim⁷.

A respeito da retração da demanda interna, há uma forte expectativa, segundo previsões de órgãos oficiais como o Banco Central e o Ministério da Fazenda e de inúmeros analistas financeiros, de reaquecimento da economia, o que implicaria não só um aumento dos produtos importados, mas também uma volta de determinados setores para o mercado doméstico em detrimento do escoamento dos produtos para os mercados externos. Portanto, mais um fator de estímulo às exportações que deverá ser anulado em 2004 e que foi específico ao ano de 2003.

As exportações para a Argentina também não devem se elevar tanto quanto nesse ano, uma vez que o patamar das exportações para esse país já está em valores próximos a 2000, quando o real estava desvalorizado em relação ao peso argentino, diferentemente do que ocorre

atualmente, em que a taxa de câmbio entre os dois países não gera vantagens competitivas para nenhuma das duas economias. Portanto, mais um fator conjuntural que não deve manter-se em 2004.

O único fator que parece ter um caráter mais estrutural é a relação comercial que vem sendo desenvolvida com a China. O processo de crescimento do país parece ser sustentável e a sua emergência como mais uma superpotência mundial poderá trazer benefícios para as exportações brasileiras, ainda que baseadas na venda de produtos primários. Dessa mesma forma, enquanto houver pressão dos chineses, com aumento da demanda internacional por *commodities*, esses preços elevados continuarão beneficiando o Brasil.

De concreto em termos de política comercial/setorial de exportação, somente o acordo automotivo realizado com o México, que baixou sua tarifa de importação de automóveis brasileiros de 23% para 1,1%, pode ser tomado como exemplo de política pública que contribuiu para a elevação das exportações no ano passado⁸.

Portanto, como as exportações brasileiras não têm condições estruturais de continuarem a crescer no mesmo ritmo do ano passado, qualquer aumento de importações pode reduzir sensivelmente o saldo da balança comercial brasileira que, por sua vez, acaba se colocando como um fator de insustentabilidade de superávits nas transações correntes do país.

À guisa de conclusão, este artigo procurou encontrar os motivos que levaram o Brasil a conseguir um superávit nas suas transações correntes, algo que nunca aconteceu durante o Plano Real. A tese aqui assumida foi que esse resultado foi consequência de uma conjuntura internacional e nacional extremamente favorável ao estupendo incremento das exportações brasileiras no ano passado e que, portanto, não se deve esperar que esse ritmo de crescimento se mantenha nos próximos anos. A valorização do real, o reaquecimento da economia e a saturação do mercado argentino devem concorrer para que as exportações não se elevem tanto. Ao mesmo tempo, as importações devem sofrer um aumento significativo, caso as condições verificadas em janeiro permaneçam ao longo do ano, o que poderá diminuir o saldo da balança comercial e, portanto, tornar a conta de transações correntes novamente deficitária. A única

⁷ O presente texto já fez referência à possibilidade de uma crise de fuga de capitais dos países emergentes em direção aos países centrais do sistema capitalista mundial, o que, inevitavelmente, geraria pressões de desvalorização da moeda nacional. Portanto, é muito difícil prever o comportamento da variável taxa de câmbio, o que a torna extremamente volátil.

⁸ Esse acordo com o México e a recuperação da economia Argentina são fatores que contribuíram sensivelmente para o significativo aumento das exportações do complexo Ford em Camaçari – responsável por uma boa parcela do crescimento do PIB baiano no último ano.



mudança que parece estar na estrutura do capitalismo mundial é a ascensão da China como nova potência mundial, o que acaba criando vínculos, ainda que não muito estreitos, entre o Brasil e o país asiático. Agora não é apenas o crescimento dos Estados Unidos e da Europa que pode alavancar as exportações brasileiras: a China aparece como um novo *player* desse cenário, ajudando, inclusive, a puxar os preços internacionais das *commodities* para cima.

Ou seja, ainda há muito para se fazer em termos de política comercial, setorial e cambial para transformar estruturalmente o fluxo de comércio e o padrão de comércio brasileiros, além, obviamente, da necessidade de se iniciar um processo de substituição de importações que dê maior sustentabilidade aos saldos comerciais brasileiros e que, principalmente, venha reduzir a vulnerabilidade externa brasileira a partir da consecução repetitiva de superávits em transações correntes.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores econômicos consolidados. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 26 jan. 2004.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Peripécias e percalços da liquidez financeira. *Valor Econômico*, 13 jan. 2004, p. A9.

BOVESPA lidera alta nos mercados globais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 jan. 2004. Caderno Dinheiro, B1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Indicadores e estatísticas*. Disponível em: www.mdic.gov.br. Acesso em: 02 fev. 2004.

CINTRA, Marcos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 de jan. 2004. Caderno Dinheiro, B18.

CRISE emergente à vista. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 de jan. 2004. Caderno Dinheiro, B4.

DOHAN, Mike. Questão cambial divide as potências do G7. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 de jan. 2004. Caderno Dinheiro, B10.

EUA criam poucas vagas de trabalho. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 jan. 2004. Caderno Dinheiro, B3.

FRAGA, Érica. Queda do dólar cria armadilha, diz economista do 'BC Mundial'. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 de jan. 2004. Caderno Brasil, A10.

FUNCEX. Base de dados. Disponível em: www.funcex.com.br. Acesso em: 26 jan. 2004.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *As exportações brasileiras em 2003*. Disponível em: www.iedi.org.br. Acesso em: 26 jan. 2004.

QUEDA do dólar não assusta, diz Greenspan. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de jan. 2004. Caderno Dinheiro, B4.

ROSSI, Clovis. Stiglitz acha que discurso deve mudar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 de jan. 2004. Caderno Dinheiro, B4.



A Bahia no comércio internacional: a participação na ALCA¹

O objetivo deste trabalho é traçar um breve quadro analítico do fluxo de comércio internacional do estado da Bahia no contexto das discussões relativas à formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), utilizando os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). Na primeira parte analisa-se o comportamento da corrente do comércio internacional do Estado e dos principais parceiros comerciais. Em seguida, o comércio internacional entre a Bahia e os países da Alca. Por fim, procura-se extrair algumas conclusões sobre o assunto.

Inicialmente, duas observações devem ser feitas. Primeira: em que pese o fato de uma abertura comercial ou um maior engajamento ao comércio internacional conduzir a ganhos e perdas para os envolvidos, a análise detém-se, fundamentalmente, nas exportações, tendo em vista

as oportunidades que poderão se abrir para a atividade econômica local. Segunda: destaca-se o aspecto conjuntural, concentrando na composição mais recente (2002-2003) da pauta de exportações da Bahia, visando obter os subsídios necessários para as realizações de futuros trabalhos sobre o tema.

A CORRENTE DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E OS PARCEIROS COMERCIAIS DA BAHIA

A Tabela 1 mostra a corrente de comércio internacional do estado da Bahia, no período 2002-2003, que atingiu US\$ 5,18 bilhões de janeiro a novembro de 2003, sendo US\$ 3,25 bilhões referentes às exportações e US\$ 1,92 bilhão às importações.

A corrente de comércio aumentou 20,9%; em 2003, devido aos aumentos de 35,2% nas exportações e 2,5% nas importações. Essas variáveis foram melhores que as nacionais, onde a corrente de comércio aumentou apenas 12,8%, derivado do aumento de 21,1% nas exportações e 2,2% nas importações.

O desempenho do comércio exterior fez com que aumentasse a participação do Estado no comércio internacional do Brasil. A participação das exportações

Tabela 1
Comércio internacional da Bahia – 2002-2003 (mil US\$)

Comércio	Bahia			Brasil			Partic. %	Partic. %
	2002	2003	Var %	2002	2003	Var %	Bahia/Brasil 2002	Bahia/Brasil 2003
Exportação	2.410.037.152	3.258.772.411	35,2	60.361.785.544	73.084.139.518	21,1	4,0%	4,5%
Importação	1.877.722.766	1.924.220.126	2,5	47.236.751.800	48.259.592.401	2,2	4,0%	4,0%
Saldo	532.314.386	1.334.552.285	150,7	13.125.033.744	24.824.547.117	89,1	4,1%	5,4%
Corr. de Comércio	4.287.759.918	5.182.992.537	20,9	107.598.537.344	121.343.731.919	12,8	4,0%	4,3%

Fonte: MDIC

¹ O presente artigo expressa a opinião dos autores e não, necessariamente, a visão da Secretaria do Planejamento.

* Mestre em economia e técnico da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Email: gfsantos@seplan.ba.gov.br.

** Economista e técnica da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Email: lgomes@seplan.ba.gov.br.

saltou de 4,0%, em 2002, para 4,5%, em 2003, e as importações permaneceram em 4,0%, resultando em um aumento da participação na corrente de comércio de 4,0%, em 2002, para 4,3%, em 2003.

A tabela 2 apresenta a relação dos 15 principais parceiros comerciais do estado da Bahia para exportação, em ordem decrescente de participação, no período 2002-2003.

Tabela 2
Exportações da Bahia – principais parceiros comerciais

Ord	Descrição	2003		2002		Var % 03/*02
		US\$ F.O.B.	Part%	US\$ F.O.B.	Part %	
1	Estados Unidos	997.797.543	30,6%	806.858.223	33,5%	23,7
2	Argentina	427.356.088	13,1%	243.781.398	10,1%	75,3
3	México	333.997.066	10,2%	130.540.121	5,4%	155,9
4	Países Baixos (Holanda)	176.210.866	5,4%	112.448.090	4,7%	56,7
5	Alemanha	112.712.003	3,5%	35.413.256	1,5%	218,3
6	Reino Unido	112.597.131	3,5%	112.214.849	4,7%	0,3
7	China	111.476.087	3,4%	60.184.275	2,5%	85,2
8	Itália	87.477.463	2,7%	69.685.558	2,9%	25,5
9	França	81.581.387	2,5%	44.012.610	1,8%	85,4
10	Bélgica	76.643.748	2,4%	139.375.249	5,8%	-45,0
11	Portugal	56.540.333	1,7%	57.622.372	2,4%	-1,9
12	Chile	51.452.953	1,6%	39.740.234	1,6%	29,5
13	Espanha	43.009.039	1,3%	53.225.934	2,2%	-19,2
14	Japão	37.245.332	1,1%	30.983.073	1,3%	20,2
15	Canadá	33.579.219	1,0%	27.533.498	1,1%	22,0
	Total dos principais países de destino	2.739.676.258	84,1%	1.963.618.740	81,5%	39,5
	Outros	519.096.153	15,9%	446.418.412	18,5%	16,3
	Total da Área	3.258.772.411	100,0%	2.410.037.152	100,0%	35,2

Fonte: MDIC

O principal parceiro comercial em 2003 foi os EUA (30,6%), seguido da Argentina (13,1%) e México (10,2%), que pertencem à Alca. As exportações para os EUA aumentaram 23,7%, embora a participação tenha caído de 33,5%, em 2002, para 30,6%, em 2003, como consequência, principalmente, do aumento da participação da Argentina e México. Para a Argentina, a redução dos efeitos da crise possibilitou à Bahia aumentar as exportações em 75,3%.

Quanto ao México, o aumento das exportações baianas em 155,9% esteve condicionado às exportações de veículos automóveis e partes/acessórios que, em 2003, foram de US\$ 290,5 milhões e representaram 72,8% das exportações baianas do referido produto, correspondendo a 86,9% do total das exportações para aquele país. Isso mostra a

importância deste parceiro comercial para a indústria automobilística do Estado.

Do quarto ao décimo terceiro parceiro comercial, excluindo China (3,4%) e Chile (1,6%), todos os outros parceiros pertencem à União Européia e absorveram, em 2003, 22,9% das exportações baianas. Para a Bélgica, Portugal e Espanha houve redução das exportações, enquanto que, para os outros países do bloco, ocorreram

aumentos significativos, cabendo destaque para a Alemanha, em que o aumento foi de 218,3%.

Quanto aos demais países, a China é o maior parceiro comercial fora das Américas e da Europa, para o qual a Bahia aumentou o valor exportado em 85,2% em 2003. Para o Japão, embora tenha ocorrido um aumento de 20,2%, a participação na pauta caiu de 1,3%, em 2002, para 1,1%, em 2003. No caso do Canadá, o aumento de 22% das exportações fez que este figurasse entre os principais parceiros comerciais da Bahia, no entanto, em termos de valor, assim como Japão e Espanha, as exportações ainda são pouco

significativas, tendo em vista a concentração nos três primeiros parceiros.

Ressalte-se que Uruguai e Paraguai são os países que, com a Argentina, constituem o Mercosul, mas não estão entre os principais parceiros comerciais da Bahia. O Uruguai ocupa a 38ª e o Paraguai a 39ª posições na lista, e absorvem apenas 0,25% e 0,24% respectivamente.

Tabela 3
Exportações da Bahia: principais blocos econômicos

Ord	Descrição	2003		2002		Var % 03/*02
		US\$ F.O.B.	Part %	US\$ F.O.B.	Part %	
01	Estados Unidos (Inclusive Porto Rico)	999.264.850	30,66	808.002.014	33,53	23,67
02	União Européia	771.308.438	23,67	635.094.059	26,35	21,45
03	Aladi (Exclusive Mercosul)	464.560.982	14,26	225.854.489	9,37	105,69
04	Mercado Comum do Sul - Mercosul	443.229.432	13,60	256.902.566	10,66	72,53
05	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	305.278.282	9,37	297.603.636	12,35	2,58
06	Demais Blocos	275.130.427	8,44	186.580.388	7,74	47,46

Fonte: MDIC



Assim, conforme a Tabela 3, o Mercosul absorve apenas 13,6% das exportações baianas.

COMÉRCIO BAHIA-ALCA

As exportações da Bahia para os países da possível Alca foram ampliadas consideravelmente nos últimos anos. Conforme o quadro anterior, as exportações estão concentradas nos EUA, Argentina e México havendo, ainda, no grupo dos quinze parceiros mais importantes, o Chile e o Canadá, que absorvem, juntos, 2,6% das vendas.

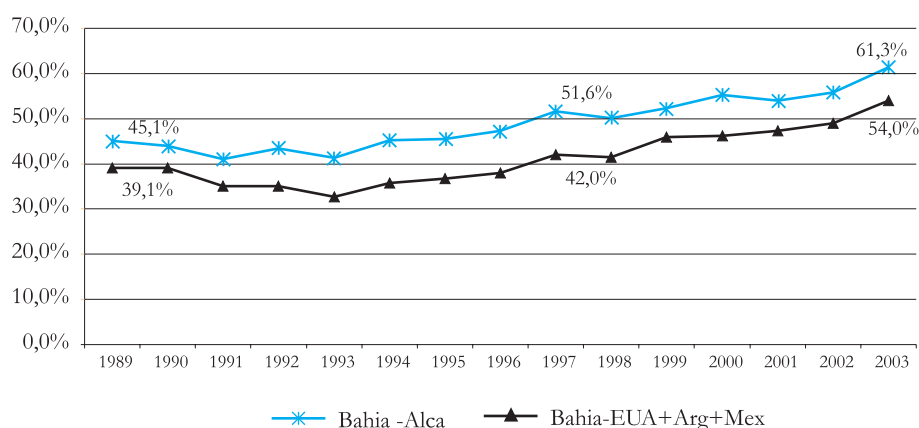
O gráfico 1 apresenta a evolução da participação das exportações baianas para a Alca e países selecionados em relação ao total exportado pelo Estado. Em 1989, as

exportações para a Alca representavam 45,1% do valor exportado e, em 1997, já atingia 51,6%. Em 2003, as exportações para a região somaram US\$ 1,99 bilhão e representaram 61,3% do total exportado, que foi de US\$ 3,26 bilhões.

Os três maiores parceiros comerciais da Bahia - EUA, Argentina e México - determinam a concentração das exportações baianas para a Alca. Estes absorviam 39,1% das exportações do Estado em 1989 e, em 2003, essa participação aumentou para 54,0% (Gráfico 1).

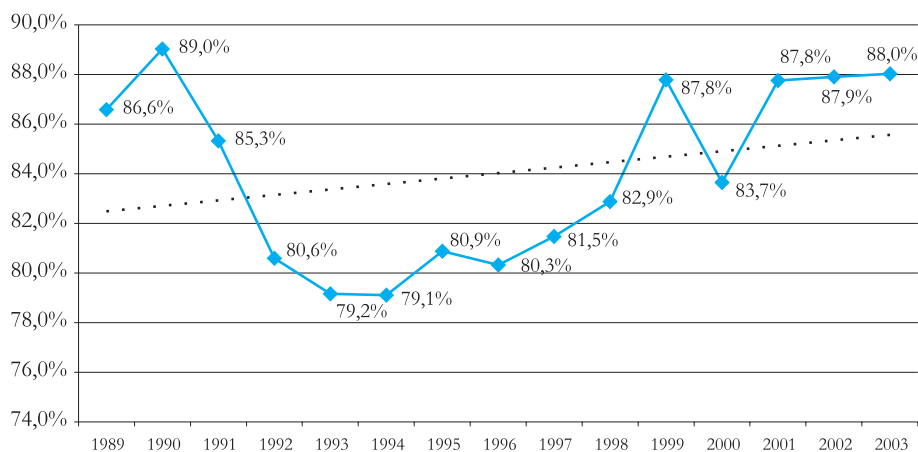
O aumento da participação dos três países nas exportações da Bahia tem feito com que a representatividade destes nas vendas para a Alca voltasse ao patamar observado no início da década de 90. De acordo com o gráfico 2, a participação, que chegou a ser de 89% em 1990, caiu para 79,1% em 1994, devido à

Gráfico 1
Participação da Alca e países selecionados nas exportações da Bahia



Fonte: MDIC

Gráfico 2
Participação dos EUA+Argentina+México nas exportações da Bahia para a Alca



Fonte: MDIC

redução das exportações para os EUA. A partir daí, começou a aumentar, até atingir 88,0% em 2003, mostrando que os três países absorvem quase toda a exportação baiana para a Alca.

O gráfico 3 apresenta a Balança Comercial do estado da Bahia com a Alca. De 1989 a 1994, embora as exportações tenham sido maiores que as importações, apenas no triênio de 1992-1994 foram mais expressivas, implicando em saldos comerciais consideráveis (ver apêndice). De 1995 a 1999, o crescimento ou decréscimo das exportações foi seguido pelas importações, de maneira que os saldos comerciais foram pouco significativos, embora o volume exportado tenha aumentado. No biênio 2000-2001, o saldo comercial foi negativo, em decorrência das importações de veículos automóveis, e partes/acessórios.

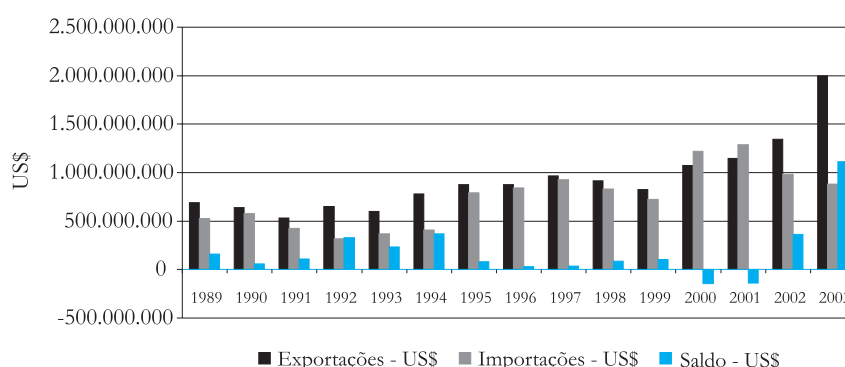
Conforme o gráfico 4, as importações de veículos automóveis, e partes/acessórios, que foram de US\$ 1,2 milhões em 1999, aumentou para US\$ 373,7 milhões em

2000 e para US\$ 469,2 milhões em 2001. Aumentos de 30.876% e 38.794% respectivamente, em relação a 1999. Em 2002 e 2003, embora o valor das importações de tais produtos também tenha sido elevado, este foi compensado pelo aumento das respectivas exportações do mesmo produto, fazendo com que o saldo da Balança Comercial, com relação à Alca, tenha sido significativamente positivo (ver apêndice).

A Tabela 4 apresenta a relação dos 11 principais produtos exportados pela Bahia para a região da Alca no período 2002-2003. As exportações aumentaram 48,7% em 2003. Os maiores aumentos foram verificados em veículos, automóveis e partes/acessórios (244,8%), cacau e suas preparações (88%), combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais (60,2%) e móveis, mobiliário médico-cirúrgico e colchões (58,9%).

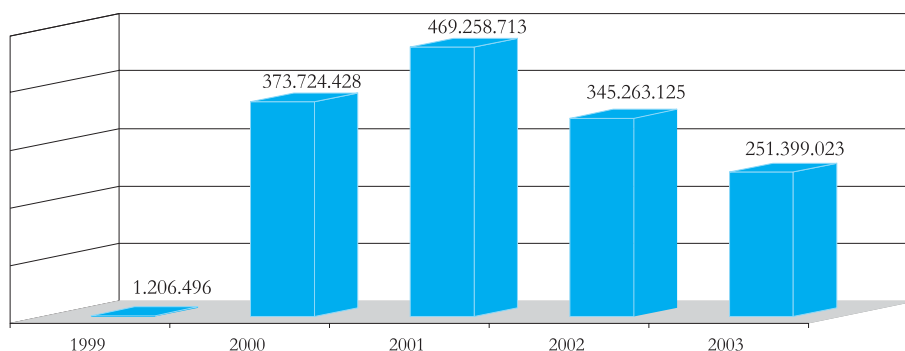
O grau de concentração da pauta de exportações para a Alca aumentou em 2003. Os 11 produtos principais respondiam por 85,0% das exportações em 2002 e, em

Gráfico 3
Evolução da Balança Comercial entre a Bahia e a Alca



Fonte: MDIC

Gráfico 04
Importações de automóveis veículos e partes/acessórios da Alca



Fonte: MDIC



Tabela 4
Principais produtos exportados para a região da Alca
(jan-nov 2002-2003)

Ord	Descrição do Capítulo NCM	2003		2002		Var % 2003/* 2002
		US\$	Part %	US\$	Part %	
1	Combustíveis Minerais, Óleos Minerais etc. Ceras Minerais	536.574.058	26,8	334.879.416	24,9	60,2
2	Veículos Automóveis, Tratores etc. suas partes/acessórios	398.632.962	19,9	115.606.582	8,6	244,8
3	Produtos Químicos Orgânicos	325.106.865	16,3	255.803.827	19,0	27,1
4	Cacau e suas Preparações	169.880.183	8,5	90.338.783	6,7	88,0
5	Cobre e suas Obras	99.485.960	5,0	136.723.635	10,2	-27,2
6	Plásticos e suas Obras	72.995.247	3,7	50.824.816	3,8	43,6
7	Pastas de Madeira ou Matérias Fibrosas Celulósicas etc.	39.609.619	2,0	37.651.888	2,8	5,2
8	Móveis, Mobiliário médico-cirurgião, Colchões etc.	28.460.425	1,4	17.910.756	1,3	58,9
9	Pérolas Naturais ou cultivadas, Pedras Preciosas etc.	28.190.811	1,4	25.438.809	1,9	10,8
10	Papel e Cartão, Obras de Pasta de Celulose, de Papel etc.	27.165.103	1,4	27.919.531	2,1	-2,7
11	Ferro Fundido, Ferro e Aço	25.712.459	1,3	34.582.457	2,6	-25,6
12	Pastas, Feltros e Falsos Tecidos etc.	22.765.244	1,1	14.137.603	1,1	61,0
	Total dos principais produtos	1.774.578.936	88,8	1.141.818.103	85,0	55,4
	Outros	223.866.290	11,2	201.855.332	15,0	10,9
	Exportações totais	1.998.445.226	100,0	1.343.673.435	100,0	48,7

Fonte: MDIC

2003 a participação aumentou para 88,8%, sendo que os quatro principais produtos somaram 71,5%.

A concentração também é verificada com respeito ao destino. Os EUA absorvem 90,2% das exportações de combustíveis minerais, óleos e ceras minerais. O México, 72,9% de veículos automóveis e partes/acessórios. EUA e Argentina juntos, 90,2% de produtos químicos orgânicos (35,4% e 54,8% respectivamente) e 80,8% de cacau e suas preparações (50,7% e 30,1% respectivamente).

CONCLUSÃO

O aumento de 35,2% nas exportações do Estado, em 2003, contribuiu significativamente para elevar o seu PIB. Quanto à possível formação da Alca, como os EUA absorvem um terço das exportações do estado, a Bahia já é mais Alca do que Mercosul.

Embora o comércio esteja sendo expandido para países como China e Alemanha, é o termo concentração que marca as relações da Bahia no mercado internacional e, conseqüentemente, na Alca. Primeiro, quanto ao Bloco, pois as exportações estão—concentrando-se na região. Segundo, quanto aos países de destino, com 54,4% para EUA, Argentina e México, fazendo com que o desempenho das vendas esteja diretamente exposto a eventuais turbulências que possam ocorrer nestes países. Terceiro, em termos intra-bloco econômico, já que os três países absorvem quase 90% das exportações para a Alca. E, finalmente, em termos de atividade econômica,

pois mais de 2/3 das exportações para Alca são compostas por apenas quatro grupos de produtos.

As exportações de produtos que, supostamente, seriam de alto valor agregado e conteúdo tecnológico (veículos automóveis, e partes/acessórios), estão muito concentradas em um único país, que é o México. Caso ocorra alguma instabilidade naquela economia e, na impossibilidade de redirecionar a produção para outros mercados, a indústria local poderá ser penalizada.

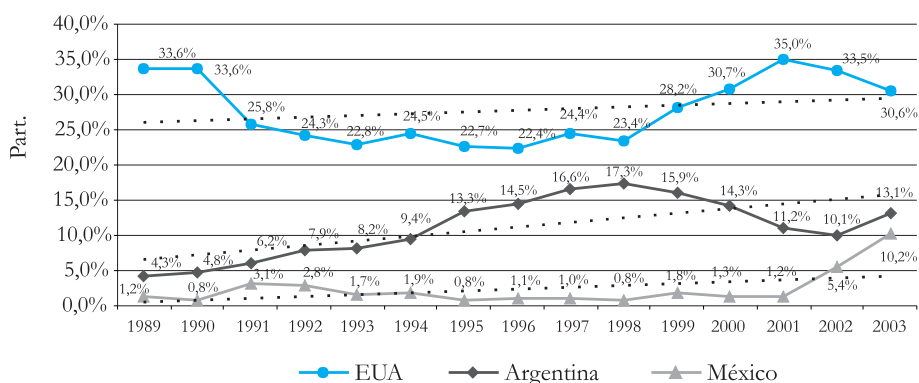
Nesse sentido, é preciso aprofundar a discussão sobre a participação da Bahia na Alca e no comércio internacional, tendo em vista a necessidade de diversificar a pauta de exportação e aumentar a relações comerciais com países como: Uruguai, Canadá, Chile e outros fora da Alca. Assim, propõe-se avançar nas seguintes direções: a) a dinâmica da pauta de exportações nos últimos anos e os eventos que contribuíram para alterar sua composição; b) mensuração das vantagens comparativas e do comércio intra-indústria do estado da Bahia; c) situação do comércio com os demais blocos econômicos ou países com pouca participação, mas com possibilidades de ampliação, na África, por exemplo etc.

Tabela 5
Balança Comercial Bahia-Alca

Ano	Exportações - US\$	Importações - US\$	Saldo - US\$	Corrente de Comércio - US\$
1989	687.380.856	527.269.150	160.111.706	1.214.650.006
1990	639.339.840	578.919.329	60.420.511	1.218.259.169
1991	533.808.519	427.131.579	106.676.940	960.940.098
1992	647.747.647	317.784.278	329.963.369	965.531.925
1993	599.258.209	366.252.162	233.006.047	965.510.371
1994	777.946.125	407.638.961	370.307.164	1.185.585.086
1995	873.274.771	791.927.598	81.347.173	1.665.202.369
1996	874.365.330	841.986.012	32.379.318	1.716.351.342
1997	963.377.343	927.150.884	36.226.459	1.890.528.227
1998	915.823.106	830.804.864	85.018.242	1.746.627.970
1999	827.907.103	726.451.058	101.456.045	1.554.358.161
2000	1.074.424.272	1.221.591.290	-147.167.018	2.296.015.562
2001	1.144.550.841	1.285.895.867	-141.345.026	2.430.446.708
2002	1.343.673.435	981.164.683	362.508.752	2.324.838.118
2003	1.998.445.226	883.149.553	1.115.295.673	2.881.594.779

Fonte: MIDC

Gráfico 5
Exportações da Bahia para países selecionados da Alca



Fonte: MIDC

Referência

Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. SECEX.
Importações e exportações brasileiras. Brasília – DF, 2003.



Turismo Interno: no compasso da economia

No decorrer dos anos de 1990, assistiu-se a uma sensível redução das taxas históricas de crescimento das economias capitalistas. Os sintomas dessa desaceleração ficaram evidentes na retração dos níveis de emprego em países hegemônicos do primeiro mundo, não tão imunes a crises como parecia revelar sua aparente solidez. Confirmando o ceticismo dos críticos da nova ordem mundial, os efeitos dessa conjuntura adversa propagaram-se em velocidade surpreendente na economia globalizada, atingindo diferentes setores/segmentos, a exemplo do turismo, cujo desempenho está estreitamente vinculado à produção, distribuição e apropriação da renda.

Se a estabilização econômica promove a elevação do poder aquisitivo dos indivíduos, permitindo-lhes canalizar excedentes de rendimentos para o consumo de viagens/lazer, as conjunturas de crise atuam no sentido inverso, como comprovam os números divulgados mais recentemente pela Organização Mundial de Turismo (OMT), mostrando nítida redução do movimento de pessoas em viagem pelo mundo.

Esse movimento descendente ainda repercute os atentados terroristas às torres gêmeas do *World Trade Center* e, mais recentemente, o conflito no Iraque, alterando a tendência ao crescimento que o turismo mundial vinha apresentando desde os anos 60, quando a recuperação dos países centrais do capitalismo facilitou o deslocamento internacional de aproximadamente 600 milhões de pessoas/ano nas décadas subseqüentes, passando o turismo a liderar o *ranking* do comércio mundial.

Permeando as esferas econômica, política, cultural e social, o turismo vem assumindo importância cada vez maior na estrutura das economias, passando a merecer especial atenção de cientistas, estudiosos e governantes. No país, sua promoção de modo sistemático tem início na segunda metade da década de 1960, quando é promulgado o Decreto-lei 55 de 18 de novembro de 1966, que “define a política nacional de turismo e cria o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)”.

Mas é em 1996 que passa a ser reconhecido como atividade econômica de relevo no país, quando é instituída a Política Nacional de Turismo (PNT) para vigor entre aquele ano e 1999. Preconizando o estímulo à exploração racional das potencialidades do litoral brasileiro e à promoção do desenvolvimento turístico no país, a PNT foi implementada com o reforço do capital estrangeiro para financiar projetos vinculados à exploração da atividade. Ao eleger as Regiões Nordeste e Centro-Oeste como áreas prioritárias, o governo manifestou com clareza sua intenção de tornar o turismo um fator de atenuação das desigualdades regionais.

Na mesma década (1992), implementa-se o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-Ne). Privilegiando a construção de obras de infra-estrutura e de acesso, assim como o aperfeiçoamento do sistema de gestão do turismo, esse programa criou uma alternativa concreta para o desenvolvimento regional, constituindo-se no principal mecanismo de indução e fortalecimento da atividade no Nordeste, o que justifica o seu reconhecimento como uma das mais importantes políticas públicas de valorização do turismo no país. Sua concepção foi fundamentada na presença maciça de recursos naturais em todo o litoral nordestino.

Na Bahia, a ação do PRODETUR-Ne, como suporte do desenvolvimento dos pólos turísticos que se consolidam no Estado, foi reforçada pela ação eficaz do governo local, a quem deve ser creditada uma parcela importante dos bons resultados que a atividade vem alcançando. Coadjuvado por fatores de natureza histórico-cultural e políticos, o turismo cresceu a um

* Economista da Secretaria da Cultura e Turismo



ritmo superior ao do Produto Interno Bruto estadual na década passada, elevando a Bahia à confortável posição de segundo destino de lazer mais demandado do país, superado apenas pelo Rio de Janeiro.

As intervenções do governo do Estado nessa área, ao longo do tempo, embasaram-se sempre em um planejamento criterioso e sistemático, que se repete na nova estratégia traçada mais recentemente para promover a atividade e que traz como novidade a clara intenção de atrair fluxos turísticos de maior poder aquisitivo e não apenas manter posições já consolidadas nos mercados tradicionais e/ou conquistar novos nichos. Essa tentativa de provocar uma mudança qualitativa na demanda teve como finalidade retomar as elevadas taxas de crescimento da década passada e, sobretudo, trazer a receita turística originada desse movimento para um patamar mais alto.

Nesse posicionamento, como se pode depreender, está subentendida a importância atribuída ao mercado internacional, o principal alvo a ser atingido, o que tem levado a Bahiatursa a intensificar o seu trabalho de *marketing* nos principais países emissores da Europa, buscando atingir especialmente a parcela desse mercado que tradicionalmente se dirigia aos Estados Unidos, mas que passou a demandar outros destinos após o incidente de 11 de setembro de 2001. Em última instância, essa iniciativa visa a atenuar os efeitos da retração da demanda externa no desempenho do turismo no Estado, sobretudo após o recrudescimento da crise econômica na Argentina, historicamente o principal mercado emissor de turistas para a Bahia.

Essa desaceleração do movimento de chegadas de estrangeiros na Bahia e em todo o país vem sendo considerada nos cenários que analistas e empresários desenham para o turismo no curto e médio prazo. Conforme prevêem, nesse período deverá permanecer inalterada a tendência ao declínio da demanda externa, o que tem inspirado campanhas publicitárias mais agressivas nos principais países emissores, com o objetivo de ampliar as fatias que cabem ao Brasil nesses mercados, ainda hoje relativamente modestas se considerado o inestimável potencial turístico do país.

É nesse contexto que se destaca o mercado doméstico como o grande filão da atividade, respondendo pela parcela mais expressiva da receita turística. Tal importância tem justificado o esforço permanente dos agentes do *trade*, que lançam mão de pacotes promocionais buscando redirecionar para os destinos de lazer do Brasil a parcela dos 2,8 milhões de residentes

que habitualmente se dirigiam para o exterior, mas que se sentiu desmotivada após a desvalorização cambial.

A predominância do mercado interno fica também evidente em estudos de demanda realizados pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), órgão do governo federal que trata das questões relacionadas à atividade no país. Em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)/Universidade de São Paulo (USP), entre 1998 e 2001 a entidade elaborou duas edições da pesquisa “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil”, mostrando, no levantamento mais recente, que a movimentação de brasileiros em viagens turísticas pelo país originou gastos diretos da ordem de R\$ 20 bilhões em 2001, o equivalente a dois terços do PIB turístico do Brasil, estimado em R\$ 29,5 bilhões, cabendo as parcelas mais expressivas deste montante às Regiões Sudeste (R\$ 11,61 bilhões) e Nordeste (R\$ 7,7 bilhões).

Vale salientar que a participação nordestina nessa estrutura vem evoluindo favoravelmente desde a década passada, prevendo-se que tal tendência se mantenha inalterada nos próximos anos, sobretudo quando se levam em conta os vultosos investimentos públicos e privados no Nordeste e o grande potencial turístico da Região, explorado desde os anos 1990 com base em um modelo que tem como eixo o desenvolvimento sustentável. Esse aporte de recursos já ocasionou sensível melhoria da qualidade da oferta turística no Nordeste, induzindo a profissionalização das empresas que operam no segmento, o barateamento do *produto turismo* nos pólos já consolidados e, como consequência, o aumento do fluxo.

Tome-se como exemplo a Bahia. Entre 1991 e 2002, o número de visitantes que recebeu o Estado aumentou em aproximadamente 90%, evoluindo de modo praticamente ininterrupto no período. A receita turística seguiu a mesma trajetória ascendente, coroando a política de incentivo à consolidação de pólos turísticos em áreas com potencial para a exploração da atividade.

Ao implementar um modelo de intervenção apoiado nos pilares investimento, promoção e educação, o governo local criou as condições necessárias à atração do capital privado, de quem vem recebendo substantivo reforço para o cumprimento de suas metas.

São grupos renomados da hotelaria internacional fazendo opção pela Bahia, desde a década passada, como a Accor, apenas para citar um exemplo mais recente. No início do ano, este grupo francês inaugurou em Salvador o



complexo hoteleiro formado pelas bandeiras Mercure e Íbis, ampliando a oferta local em 427 UHs.

O acerto dessa estratégia governamental está refletido nos índices de crescimento apreciáveis que passaram a registrar as chamadas “Zonas Turísticas” do Estado desde a sua implementação, o que vem estimulando os gestores da área a estabelecer metas mais ambiciosas para a atividade no médio prazo.

Mas esse movimento ascendente, contínuo, e que se vem sustentando por longo período, dá sinais de desaceleração, confirmando o forte condicionamento do turismo ao desempenho macroeconômico do país e às oscilações do mercado internacional. É bem verdade que a Bahia exibiu números positivos em 2002, seja no fluxo turístico, que cresceu 3,4%, seja em indicadores de desempenho da hotelaria classificada/assemelhada de Salvador e, pelo que mostram as primeiras estimativas da Secretaria da Cultura e Turismo, o crescimento previsto para 2003 ficará bem próximo desta taxa.

Entretanto, por ser ainda preliminar tal prognóstico não autoriza expectativas otimistas. Ao examinar as séries históricas mais recentes, o observador atento vai perceber que o resultado de 2002, embora expressivo, foi insuficiente para recolocar o fluxo turístico no patamar do ano de 2000 – um período atípico em face das comemorações dos “500 Anos de Descobrimento do Brasil” –, não compensando, desse modo, o resultado negativo de 2001, quando a Bahia e todas as demais áreas turísticas do país sofreram forte queda de demanda.

Com a economia em desaquecimento, os juros elevados e a persistência de altas taxas de desemprego, os segmentos sociais com rendimentos mais elevados e com potencial para ampliar os seus gastos com entretenimento e lazer agem com uma certa cautela, alterando roteiros e postergando viagens turísticas para conjunturas oportunas.

iante desse cenário, os agentes do *trade* intensificam o marketing promocional no mercado interno, buscando tirar proveito das condições favoráveis engendradas pela desvalorização cambial. Afinal de contas, não se pode negar que o produto turístico rico e diverso ofertado pelos nossos principais destinos ficou bem mais acessível se comparado ao elevado preço das viagens internacionais.

Referências

- ACCORINAUGURA novas bandeiras hoteleiras em Salvador. *Brasilturis Jornal - informativo da indústria turística brasileira*, São Paulo: Markturis – Editora Jornalística, v. 23, n. 520, p. 22, jan. 2004.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *A estratégia turística da Bahia: 1991-2005*. Salvador, 2000. 120 p., il.
- CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 33-75.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Percalços do planejamento turístico: o PRODETUR-NE. In: *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.



Planejamento regional e cidade sustentável

Este artigo trata da estratégia de desenvolvimento regional sustentável no Brasil e na Bahia. Inicialmente, focalizam-se as linhas básicas da proposta do governo federal, formulada pelo Ministério do Meio Ambiente, para um programa de cidades sustentáveis. Em seguida, expõem-se os pontos fundamentais do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) instituído pelo governo estadual. Essas iniciativas governamentais formam um conjunto de concepções teórico-empíricas que inserem a noção de sustentabilidade nos projetos de desenvolvimento em nível regional e municipal. Como foram formuladas essas proposições de desenvolvimento sustentável e como se encontram atualmente em termos de implementação e gerenciamento? Esta é a questão central que norteia a presente análise.

CIDADE SUSTENTÁVEL NO BRASIL

A noção de *desenvolvimento sustentável* ganhou destaque com a publicação, em 1987, do relatório intitulado *Nosso futuro comum*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Organização das Nações Unidas – ONU. Como um desdobramento das idéias que constam desse relatório, elaborou-se a *Agenda 21*, documento que resume as decisões tomadas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, por isso também chamada de Rio-92. Entre os 40

capítulos da Agenda 21, segundo texto publicado pelo Senado Federal (2001), o sétimo é dedicado ao desenvolvimento municipal sustentável.

Em suma, a estratégia recomendada no capítulo 7 da Agenda 21 para, em nível mundial, promover-se o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, conta com oito áreas de programa, visando a: a) oferecer a todos habitação adequada; b) aperfeiçoar o manejo dos assentamentos humanos; c) promover o planejamento e o manejo sustentáveis do uso da terra; d) promover a existência integrada de infra-estrutura ambiental: água, saneamento, drenagem e manejo de resíduos sólidos; e) promover sistemas sustentáveis de energia e transporte nos assentamentos humanos; f) promover o planejamento e o manejo dos assentamentos humanos localizados em áreas sujeitas a desastres; g) promover atividades sustentáveis na indústria da construção; h) promover o desenvolvimento dos recursos humanos e da capacitação institucional e técnica para o avanço dos assentamentos humanos. Coube ao governo federal coordenar as discussões nas 27 unidades federativas, com vistas à elaboração de uma Agenda 21 nacional.

O relatório *Cidades sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira*, concluído no início do ano 2000, foi patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e contou com a participação de servidores públicos e representantes da sociedade civil, mediante consultas, workshops e debates. No documento, recupera-se o conceito de *cidade sustentável*, a partir do seguinte pressuposto: a sustentabilidade condiciona-se a diversos processos sociais, desde aqueles que ocorrem na esfera privada, como a redução do consumo individual e a reciclagem de produtos no espaço doméstico, até os que se desenvolvem na esfera pública, no terreno da implantação e da gestão de políticas públicas. Refere-se, portanto, à meta de se buscar atingir nível elevado de qualidade em todos os processos, fazendo com que a sustentabilidade seja aceita como um modelo. Quer dizer, a expectativa é a de que o desenvolvimento urbano possa ocorrer em bases sustentáveis.

* José Moura Pinheiro é economista, com doutorado em Comunicação, e professor da Escola de Administração da Ufba (jopin@ufba.br).



No que se refere à rede urbana brasileira, consta do relatório que, aos nove pólos definidos em lei federal como regiões metropolitanas (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre), acrescentaram-se posteriormente outras seis regiões (Natal, Vitória, Baixada Santista, Campinas, Brasília e Goiânia). Essas aglomerações urbanas dividem, com cidades de porte médio e grande, a função de novos pólos de produção e oportunidades. Além do potencial de fortes pólos de desenvolvimento e de atender a demanda de serviços públicos de uma população de usuários bem superior à que nelas habita, as regiões metropolitanas e as cidades grandes projetam-se como núcleos em que se estabelecem os padrões de consumo.

O sistema urbano brasileiro, conforme o relatório, apresenta atualmente as seguintes tendências, excetuando-se as características específicas das regiões Norte e Sudeste: homogeneização das redes urbanas regionais, com peso crescente das metrópoles e dos centros médios; crescimento acima da média nacional das cidades de porte médio e grande e, também, do extrato de cidades de 50 mil a 100 mil habitantes, localizadas fora das regiões metropolitanas; maior crescimento demográfico das aglomerações urbanas constituídas pelas áreas metropolitanas ainda não institucionalizadas; saldos migratórios negativos nas pequenas cidades, em praticamente todas as regiões brasileiras; aumento do peso relativo das cidades não-metropolitanas com mais de 50 mil e menos de 800 mil habitantes no total da população urbana brasileira, que era de 24% em 1970 e, hoje, está na casa dos 30%; e, finalmente, aumento da participação da população metropolitana no conjunto da população brasileira, que saltou de 29% em 1970 para 36% em 2000.

O diagnóstico a que se chegou indica que é necessária e urgente uma reformulação no desenho das políticas públicas de intervenção no território e nas áreas urbanas. Para isso, é essencial que se reconheça a importância de se instituir um planejamento de desenvolvimento regional. Esse planejamento deve funcionar como eixo estruturador das políticas voltadas para transformar os aproximadamente 5.600 municípios brasileiros em cidades sustentáveis. Nesse processo, as localidades devem ser consideradas como parte de suas respectivas regiões e microrregiões, em particular quanto às bacias hidrográficas e às áreas de proteção ambiental que se estendem para além das barreiras jurisdicionais estabelecidas em lei.

Em suma, o relatório aponta, primeiro, para as mudanças recentes no processo de urbanização e na configuração

da rede de cidades, em função das transformações na dimensão espacial do desenvolvimento econômico, que contribuíram para reforçar a heterogeneidade econômica e social no desenvolvimento das regiões e das cidades brasileiras. Tal fenômeno se caracteriza pelo surgimento de “ilhas” de produtividade em quase todas as regiões e pelo crescimento populacional mais elevado das “antigas periferias” nacionais. Em segundo lugar, o processo de conformação da rede urbana brasileira apresenta superposição de um sistema baseado em polarizações com outro, cuja característica principal é o desenvolvimento espacial em forma de eixos. Em terceiro lugar, as diferentes escalas de cidades da rede urbana brasileira enfrentam desafios próprios para o seu desenvolvimento sustentável.

Apesar de suas peculiaridades regionais e locais, segundo o relatório, todas as cidades comportam problemas que afetam sua sustentabilidade. Mas apresentam, também, aspectos positivos de desenvolvimento, tais como maior dinamismo econômico e social, articulação mais ampla entre governo e sociedade e democratização da esfera pública, fruto de experiências inovadoras e boas práticas de gestão local. Assim, a cidade brasileira do século XXI poderá oferecer aos cidadãos um melhor padrão de vida, caso sejam eliminados os padrões insustentáveis de produção e consumo que resultam na degradação dos recursos naturais e econômicos.

A partir dessa situação problemática, a equipe que elaborou o relatório definiu as estratégias para a sustentabilidade a serem propostas aos responsáveis pelo planejamento nas três esferas administrativas: federal, estadual e municipal. Quatro estratégias de sustentabilidade urbana foram identificadas como prioritárias para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras: a) aperfeiçoar a regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, a eficiência e a qualidade ambiental; b) promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade; c) promover mudanças nos padrões de produção e de consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis; d) desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando à sustentabilidade urbana.



Feita esta síntese da proposta do governo federal para as cidades sustentáveis, vejamos agora quais são as linhas básicas do programa de desenvolvimento regional sustentável adotado pelo governo do estado da Bahia. Em seguida, analisam-se os aspectos relativos à implementação.

REGIÃO E CIDADE SUSTENTÁVEL NA BAHIA

No âmbito do planejamento estadual baiano, a ênfase no desenvolvimento sustentável iniciou-se em 1995, com a criação de um núcleo de planejamento que se transformou na atual Coordenação de Estudos e Projetos Regionais e Municipais – CEP, da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, empresa vinculada à Secretaria do Planejamento. Segundo Jorge Tadeu Dantas Caffé (2002), a CEP é “voltada para o estudo sistemático das mudanças operadas no âmbito das esferas de governo, do mercado e da sociedade e nas diversas escalas espaciais, no que concerne ao planejamento regional sustentável”.

Tendo por base a idéia da sustentabilidade, o governo estadual, na gestão Paulo Souto (1995-1998), formulou o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS), cujo modelo teórico-metodológico prevê que seja mais do que um programa de governo ou de um período administrativo. Deverá transcender tais limites para se firmar com a implementação de um amplo processo de reestruturação regional e de comprometimento dos vários tipos de atores sociais, públicos e privados, dando sustentação institucional para as alternativas de desenvolvimento regional.

A expectativa do governo do Estado, como consta do PDRS da região Oeste, era a de que esse programa pudesse atingir os seguintes objetivos estratégicos: a) maior competitividade e viabilidade econômica; b) conservação dos ecossistemas e recursos naturais; c) melhor organização da sociedade e democratização das instituições; e d) redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Para atingir esses objetivos, planejou-se articular cinco dimensões da sustentabilidade:

- dimensão geoambiental: responsável pela sustentabilidade enquanto processo permanente de desenvolvimento, que propicia mudanças acerca da compreensão da noção de desenvolvimento;
- dimensão econômico-social: incorpora, além do

crescimento do produto a uma taxa maior do que a do aumento populacional, uma distribuição mais equitativa dos frutos do trabalho;

- dimensão científico-tecnológica: refere-se à relação entre o crescimento e a inovação, em particular quanto à aplicação de novas tecnologias voltadas para a produtividade, competitividade e conservação dos recursos naturais;
- dimensão histórico-cultural: revela os traços mais importantes da formação histórica e cultural da região, considerando o grau de mobilização da população e de suas lideranças como fatores condicionantes básicos;
- dimensão político-institucional: discute a gestão integrada e descentralizada do respectivo PDRS, buscando o estabelecimento de parcerias e a criação de redes institucionais, envolvendo o setor público, a área privada e as organizações da sociedade civil.

Desde a implementação do programa, em 1995, além da concepção do modelo teórico-metodológico, foram concluídos cinco PDRSs: a Chapada Diamantina e as regiões Nordeste, Oeste, Sudoeste e Sul da Bahia. O conteúdo desses programas está disponível em volumes impressos e também pode ser acessado no site www.car.ba.gov.br.

Em sua análise sobre o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável, diz o economista Carlos Antonio de Campos Ribeiro (2002): “trata-se de uma oportunidade que se oferece aos estudiosos deste novo paradigma, de procederem a análises mais aprofundadas e abrangentes dos aspectos sociais, econômicos, institucionais e políticos que conformam os PDRSs. Um olhar mais amplo sobre as regiões econômicas da Bahia e sobre os estudos a elas vinculados demonstra que, pela primeira vez, todas essas regiões estão sendo objeto do planejamento regional continuado, caracterizado pela inclusão de aspectos que vão do conceitual ao metodológico e operacional”.

Ainda segundo Ribeiro, esse programa caracteriza-se pelos seguintes aspectos: a) adoção de um marco conceitual – o paradigma do desenvolvimento sustentável; b) autoria, pela própria equipe técnica, de um modelo teórico-metodológico; c) incorporação do conceito de *governance*, refletido na dimensão político-institucional e, por consequência, na proposta de gestão dos PDRSs; d) divisão de cada região em subespaços e sua utilização como unidades de planejamento; e) definição da subespacialização regional, com base no modelo gravitacional e



potencial; f) reuniões institucionais – instrumento de articulação e integração setorial e regional; g) efetiva participação da sociedade civil, através dos atores sociais regionais e locais de cada região.

No que tange à gestão do programa, consta do PDRS do Oeste da Bahia (1997) que competirá à Secretaria do Planejamento a coordenação geral dos programas, com a participação das demais secretarias de Estado e respectivos órgãos envolvidos com a execução de cada programa, cabendo à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), a coordenação executiva. Foi evidenciada a importância de não se propor, no programa, a criação de estruturas específicas para a condução dos PDRSs, mas aproveitar as instituições existentes. Como se lê no documento citado, “a gestão dos PDRSs requer uma eficiente articulação das diversas dimensões e das instituições responsáveis pelas mesmas, em sintonia com a concepção do desenvolvimento sustentável, a estratégia de desenvolvimento regional de cada PDRS e as novas tendências de organização do Estado e da sociedade. Ademais, os gestores dos PDRSs devem organizar e estruturar os processos de negociação, detalhamento, execução e viabilização das linhas de ação estratégicas, definindo formas de gerenciamento das intervenções públicas e privadas e das articulações entre o Estado, a sociedade e a iniciativa privada e entre as diferentes instâncias governamentais”.

Acrescente-se que, a partir do modelo que vem norteando os PDRSs, a CAR formulou o Programa de Desenvolvimento Municipal Sustentável (PDMS), que se encontra em fase inicial. No âmbito do PDMS, que evidentemente tem foco local, foram concluídos apenas quatro trabalhos: o Perfil Municipal de Luis Eduardo Magalhães e os Planos de Desenvolvimento Municipal de Lençóis, Sapeaçu e Iraquara.

IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DOS PROGRAMAS

A proposta do governo federal para um programa de cidades sustentáveis, aqui sintetizada, é fruto de um estudo que deve merecer a atenção dos gestores públicos encarregados do desenvolvimento regional e municipal, pela abrangência e riqueza de informações. E o momento é oportuno para esse tipo de iniciativa, uma vez que a estratégia econômica competitiva prevista para o Brasil exige que o equacionamento das questões socioambientais esteja entre as prioridades.

Embora formuladas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, é provável que as proposições do relatório *Cidades sustentáveis*, com os ajustes julgados necessários, tenham continuidade no Ministério das Cidades, criado na atual gestão. A propósito, esse Ministério instituiu o Programa Gestão Urbana e Metropolitana, do qual podem participar estados e municípios brasileiros. Conforme formulário disponível no site <http://www.cidades.gov.br>, o plano de trabalho para obtenção de recursos financeiros repassados pelo Ministério das Cidades poderá contemplar as seguintes modalidades: a) elaboração de plano municipal de desenvolvimento urbano sustentável; b) planos setoriais; c) elaboração de projetos técnicos de desenho urbano; e d) atualização de planos diretores com mais de dez anos.

Vale acrescentar que, no texto divulgado pelo Ministério das Cidades, disponível em seu endereço eletrônico, como preparação para a *Conferência Nacional das Cidades*, é dito que “a situação de nossas cidades, marcada pela precariedade e ilegalidade do habitat das maiorias e pela segregação sócio-espacial, foi induzida por um Estado que, no passado, investiu pesadamente no fomento e estruturação de um desenvolvimento urbano-industrial, voltado para as necessidades produtivas do capital e para o consumo das camadas privilegiadas, omitindo-se completamente diante da demanda do mercado interno de massas”.

Consta ainda desse documento que a nova política urbana, sintetizada pelo lema “direito à cidade”, visa à inclusão social, pois considera a habitação e o acesso universal aos serviços públicos essenciais como fundamentais à cidadania. Afirma-se também que, pela primeira vez na história do país, cria-se um Ministério das Cidades, com a missão de formular e conduzir a política nacional de desenvolvimento urbano, integrando os setores de habitação, saneamento ambiental, trânsito e mobilidade urbana, planejamento e gestão territorial e fundiária.

Especificamente sobre cidade sustentável, lê-se no texto que “a busca do desenvolvimento sustentável para nossas cidades pressupõe novas formas de gestão do espaço urbano, potencializadas com o Estatuto da Cidade, de modo a privilegiar o interesse social na apropriação da terra e na produção da infra-estrutura urbana. Além de 80% da população, nas áreas urbanas estão concentradas a produção industrial e a comercialização de bens e serviços, que provocam elevados ônus ambientais. O direito de um ambiente saudável integra o conceito de direito à cidade”.

Contudo, uma análise mais precisa sobre a implementação das propostas do governo federal para



idades sustentáveis ainda é prematura, neste primeiro ano de mandato. Principalmente porque, devido ao grande número de ministérios que integram a estrutura federal na atual gestão, pode-se perceber uma certa indefinição sobre a que órgão caberá a execução das propostas. Por exemplo, a política de desenvolvimento regional e municipal sustentável está presente na competência das seguintes pastas: a) Ministério do Meio Ambiente, a que se vinculam a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos; b) Ministério da Integração Nacional, ao qual estão ligadas a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e a Secretaria de Programas Regionais; e c) Ministério das Cidades, ao qual está vinculada a Secretaria Nacional de Programas Urbanos.

Quanto ao Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, formulado pelo governo do Estado, e em fase de implementação, há três pontos a considerar: primeiro, no item que trata da gestão do programa, é dito que “não será adotado um modelo de gestão”. Essa decisão, a nosso ver, é um aspecto que merece reflexão. Como se sabe, tanto na teoria quanto na prática, para se obterem resultados na gestão de programas e projetos, é essencial que se indique formalmente um gestor, o qual deve receber delegação expressa para encaminhar as medidas necessárias à execução das ações programadas.

Em segundo lugar, os PDRSs não contêm a previsão ou programação dos recursos financeiros necessários à execução de cada programa e dos respectivos projetos. Citam-se apenas nos projetos, de forma genérica, a “fonte financeira” que, na maioria dos casos, são: Tesouro Federal, Tesouro Estadual, doações, financiamentos internacionais e empresas privadas. Não há estimativa quanto ao valor dos investimentos inerentes aos projetos. Portanto, é recomendável que, em eventual processo de revisão desses programas, seja incluída uma programação financeira, detalhando-se a previsão de sua aplicação, inclusive para efeito de acompanhamento e controle dos gastos públicos.

Por último, verifica-se que os PDRSs não dispõem de um cronograma de execução. Apenas indicam, nos projetos, se a execução é de curto, médio ou longo prazo. No entanto, segundo os princípios da gestão estratégica, é imprescindível que se definam os prazos de conclusão de cada etapa do programa. Entre outros aspectos, a estipulação do prazo de conclusão serve de parâmetro para se avaliar os resultados alcançados, em confronto com os objetivos e metas estabelecidos no programa.

No que diz respeito ao Programa de Desenvolvimento Municipal Sustentável – PDMS, também a cargo do governo estadual, assinala-se que ainda se encontra em fase embrionária. Como vimos, dos 417 municípios baianos, somente quatro foram contemplados, o que significa um percentual de apenas 1%. Todavia, as considerações acima sobre o PDRS são válidas também para o PDMS, uma vez que ambos foram formulados com base no mesmo modelo teórico-metodológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão aqui discutida é parte de um tema atual e que merece estar entre as prioridades da administração pública, nas esferas federal, estadual e municipal. Assim, é louvável que tanto a proposta do governo federal para as *Cidades sustentáveis* quanto os programas de desenvolvimento regional e municipal, geridos pela CAR, estejam presentes na agenda do poder público, como um desafio a ser enfrentado. Principalmente porque a expectativa dos brasileiros, pelos menos dos que já têm consciência da seriedade que representam os problemas socioambientais, é a de que os governantes, juntamente com os segmentos mais organizados e as empresas, comprometam-se cada vez mais na formulação e, sobretudo, na execução de programas e projetos de desenvolvimento sustentável, em nível regional e local.

Referências

- BRASIL. Ministério das Cidades. *Cidades para todos: construindo uma política democrática e integrada para as cidades*. Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Cidades sustentáveis: subsídios à Agenda 21 brasileira*. Brasília, 2000.
- BRASIL. Senado Federal. *Agenda 21*. Brasília, 2001.
- CAFFÉ, Jorge Tadeu Dantas. *A sustentabilidade planeja o planejamento. Planejamento Regional*, Salvador: CAR, 2002.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. *Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: Oeste da Bahia*. Salvador, 1997.
- RIBEIRO, Carlos Antonio de Campos. *Planejamento regional sustentável: valorizando uma atitude. Planejamento Regional*, Salvador: CAR, 2002.



As cidades na economia mundial

O trabalho elaborado pela ilustre socióloga e professora da Universidade de Chicago, Saskia Sassen, aborda a questão das mudanças recentes nas economias urbanas e nacionais e nos modos de investigação sobre as cidades, através de análises empíricas e conceitos recentes. Incorpora na análise o novo conceito de cidade global (já abordado no seu livro “A cidade global”, de 1991), segundo o qual a cidade encontra-se em um local determinado onde estão ocorrendo processos globais. Nesta obra, a autora aprofunda o tema e trata da formação dos espaços transnacionais, como as zonas de processamento das exportações e os centros bancários *offshore*, onde a sua localização em territórios nacionais define a atual fase da economia mundial. Aborda, também, de que forma algumas cidades como Nova York, Tóquio ou Londres, entre outras, se transformaram em espaços transnacionais. Utiliza-se da análise histórico-comparativa para demonstrar as transformações nas cidades, em especial, no século XX.

No primeiro capítulo, a autora trata do lugar inserido no processo de globalização. Sassen afirma que a proposição tão evocada ‘a globalização da atividade econômica sugere que o lugar não tenha mais importância’, é parcialmente verdadeira. Segundo a autora, ao lado da dispersão das atividades econômicas, surgiram novas formas de centralização territorial, relativas ao gerenciamento no nível dos altos escalões e ao controle das operações e que os mercados nacionais e globais requerem lugares centrais, onde se exerça o trabalho de globalização. Relata ainda que, em cada período da história, a economia

mundial consistiu em uma combinação distinta de áreas geográficas, industriais e arranjos institucionais e que uma das mudanças significativas ocorrida nos últimos vinte anos foi a mobilidade do capital.

Saskia afirma que a tese-fundamento dessa obra consiste nas transformações que ocorreram durante as duas últimas décadas na economia mundial, acompanhando a mudança de direção na prestação de serviços e nas finanças, que suscita a renovada importância das grandes cidades como locais destinados a certos tipos de atividades e funções. E, assim, denomina a cidade global, na qual está inserida na atual fase da economia mundial, como a combinação de dispersão global das atividades econômicas e da integração global, mediante uma concentração contínua do controle econômico e da propriedade, que tem contribuído para o papel estratégico desempenhado por certas grandes cidades. Destaca que as cidades globais na atualidade são pontos de comando na organização da economia mundial, lugares e mercados fundamentais para certas indústrias (finanças e serviços especializados) e lugares de produção fundamentais para essas indústrias, incluindo a produção de inovações. Em outra perspectiva sociológica, elaborada por Castells e Borja, na obra “Local e Global” (1997), a cidade global consiste em uma rede de nós urbanos, com distintas funções e distintos níveis hierárquicos, que se estendem por todo planeta. Contudo, ao lado desses centros altamente desenvolvidos e caracterizados pela autora como cidades globais, encontra-se um vasto território que tem se tornado cada vez mais periférico e excluído desse novo processo econômico globalizado que alimenta o crescimento das grandes economias mundiais.

No segundo capítulo, a autora examina as características fundamentais da economia global, que são importantes para se compreender os impactos da globalização nas cidades. Relata que, no século XIX, quando a economia mundial se apoiava basicamente no comércio, os locais fundamentais eram os portos, as fazendas, as fábricas e as minas e as cidades eram centros de prestação de serviços. Enfatiza que, no final do século XX, o comércio internacional continua sendo um fator importante na economia global, porém os fluxos financeiros internacionais estão sobrepondo o contexto anterior

* Economista, mestranda em Análise Regional pela Unifacs e bolsista Fapes/SEI.



através do grande volume de recursos e do poder que tem gerado. A autora aborda, também, um relato sobre a geografia, a composição e o quadro institucional da economia global na atualidade, afirmando que uma característica fundamental da economia global é a geografia dos novos tipos de transações internacionais, pois, com as finanças e os serviços especializados, que se tornaram dominantes nesse processo, o papel das cidades foi fortalecido. E uma das conseqüências é que as corporações multinacionais tornaram-se fundamentais para a organização da economia mundial e que os novos mercados globais, especialmente os mercados financeiros, a formação de blocos internacionais de comércio (União Européia e Nafta) constituem elementos importantes do quadro institucional. Esse volume de recursos que tem circulado nos principais mercados financeiros globais se deve, principalmente, à desregulamentação financeira nos principais mercados mundiais, que tem desviado o fluxo de investimento produtivo para o setor financeiro.

A autora caracteriza três tipos de lugares que simbolizam as novas formas de globalização econômica, a saber: zonas de processamento das exportações, centros bancários *offshore* e cidades globais. As zonas de processamento de exportações são áreas situadas em países periféricos, com acesso à mão-de-obra barata, onde as empresas dos países desenvolvidos podem instalar suas unidades industriais para processar e/ou reunir componentes trazidos dos países de origem para, posteriormente, reexportá-los (atualmente esse sistema é denominado, pelo Brasil, de *drawnback*, onde existem diversas empresas atuando). Já as cidades globais, para a autora, são lugares-chave para os serviços avançados e para as telecomunicações, necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais, e tendem a concentrar as matrizes das grandes empresas mundiais. Disso conclui-se, preliminarmente, que a dispersão territorial da atividade econômica, em escala global, acarretada pela globalização, criou novas formas de concentração. Por fim, os centros bancários *offshore*, que são os paraísos fiscais, constituem a resposta do setor privado à regulamentação governamental e representam uma localização altamente especializada para certos tipos de transações financeiras internacionais. E representam, atualmente, uma fração dos mercados de capital concentrados nas cidades globais.

No terceiro capítulo, a autora afirma que os novos acontecimentos mundiais proporcionaram o surgimento de um novo tipo de sistema urbano, que opera em níveis regionais, globais e transnacionais e analisa o impacto da globalização econômica nesse novo contexto. Nesse sistema, as cidades são pontos centrais fundamentais para

a coordenação internacional e para a prestação de serviços das empresas. Para a autora os sistemas urbanos são co-extensivos com os Estados-Nação. Sassen denomina três tipos de sistemas urbanos: os primaciais, os equilibrados e os transnacionais. Nos sistemas urbanos primaciais estão a América Latina, grande parte da Ásia e da África. Nessas cidades há uma distribuição desproporcional da população, do emprego e do PIB. Mas afirma que a primazia não é uma característica exclusiva dos países em desenvolvimento, ainda que suas formas mais extremas se localizem nesses países. Por fim, coloca que a globalização contribuiu para o desenvolvimento de novos pólos de crescimento, situados fora das grandes aglomerações urbanas, como as zonas de produção, os centros de turismo e os centros comerciais e financeiros. Nos sistemas urbanos equilibrados estão as cidades da Europa e dos Estados Unidos (países desenvolvidos). Nessas cidades, as modificações demográficas se mantêm praticamente inalteradas, o que caracteriza os sistemas urbanos equilibrados. Afirma ainda que novas tendências econômicas assumem formas distintas, algumas se tornam parte de redes transnacionais e, outras, passam a ser independentes dos centros principais de crescimento econômico em suas regiões ou nações. E destaca que uma hierarquia urbana fundamental conecta as grandes cidades mundiais. Já os sistemas urbanos transnacionais caracterizam-se por apresentar diferentes tipos de laços econômicos que conectam as cidades para além das fronteiras nacionais, através das redes multinacionais de filiais e subsidiárias das grandes empresas e da internacionalização e desregulamentação dos mercados financeiros. Por fim, conclui que a dinâmica do crescimento urbano nos países desenvolvidos se deu a partir das necessidades de locação ou nas suas preferências; já nos países em desenvolvimento, o crescimento urbano resultou do crescimento da população, especialmente da imigração. Afirma, também, que as cidades que são locais estratégicos na economia global tendem, em parte, a se desconectar de sua região. Existem cidades que pertencem a um sistema hierárquico nacional, sistema transnacional ou em nível global e, outras, que estão situadas fora dessas hierarquias e tendem a se tornar ainda mais periféricas.

No quarto capítulo a autora aborda as características do novo setor dominante na economia urbana das grandes cidades mundiais: a prestação de serviços. Sassen enfatiza que o processo básico, sob a perspectiva urbana, é a crescente demanda de serviços pelas empresas industriais e o fato de que essas cidades são os locais preferidos de produção para tais serviços. E, para crescer, o setor de



prestação de serviço depende de um forte setor manufatureiro, mesmo que este setor não seja, atualmente, o mais predominante nas grandes cidades. Destaca as condições que proporcionaram o crescimento e os padrões de localização desses serviços, principalmente ao afirmar que as cidades oferecem economias de aglomeração e recursos inovadores. Trata da formação de um novo complexo de prestação de serviços nas grandes cidades, utilizando a coordenação e os requisitos de planejamento das grandes corporações. Assim, afirma que o grande aumento da utilização do setor de prestação de serviços também foi propulsionado pela dispersão territorial das empresas em nível regional, nacional e global. Analisa os padrões de localização das grandes matrizes das empresas como um modo de entender o significado da concentração das matrizes nas cidades. Segundo Sassen, a concentração das matrizes está ligada ao porte da empresa (empregos e renda global), à natureza do sistema urbano em um determinado país, às diferentes histórias econômicas e tradições comerciais e a uma fase econômica específica. E, por fim, analisa o impacto na economia urbana da crise financeira internacional que ocorreu no final dos anos de 1980, especialmente em Nova York, que mesmo com a crise ainda continua sendo um importante centro internacional dominado pelas grandes indústrias financeiras internacionais. A autora conclui afirmando que a dinâmica a favor da aglomeração vem operando em diferentes níveis hierárquicos urbanos (do global ao regional).

No quinto capítulo, a autora trata da crescente concentração e especialização das funções financeiras e de prestação de serviços através de três estudos de caso (Miami, Toronto e Sydney), enfatizando as funções de cidades globais. A autora escolheu cidades de menor porte, as quais não costumam ser consideradas lugares onde se exerçam processos globais. Miami apresenta dois processos histórico-econômicos fundamentais, a saber: a continuidade do complexo comercial pelos cubanos e a formação de um novo complexo que atende às demandas criadas pelos atuais processos de globalização (serviços financeiros e especializados em negócios). Para a autora, o desenvolvimento das funções de cidade global em Miami centra-se no recente crescimento dos investimentos internacionais, na sua maioria da América Latina, na complexidade das transações e na tendência mundial das empresas em operar globalmente, caracterizando um novo local para operações transnacionais de um novo setor das corporações internacionais. Assim, mesmo não sendo uma cidade global, Miami é um lugar onde se exercem as funções da

cidade global. Já Toronto caracteriza-se pelo distrito financeiro, onde há a maior concentração de prédios de escritórios de corporações do Canadá, o que sugere alta densidade e especialização. As funções de alto nível e as atividades mais complexas e inovadoras são desempenhadas no distrito financeiro das grandes cidades, como as atividades especulativas, fusões e aquisições e empréstimos de grande porte, entre outras. Para Sassen, Toronto sugere uma resposta às atuais tendências econômicas mundiais. Quanto a Sydney, a cidade foi caracterizada como um sistema urbano multipolar, através do surgimento de vários centros financeiros e comerciais mundiais e abriga, atualmente, maior concentração de empresas internacionais. Destaca que os padrões de investimento estrangeiro, as viagens áreas internacionais e o turismo, a localização das atividades e matrizes que dependem de redes globais, refletem o processo de internacionalização e concentração.

Sassen afirma que o alto nível de concentração ocorreu pela globalização econômica e pela desregulamentação financeira, que proporciona a mobilidade dos serviços financeiros através do avanço das telecomunicações e das redes eletrônicas. Enfatiza ainda que a globalização aumentou o nível de complexidade das transações e a desregulamentação promoveu a criação de instrumentos novos e complexos, aumentando a importância dos centros principais. Quanto às consequências espaciais para as grandes cidades mundiais, enfatiza que, à medida que vários eixos de desenvolvimento são articulados por meio de cibervias (auto-estradas digitais), representam um novo correlato geográfico do tipo mais avançado. Já os lugares que não se encaixarem nessa nova rede passam a pertencer à periferia. Por fim, conclui, ao analisar a correlação espacial do centro, que não existe mais uma relação simples e direta entre a centralidade e entidades geográficas, como o centro da cidade e o distrito comercial central. Afirma ainda que um dos motivos para enfocar a centralidade e seus correlatos espaciais é recuperar um determinado tipo de lugar, que são as cidades, na operação dos processos globais.

No sexto capítulo, a autora aborda a questão do aumento das desigualdades socioeconômicas nas grandes cidades mundiais. Afirma que essa consequência da economia globalizada pode ser interpretada como uma reestruturação social e econômica e o surgimento de novas formas sociais, como o crescimento de uma economia informal nas grandes cidades dos países desenvolvidos, o aburguesamento das pessoas dos setores comerciais e residenciais e o aumento dos sem-teto nos



países ricos. Trata, ainda neste capítulo, da discussão sobre a transformação do processo de trabalho e como se materializa nas grandes cidades, afirmando que, independentemente de quão elevado seja o lugar ocupado por uma cidade nas novas hierarquias transnacionais, haverá uma participação significativa de empregos de baixa remuneração, julgados como irrelevantes em uma economia avançada da informação, embora seja um componente integral dessa economia. Assim, a existência de economia informal desponta como um mecanismo que proporciona a redução de custos e a flexibilidade. Analisa também a distribuição dos rendimentos em uma economia dominada pelos serviços e os processos fundamentais que fazem parte da modificação da distribuição de renda, que são a economia informal e a reestruturação do consumo. Afirma que os serviços apresentam uma participação maior de empregos de baixa remuneração do que o setor manufatureiro, assim como o rápido crescimento das indústrias, com elevada concentração de empregos de alta e baixa remuneração, assumiram formas distintas, no que se refere à estrutura de consumo, que tente a exercer um efeito de retroalimentação sobre a organização do trabalho e sobre os tipos de empregos criados. E conclui que o desenvolvimento das cidades não pode ser entendido de forma isolada em relação às mudanças que ocorreram na organização das economias avançadas e que o novo quadro institucional contribuiu para uma reformulação da esfera da reprodução e do consumo social. Enfatiza que todas essas tendências ocorrem nas grandes cidades com maior intensidade e em três condições, a saber: concentração locacional dos grandes setores com dispersão salarial, proliferação das operações do setor de serviços com baixa remuneração e, por fim, o tamanho reduzido do setor manufatureiro e o aumento da economia informal. E destaca, também, que há uma maior segmentação da classe média que apresenta maior movimentação (para baixo e para cima) do que ocorreu em outros períodos.

No último capítulo, Sassen resume os três importantes fatos que estabeleceram as bases para a análise das cidades

em uma economia mundial neste livro: a dispersão territorial das atividades econômicas, das quais a globalização, que é uma das formas, contribui para o crescimento centralizado das funções e operações (as tecnologias de informação contribuem para a concentração espacial, pois tornam possível a dispersão geográfica e a integração simultânea de muitas atividades); o gerenciamento e o controle centralizados, sobre um conjunto geograficamente disperso de operações econômicas, não ocorrem inevitavelmente como parte de um 'sistema mundial' (as grandes cidades são os centros do setor de serviços, das finanças e do comércio internacional, dos investimentos e das operações realizadas pelas matrizes); e a globalização econômica contribuiu para uma nova geografia da centralidade e da marginalidade, onde as cidades globais são locais de imensa concentração de poder econômico (assim, assume muitas formas, desde a distribuição dos recursos das telecomunicações à estrutura da economia e do emprego). Por fim, afirma ainda que as grandes cidades surgiram como territórios estratégicos, locais das operações concretas da economia e onde se concentra a diversidade. Enfatiza que a dinâmica da valorização aumentou a distância entre os setores desvalorizados e valorizados da economia, tornando as cidades um território contestado.

A brilhante exposição de Saskia Sassen, sobre as cidades em um sistema econômico globalizado, enfatiza a importância e o desdobramento da análise no contexto histórico, social e econômico, principalmente, nos últimos 60 anos. As suas idéias e críticas sobre as cidades globais como locais estratégicos para a globalização, pois são pontos de comando, mercados globais e locais de produção para a economia da informação, fizeram dela uma das principais e mais respeitadas pesquisadoras mundiais sobre o tema. Assim, o livro "As cidades na economia mundial" é uma das contribuições mais importantes sobre as funções das cidades globais nesse novo momento da história econômica mundial.





**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Serviço de Atendimento ao Usuário: de 2^a a 6^a, das 9:00 às 18:30
Tel.: (71) 370 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br
Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4^a Avenida - 2^o and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia - tel.: (71) 371 9665

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE



INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS TOTALIZAM CERCA DE R\$ 22 BI

Os investimentos industriais anunciados para o Estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2004-2008, totalizaram um volume da ordem de R\$ 22 bilhões agregando 428 projetos. Do total dos investimentos anunciados, 51% corresponde a instalação de novas unidades industriais, agregando um volume superior a R\$ 11,3 bilhões. Para os investimentos em ampliação, esse volume ultrapassa R\$ 10,5 bilhões, representando aproximadamente 48% do total. Esses investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Os empreendimentos industriais deverão gerar aproximadamente 71 mil postos de trabalho, depois de iniciadas as operações das unidades industriais, sendo o eixo Metropolitano responsável por 45% do total dos empregos diretos e o Oeste do São Francisco por aproximadamente 8%.

Ao analisar tais investimentos quanto ao Complexo de Atividade Econômica verificou-se que 74% encontram-se alocados nos complexos Atividade Mineral e Beneficiamento (15%), Complexo Madeireiro (42%) e Químico e Petroquímico (16%) que juntos agregam um volume de recursos da ordem de R\$ 16,2 bilhões, e 109 projetos de empresas de médio e grande porte, o que representa 26% do total de projetos anunciados. Com esses resultados, pode-se confirmar a tendência de que os maiores volumes de investimentos estão alocados nos grandes empreendimentos industriais. Os demais

complexos agregam um volume da ordem de R\$ 5,8 bilhões.

No que se refere à localização, indicado pelos Eixos de Desenvolvimento, grande parte concentra-se no Metropolitano e o Extremo Sul agregando 89% do total, o que corresponde a um volume da ordem de R\$ 19,6 bilhões. Esses eixos agregam 254 projetos de investimentos, representando 59% do número de projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos superior a R\$ 2,5 bilhões, representando 11% do total.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do Estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991 com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Estes programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, com os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, com o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998 com o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica; além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2003, encontram-se a Veracel Celulose, Aracruz Celulose, Bahia Sul Celulose, Caoa Montadora de Veículos (Hyundai), Moinho Dias Branco, Policarbonatos do Brasil S/A e Complast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.



Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade
2004 - 2008

COMPLEXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Agroalimentar	951.397	58
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.313.382	26
Calçados/Têxtil/Confecções	913.589	40
Complexo Madeireiro	9.350.573	16
Eletroeletrônico	603.163	50
Metal-Mecânico	1.506.280	66
Químico-petroquímico	3.764.553	68
Transformação Petroquímica	973.512	75
Outros	395.292	5
TOTAL	21.771.741	404

Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/02/04.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento
2004 - 2008

EIXO	VOLUME (R\$1.000,00)	Nº PROJETOS
Baixo Médio São Francisco	97.092	6
Chapada Norte	70.456	11
Chapada Sul	7.229	4
Extremo Sul	9.194.647	12
Grande Recôncavo	685.337	52
Mata Atlântica	612.846	43
Médio São Francisco	31.500	2
Metropolitano	10.216.919	232
Nordeste	21.130	4
Oeste do São Francisco	485.186	13
Planalto Central	110.340	1
Planalto Sudoeste	189.186	17
A Definir	49.873	7
TOTAL	21.771.741	404

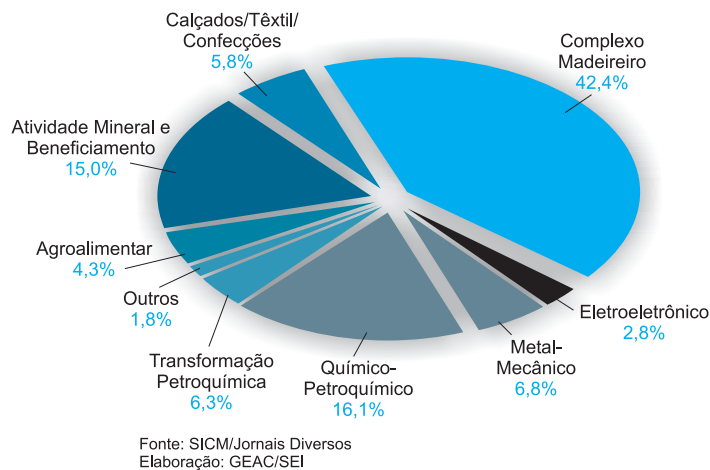
Fonte: SICM/Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/04/04.



Investimentos Previstos para a Bahia - 2004 / 2008
Participação dos Investimentos por Complexo de Atividade



METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS NO ESTADO DA BAHIA

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no Estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no Estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.





NEGÓCIOS

EMPRESA DE CALL CENTER AMPLIA ATUAÇÃO NA BAHIA

O prefeito Antonio Imbassahy assinou no dia 10/02, protocolo de intenções com a Atento Brasil S.A. para ampliação da prestação de serviços em centrais de atendimento telefônico (call center) em Salvador, gerando dois mil novos empregos. O início das contratações está previsto para abril deste ano.

Com a ampliação da Atento, o número de novas vagas previstas para o setor sobe para oito mil, somados os protocolos assinados também no início deste ano com o Banco do Brasil e com a Vivo. Segundo ele, as centrais de atendimento telefônico apresentam elevada absorção de mão-de-obra, atendendo aos objetivos da política governamental de empregar a mão-de-obra local. O prefeito ressaltou que em benefício da população, o município renuncia a parte dos tributos a fim de garantir novos postos de trabalho.

A Atento, que já atua em Salvador há cinco anos, é a maior empresa no segmento de telesserviços do país, contando com aproximadamente 30 mil empregados distribuídos em seis estados. Em Salvador são 400 posições de atendimento e 800 funcionários. Segundo o vice-presidente de Administração e Finanças da Atento, Wagner Benedicto de Lima, as condições oferecidas por Salvador foram determinantes para que a empresa decidisse pela ampliação.

Salvador terá oito mil vagas em call center. Tribuna da Bahia, 11/02/2004.

CONTINENTAL PNEUS PODE SE INSTALAR NA BAHIA

O grupo alemão Continental, segundo maior produtor de pneus da Europa e quarto do mundo, está negociando com o governo da Bahia a instalação de uma fábrica, a primeira da marca no país, no Pólo Petroquímico de Camaçari.

O projeto, apresentado por altos executivos do grupo ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, em recente encontro com empresários em Genebra, na Suíça, prevê um investimento de US\$270 milhões na construção da nova unidade, que terá capacidade de produzir, anualmente, entre cinco e oito milhões de pneus e absorverá 1,2 mil empregos diretos. A companhia quer destinar até 85% da produção para vendas externas, o que torna o projeto mais interessante para o governo brasileiro, que quer atrair investimentos internacionais que gerem exportações.

Através de sua assessoria de imprensa, em São Paulo, a Continental confirma as negociações e os números do projeto, mas informa que ainda não há nenhum documento firmado com as autoridades baianas. As constantes mudanças nas regras tributárias brasileiras - como agora com a Cofins, cuja alíquota aumentou de 3% para 7,6% - estariam atrasando o andamento das negociações. Há informação ainda de que dois países de economia emergente estejam disputando com o Brasil a preferência do grupo alemão. Órgãos do governo do estado ligados ao setor, embora não neguem as tratativas, também não querem se pronunciar a respeito, por enquanto.

Vale lembrar que, em 1997, a Continental planejou instalar uma fábrica em Juiz de Fora (Minas Gerais), no rastro da implantação de uma unidade da Mercedes-Benz



para o modelo Classe A naquela cidade. Mas o projeto não foi adiante, sem maiores explicações por parte da empresa. O que se sabe é que a multinacional alemã tem como estratégia global deslocar sua produção para países com baixo custo de mão-de-obra, visando reduzir custos. A companhia é a única grande fabricante de pneus no mundo ainda sem fábrica no Brasil, atuando aqui através de ampla rede de distribuição e revendedores.

Bahia pode ganhar fábrica de pneus. Correio da Bahia, 10/02/04.

ICATU HARTFORD INAUGURA SEDE EM SALVADOR

A Bahia é o estado do Nordeste que mais investiu em planos de previdência do tipo Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), com R\$83 milhões no período de janeiro a novembro de 2003, segundo dados da Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda (Susep).

De olho nessa demanda, a Icatu Hartford, empresa do ramo de seguros de vida, previdência privada e capitalização, está ampliando sua atuação no estado, e inaugurou uma nova sede em Salvador, na Avenida Manoel Dias. Junto com o novo endereço, a companhia traz R\$10 milhões em investimentos para todo o Nordeste, onde está presente também em Pernambuco e Ceará, e espera obter este ano um crescimento em torno de 15% na região.

O diretor regional da Icatu Hartford, Antônio Barbosa, destacou que a Bahia é um estado estratégico para a consolidação da companhia entre as maiores empresas de seguro e previdência da região Nordeste. Nossa nova sede é parte dessa estratégia”, declarou o executivo, ressaltando que 60% das novas vendas da empresa ao longo de 2003 ocorreram no Nordeste.

De acordo com Antônio Barbosa, o montante de R\$10 milhões está sendo aplicado em mão-de-obra, sistemas e treinamento de corretores. “O crescimento atual do mercado de seguro e previdência foi bastante estimulado pela reforma da Previdência”, comentou o diretor regional.

Icatu Hartford inaugura sede em Salvador. Correio da Bahia, 10/02/2004.

ILHÉUS RECEBE INVESTIMENTOS DE DUAS NOVAS FÁBRICAS

Acidade de Ilhéus, no sul da Bahia, vai ganhar duas novas indústrias, ainda neste semestre. O governador Paulo Souto anunciou, 18/02, na governadoria, a implantação da Incanto Divani Estofados e da Pomp Produtos Hospitalares e de Segurança. Juntas, elas vão investir mais de R\$16 milhões, e possibilitarão um incremento de 900 novas vagas no mercado de trabalho local.

O secretário de Indústria, Comércio e Mineração do estado, Otto Alencar, afirmou que o governo continua empenhado na diversificação industrial do estado, inclusive no município de Ilhéus, conhecido pelo seu Pólo de Informática e Eletro-eletrônicos.

Somente a grife italiana de estofados Incanto Divani vai gerar 700 empregos diretos no município. A sua primeira planta no Brasil vai resultar de um investimento da ordem de R\$15 milhões, possibilitando a produção de 1,5 mil estofados por dia. Inicialmente, a unidade vai ocupar um galpão provisório no Distrito Industrial de Ilhéus, enquanto é concluída a obra da fábrica, que terá 200 mil metros quadrados, sendo 25 mil de área construída. “Parte da produção será direcionada para exportação, o que já sinaliza a possibilidade de ampliação da empresa”, afirmou o secretário.

A Pomp Produtos Hospitalares e de Segurança do Trabalho vai produzir tubos de silicone, próteses, sondas, drenos, protetores auriculares, cremes de proteção, entre outros artigos, após investimentos de R\$1 milhão. A empresa, que também vai instalar sua unidade no Distrito Industrial de Ilhéus, pretende produzir 500 mil peças por mês, gerando 200 empregos. A área total do terreno da empresa é de 17 mil metros quadrados, sendo 3,1 mil metros quadrados de área construída.

Sul da Bahia ganhará duas novas indústrias. Correio da Bahia, 18/02/2004.



INDICADORES

FORD A TODO VAPOR

De acordo com o presidente da montadora, a fábrica baiana produziu 138 mil veículos em 2003, sendo 90 mil unidades do novo Fiesta e 48 mil do modelo Ecosport.

“Para se ter uma idéia do ritmo de trabalho da fábrica, basta verificar que estamos produzindo 750 carros por dia, o que significa que as fábricas fornecedoras estão sendo obrigadas a produzir quantidade equivalente de retrovisores, vidros, parafusos e centenas de peças, abrindo perspectiva para uma baianização cada vez maior da produção”, disse Maciel Neto. Ele informou ainda, que em 2003 foram exportadas 54 mil unidades, gerando US\$402 milhões em exportação.

“Esses dados demonstram que o impacto da Ford na economia baiana foi muito mais expressivo do que se esperava inicialmente”, avaliou Avena. “A empresa já é responsável por 12% das exportações baianas e os automóveis já são o terceiro item da pauta. Além disso, a Ford foi responsável por grande parte do crescimento industrial do estado em 2003, que foi de 10,4%”.

Segundo Maciel Neto, além de já contabilizar mais de cinco mil empregos diretos e mais de 50 mil indiretos, o Complexo Industrial Ford Nordeste alcançou 900 horas de treinamento por empregado, vem provocando sensível desenvolvimento do comércio e serviços no seu entorno e está transferindo tecnologia para escolas e universidades. Além disso, as peças utilizadas no complexo têm índice de nacionalização de 95%. Destas, 71% têm conteúdo baiano.

Ford exportou US\$402 milhões em 2003. Correio da Bahia, 10/02/2004.



AÇÃO GOVERNAMENTAL

ESTADO GARANTE INVESTIMENTO PARA O AGRONEGÓCIO BAIANO

O agronegócio baiano vai receber investimentos da ordem de R\$2,3 bilhões, nos próximos quatro anos. No início de março, o governo do estado e o Banco do Nordeste (BN) anunciaram uma parceria na execução dos Programas para Desenvolvimento do Agronegócio Baiano, que vai envolver 23 culturas e criações, e contemplar todas as regiões do estado. Este ano, serão investidos R\$500 milhões e a expectativa é de geração de pelo menos cem mil novos postos de trabalho anuais, em cada plano de safra.

O uso de novas tecnologias, capacitação, assistência técnica, o estímulo à pesquisa, cooperativismo e a integração dos elos das cadeias produtivas estão entre os principais objetivos.

O Banco do Nordeste vai garantir crédito de R\$1,8 bilhão, nos quatro anos, com condições diferenciadas para quatro categorias de produtores: mini, pequeno, médio e grande. Para todos eles, o prazo de pagamento é de 12 anos e a carência é de quatro. Os juros variam de 6% a 10,75% ao ano, mais TJLP, e o limite de crédito é de 90% para mini e pequenos, e de 70% para médios e grandes produtores. Este ano, cerca de R\$400 milhões já estarão disponíveis nas 34 agências do banco na Bahia, e nas outras quatro novas unidades bancárias que serão abertas, este ano, nos municípios de Luís Eduardo Magalhães, Seabra, Conceição do Coité e Valença.

Segundo Maia, além da Secretaria de Agricultura, outros órgãos do estado estarão envolvidos nos programas, principalmente na capacitação e assistência técnica. O investimento de R\$500 milhões do governo estadual será direcionado, também, para infra-estrutura e atendimento ao produtor, sendo que cerca de R\$100 milhões já estão garantidos para 2004. Todos os recursos, incluídos do banco, já estão direcionados por região e por atividade.

Agronegócio terá R\$ 2,3 bilhões. Correio da Bahia, 18/02/2004.

PRODUÇÃO PESQUEIRA DE VALENÇA RECEBE INCENTIVO ESTADUAL

Incentivar a produção de tilápias em tanques-rede – uma tecnologia que garante produtividade e boa qualidade dos peixes – através do estímulo ao associativismo é o principal objetivo do Programa Municipal de Piscicultura Familiar, que vem sendo realizado em Valença. Cerca de 20 produtores participam do programa, cuja primeira despesa (colheita) foi feita em fevereiro, atingindo cerca de 1,8 mil toneladas de pescado na localidade de Derradeira, onde está sendo aplicado. Toda a produção foi comercializada no próprio município.

O programa é uma parceria entre o Governo do Estado, através da Bahia Pesca/Secretaria da Agricultura (Seagri), prefeitura de Valença, Sebrae e a empresa Valença da Bahia Maricultura, além da Associação de Pequenos Agricultores da Derradeira e comunidade local.

A primeira despesa é resultado de um trabalho iniciado em 2003, quando foram realizadas diversas atividades para sensibilização da comunidade. Nas palestras, foi discutida a importância da parceria entre as entidades para o sucesso do programa.

Associativismo gera aumento da produção pesqueira em Valença. Diário oficial, 19/02/2004.



DESENBÁHIA COMEÇA A OPERAR FUNDO COMPLEMENTAR DE GARANTIAS

A agência de fomento do estado da Bahia, Desenbahia, está registrando mais um importante avanço em seu esforço para disponibilizar crédito às empresas menores. Neste mês de fevereiro, a instituição começou a operar o Fundo de Aval às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Fampe), um mecanismo criado pelo Sebrae para complementar as garantias oferecidas pelos empresários, facilitando assim a obtenção de financiamento.

Segundo o presidente da Desenbahia, Vladson Menezes, o Fampe é inspirado em fundos similares existentes em países como Japão e Coréia, mas foi aperfeiçoado e adaptado às necessidades do Brasil.

Inicialmente, o Fampe vai garantir investimentos fixos e mistos. O mecanismo funciona pela concessão do aval complementar às garantias do cliente, quando são cobradas taxas entre 2% e 6% do valor da garantia concedida, a depender do prazo da operação que varia entre 24 e 96 meses. Os recursos resultantes das taxas vão alimentar o fundo, cuja receita inicial foi alocada pelo Sebrae. Daí a importância do retorno dos créditos garantidos pelo fundo, cuja falta de pagamento rompe o equilíbrio do sistema, prejudicando as novas operações.

Para operar o Fampe, a Desenbahia passou por uma preparação iniciada com uma análise técnica realizada no segundo semestre do ano passado, pela Associação Brasileira das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), entidade parceira do Sebrae.

Desenbahia começa a operar fundo complementar de garantias. Diário oficial, 17/02/2004.



LEGISLAÇÃO

UNIÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 4.981, de 06 de fevereiro de 2004 – Altera o art. 4º do decreto n.º 193, de 21 de agosto de 1991, que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

Decreto n.º 4.982, de 09 de fevereiro de 2004 – Promulga o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul.

Decreto n.º 4.993, de 18 de fevereiro de 2003 – Cria o comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG e dá nova redação ao caput do art. 5º do decreto n.º 4.732, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre a Câmara de Comércio – CAMEX, do conselho de governo.

Decreto n.º 4.995, de 19 de fevereiro de 2004 – Dispõe sobre a execução no território nacional da resolução n.º 1.521, de 22 de dezembro de 2003, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o regime de sanções à Libéria.

Decreto n.º 4.997, de 26 de fevereiro de 2004 – Dispõe sobre os saldos remanescentes das autorizações constantes do Quadro VI da lei n.º 10.640, de 14 de janeiro de 2003, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Medida provisória n.º 165, de 11 de fevereiro de 2004 – Dispõe sobre o contrato de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de água, nos termos do art. 51 da lei n.º 9.433, de 08 de janeiro de 1997, e dá outras providências.

Medida provisória n.º 169, de 20 de fevereiro de 2004 – Acrescenta o inciso XVI ao art. 20 da lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS

Lei n.º 10.839, de 05 de fevereiro de 2004 – Altera e acresce dispositivo à lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Lei n.º 10.840, de 11 de fevereiro de 2004 – Cria o Programa Especial de Habitação Popular – PEHP, e dá outras providências.

Lei n.º 10.841, de 18 de fevereiro de 2004 – Autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro e dá outras providências.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução normativa n.º 394, de 05 de fevereiro de 2004 – Dispõe sobre o período de apuração e a escrituração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Instrução normativa n.º 395, de 05 de fevereiro de 2004 – Aprova o programa gerador e as instruções para preenchimento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) na versão “DCTF 3.0”.

Instrução normativa n.º 397, de 12 de fevereiro de 2004 – Dispõe sobre a exigência de regularidade fiscal para o alfandegamento de portos explorados pelos concessionários e permissionários que menciona.

Instrução normativa n.º 399, de 19 de fevereiro de 2004 – Aprova o programa aplicativo para preenchimento da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física, exercício 2004, ano-calendário 2003, para uso em computador com sistema operacional Windows.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULARES

Circular n.º 3.224, de 12 de fevereiro de 2004 – Estabelece procedimentos relativos aos Documentos de Crédito – DOC.

Circular n.º 3225, de 12 de fevereiro de 2004 – Estabelece forma, limites e condições de declaração de bens e de



valores detidos no exterior por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no país.

Circular n.º 3.226, de 18 de fevereiro de 2004 – Dispõe sobre a prestação de serviços por parte de bancos múltiplos, bancos comerciais e Caixa Econômica Federal a cooperativas de crédito, referentes à compensação de cheques e acesso a sistemas de liquidação de pagamentos e transferências interbancárias.

Circular n.º 3.227, de 18 de fevereiro de 2004 – Altera o regulamento de Operações de Câmbio de Natureza Financeira do Mercado de Câmbio de taxas livres.

RESOLUÇÕES

Resolução n.º 3.165, de 29 de janeiro de 2004 – Dispõe sobre a constituição de banco comercial sob controle direto de bolsa de mercadorias e futuro, para operar exclusivamente como liquidante das operações nela cursadas.

Resolução n.º 3.166, de 29 de janeiro de 2004 – Dispõe sobre a comprovação da origem de recursos destinados à subscrição de aumento de capital em espécie das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução n.º 3.171, de 19 de fevereiro de 2004 – Dispõe sobre a realização de operações compromissadas de que trata o regulamento anexo à resolução 2.950, de 2002.

Resolução n.º 3.175, de 20 de fevereiro de 2004 – Altera o regulamento anexo à resolução 2.309, de 1996, que dispõe sobre as operações de arrendamento mercantil, relativamente à faculdade de pactuar variação cambial nessas operações.

ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

Decreto n.º 8.941, de 04 de fevereiro de 2004 – Institui a Unidade Gestora do Programa Viver Melhor e dá outras providências.

Decreto n.º 8.963, de 11 de fevereiro de 2004 – Dispõe sobre prazo especial para recolhimento do ICMS devido

pelos contribuintes vinculados à campanha de promoção de vendas denominada “Liquida Salvador – 2004”.

Decreto n.º 8.969, de 12 de fevereiro de 2004 – Procede à alteração n.º 52 ao regulamento do ICMS e dá outras providências.

Decreto n.º 8.982, de 19 de fevereiro de 2004 – Dispõe sobre o prazo especial para recolhimento das taxas estaduais relativas ao período do carnaval 2004 em Salvador, na forma que indica, e dá outras providências.

Decreto financeiro n.º 26, de 01 de março de 2004 – Abre ao orçamento fiscal crédito suplementar, na forma que indica, e dá outras providências.

LEIS

Lei n.º 9.005, de 04 de fevereiro de 2004 – Autoriza o poder executivo a formaliza, junto à Caixa Econômica Federal, a contratação de operação de crédito, na forma que indica, e dá outras providências.

SECRETARIA DA FAZENDA

PORTARIAS

Portaria n.º 76, de 05 de fevereiro de 2004 – Altera para o exercício de 2004, o orçamento analítico do Encargos Gerais do Estado – EGERAIS, na forma que indica, e dá outras providências.

Portaria n.º 103, de 16 de fevereiro de 2004 – Altera para o exercício de 2004, o Orçamento analítico do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – FUNPREV, na forma que indica, e dá outras providências.

Portaria n.º 106, de 18 de fevereiro de 2004 – Republica o resultado da classificação final da 2ª etapa da 2ª fase da Campanha “Sua Nota é um Show de Solidariedade”, da área social e dá outras providências.



INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

IPC

Índice de Preços ao Consumidor

Salvador – Fevereiro/2004

Grandes Grupos	Variações do Mês %		Variações Acumuladas %		Índice Acumulado	
	Fev/03	Fev/04	No Ano	Últ. 12 Meses	Abr/92 = 100	Jun/94 = 100
1. Alimentos e Bebidas	0,92	0,88	1,92	8,85	328415,0	220,16
2. Habitação e Encargos	-0,30	0,55	0,71	10,48	531081,1	424,68
3. Artigos de Residência	0,70	-1,37	-1,19	10,87	264451,4	221,04
4. Vestuário	-0,31	-0,34	0,21	4,20	284981,0	167,25
5. Transporte e Comunicação	4,40	0,76	0,73	5,38	496737,1	537,58
6. Saúde e Cuidados Pessoais	1,70	0,09	2,83	12,90	520838,9	277,49
7. Despesas Pessoais	1,36	0,10	2,17	9,05	585179,8	335,55
8. Geral	1,30	0,29	1,19	8,27	405732,0	282,72

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

Nota: O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 a 40 S.M



AGRICULTURA

Produção Física e Rendimento Médio dos Principais Produtos

Bahia - 2003-2004

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Produção Física em t			Rendimento Médio em Kg/ha		
	2002 (2)	2004 (3)	Variação(%)	2002(2)	2004 (3)	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁽⁴⁾	116.557	115.149	-1,2	24.553	24.721	0,7
Algodão Herbáceo	179.971	276.337	53,5	2.391	3.223	34,8
Alho	13.167	13.903	5,6	8.451	8.345	-1,3
Amendoim	4.452	7.576	70,2	957	1.291	34,9
Arroz Total	39.543	31.120	-21,3	1.467	1.727	17,7
Arroz Sequeiro	nd	23.758	-	nd	1.464	-
Arroz Irrigado	nd	7.362	-	nd	4.106	-
Batata-inglesa	91.020	114.510	25,8	29.042	29.234	0,7
Cana-de-açúcar	4.447.168	4.566.742	2,7	55.321	55.096	-0,4
Cebola	134.723	147.522	9,5	24.087	22.640	-6,0
Feijão Total	373.979	417.797	11,7	493	600	21,7
Feijão 1ª Safra	nd	182.901	-	nd	600	-
Sequeiro	nd	102.154	-	nd	619	-
Irrigado	nd	2.144	-	nd	1.348	-
Caupi	nd	78.603	-	nd	569	-
Feijão 2ª Safra	nd	234.896	-	nd	600	-
Sequeiro	nd	194.942	-	nd	539	-
Irrigado	nd	36.423	-	nd	2.401	-
Caupi	nd	3.531	-	nd	231	-
Fumo	9.947	11.229	12,9	890	898	0,9
Mamona	64.957	70.951	9,2	591	950	60,7
Mandioca	4.088.788	3.908.276	-4,4	12.571	11.821	-6,0
Milho Total	849.743	1.667.433	96,2	1.657	2.391	44,3
Milho 1ª Safra	nd	1.418.613	-	nd	3.803	-
Sequeiro	nd	1.319.877	-	nd	3.691	-
Irrigado	nd	98.736	-	nd	6.399	-
Milho 2ª Safra	nd	248.820	-	nd	767	-
Sequeiro	nd	245.070	-	nd	757	-
Irrigado	nd	3.750	-	nd	5.208	-
Soja	1.464.000	1.555.500	6,3	1.830	1.830	0,0
Sorgo Granífero	33.777	74.055	119,2	1.144	1.504	31,5
Tomate	237.763	211.750	-10,9	44.860	40.768	-9,1
Tomate de Mesa	nd	195.360	-	nd	39.902	-
Tomate para Indústria	nd	16.300	-	nd	54.698	-
Lavouras Permanentes						
Banana ⁽⁵⁾	763.901	749.945	-1,8	15.156	14.666	-3,2
Cacau	110.205	110.392	0,2	225	227	0,9
Café	169.310	130.095	-23,2	1.142	914	-20,0
Castanha-de-cajú	5.445	5.444	0,0	283	279	-1,4
Coco-da-baía ⁽⁴⁾	731.208	705.311	-3,5	9.646	7.328	-24,0
Dendê	167.581	nd	-	4.019	nd	-
Guaraná	2.680	2.320	-13,4	456	391	-14,3
Laranja	923.056	770.275	-16,6	18.195	15.937	-12,4
Mamão	783.600	810.060	3,4	46.284	51.063	10,3
Maracujá ⁽⁴⁾	125.741	nd	-	13.093	nd	-
Pimenta-do-reino	2.443	2.715	11,1	2.264	2.386	5,4
Sisal	163.458	176.728	8,1	852	853	0,1
Uva	83.333	87.434	4,9	30.502	30.036	-1,5

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), fevereiro/2004 (safra 2003 - dados sujeitos a retificação).

(4) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(5) Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual



Área Plantada, Área Colhida e Área Perdida dos Principais Produtos Bahia - 2003-2004

Produtos do LSPA ⁽¹⁾	Área Plantada em ha			Área Colhida em ha			Área Perdida em ha ⁽⁴⁾	
	2002 (2)	2004 (3)	Variação(%)	2002 (2)	2004 (3)	Variação(%)	2002 (2)	2004 (3)
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.747	4.658	-1,9	4.747	4.658	-1,9	0	0
Algodão Herbáceo	75.264	86.303	14,7	75.264	85.744	13,9	0	559
Alho	1.558	1.666	6,9	1.558	1.666	6,9	0	0
Amendoim	4.649	5.869	26,2	4.649	5.869	26,2	0	0
Arroz Total	26.940	18.018	-33,1	26.940	18.018	-33,1	0	0
Arroz Sequeiro	nd	16.225	-	nd	16.225	-	-	0
Arroz Irrigado	nd	1.793	-	nd	1.793	-	-	0
Batata-inglesa	3.134	3.917	25,0	3.134	3.917	25,0	0	0
Cana-de-açúcar	80.432	82.887	3,1	80.387	82.887	3,1	--	0
Cebola	5.593	6.516	16,5	5.593	6.516	16,5	0	0
Feijão Total	821.961	774.901	-5,7	758.485	696.541	-8,2	63.476	78.360
Feijão 1ª Safra	nd	380.789	-	nd	304.739	-	-	76.050
Sequeiro	nd	240.740	-	nd	165.050	-	-	75.690
Irrigado	nd	1.590	-	nd	1.590	-	-	0
Caupi	nd	138.459	-	nd	138.099	-	-	360
Feijão 2ª Safra	nd	394.112	-	nd	391.802	-	-	2.310
Sequeiro	nd	363.515	-	nd	361.365	-	-	2.150
Irrigado	nd	15.173	-	nd	15.173	-	-	0
Caupi	nd	15.424	-	nd	15.264	-	-	160
Fumo	11.164	12.498	11,9	11.164	12.498	11,9	0	0
Mamona	118.964	74.675	-37,2	109.800	74.675	-32,0	9.164	0
Mandioca	345.376	335.414	-2,9	325.251	330.614	1,6	-	4.800
Milho Total	705.592	748.580	6,1	512.758	697.486	36,0	192.834	51.094
Milho 1ª Safra	nd	422.478	-	nd	372.989	-	-	49.489
Sequeiro	nd	407.048	-	nd	357.559	-	-	49.489
Irrigado	nd	15.430	-	nd	15.430	-	-	0
Milho 2ª Safra	nd	326.102	-	nd	324.497	-	-	1.605
Sequeiro	nd	325.382	-	nd	323.777	-	-	1.605
Irrigado	nd	720	-	nd	720	-	-	0
Soja	800.000	850.000	6,3	800.000	850.000	6,3	0	0
Sorgo Granífero	29.606	58.991	99,3	29.506	49.241	66,9	100	9.750
Tomate	5.300	5.194	-2,0	5.300	5.194	-2,0	0	0
Tomate de Mesa	nd	4.896	-	nd	4.896	-	-	0
Tomate para Indústria	nd	298	-	nd	298	-	-	-
Lavouras Permanentes								
Banana	51.192	51.541	0,7	50.400	51.136	1,5	792	405
Cacau	576.875	495.123	-14,2	487.791	486.285	-0,3	89.084	8.838
Café	153.748	144.103	-6,3	148.169	142.286	-4,0	5.579	1.817
Castanha-de-cajú	19.225	19.544	1,7	19.225	19.544	1,7	0	0
Coco-da-baía	78.689	96.246	22,3	75.800	96.246	27,0	2.889	0
Dendê	41690	nd	-	41690	nd	-	-	-
Guaraná	5.883	5.938	0,9	5.873	5.938	1,1	10	0
Laranja	50.750	48.332	-4,8	50.731	48.332	-4,7	19	0
Mamão	16.938	15.864	-6,3	16.930	15.864	-6,3	8	0
Maracujá	9625	nd	-	9603	nd	-	-	-
Pimenta-do-reino	1096	1.138	3,8	1079	1.138	5,5	17	0
Sisal	204.103	207.274	1,6	191.693	207.274	8,1	12.410	0
Uva	2.732	2.911	6,6	2.732	2.911	6,6	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

(1) A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996.

(2) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2002 (dados sujeitos a retificação).

(3) Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), fevereiro/2004 (safra 2003 - dados sujeitos a retificação).

(4) Equivale à área plantada menos a área colhida.



INDÚSTRIA**Produção Física da Indústria e dos Principais Gêneros****Bahia - 2003**

Em %

Classes e Gêneros	Dez03/Nov03 ¹	Dez03/Dez02	Acumulado no Ano ²	Últimos 12 meses ³
Indústria Geral	-16,0	-11,7	-1,9	-1,9
Indústria Extrativa Mineral	-0,4	6,5	1,5	1,5
Indústria de Transformação	-18,4	-14,3	-2,5	-2,5
Minerais não-metálicos	3,1	9,8	0,4	0,4
Metalurgia	6,5	10,7	6,5	6,5
Mat. Eletr. e de Comunicações	2,8	15,0	-4,9	-4,9
Papel e Papelão	-2,8	-33,6	-7,5	-7,5
Borracha	24,1	80,2	16,6	16,6
Química	-27,3	-18,4	-3,5	-3,5
Perf. Sabões e Velas	5,7	35,5	17,3	17,3
Prod. Matérias Plásticas	14,1	-41,5	-21,6	-21,6
Têxtil	-0,8	-7,5	13,0	13,0
Produtos Alimentares	-3,5	-28,8	-7,5	-7,5
Bebidas	7,8	2,8	-18,8	-18,8

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Variação Mensal do Índice da Indústria de Transformação**Bahia: Dezembro 2002 - Dezembro 2003**

Ano/Mês	No Mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado do ano ⁽³⁾	Acumulado 12 meses ⁽⁴⁾
2002				
Dezembro	7,0	10,3	0,1	0,1
2003				
Janeiro	2,4	-0,9	-0,9	-0,4
Fevereiro	-6,4	-9,8	-5,2	-1,2
Março	-11,3	5,2	-1,7	-0,7
Abril	15,0	9,5	1,1	0,8
Maio	-1,4	21,5	4,7	4,3
Junho	-3,6	6,9	5,1	5,4
Julho	2,2	-9,6	2,6	3,7
Agosto	-0,6	-12,5	0,5	1,0
Setembro	-1,4	9,7	1,5	2,4
Outubro	7,3	-1,1	1,2	2,3
Novembro	-7,4	-24,1	-1,3	-0,2
Dezembro	-18,4	-14,3	-2,5	-2,5

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: 1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal.

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores



ENERGIA**Varição Percentual do Consumo de Energia Elétrica por Classe**

Classe	Dez 03/Nov 03	Dez 03/Dez 02	Acumulado no Ano	Acumulado 12 meses
Rural/Irrigação	11,9	27,2	12,7	12,7
Residencial	2,3	4,0	9,9	9,9
Industrial ⁽¹⁾	2,3	3,1	-1,5	-1,5
Comercial	4,5	8,0	8,1	8,1
Utilidades Públicas ⁽²⁾	-2,7	8,0	8,8	12,7
Setor Público	5,2	11,0	15,1	15,1
Concessionária	6,7	15,3	6,6	6,6
Total	2,8	5,4	3,3	3,3

Fonte: COELBA/CO – CTM

Elaboração: SEI – GEAC

Nota: 1. Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

2. Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração Elétrica

SERVIÇOS**Pesquisa Mensal de Comércio – PMC****Varição no Volume de Vendas no Varejo¹****Bahia - 2003**

Classes e Gêneros	Dez 03/Nov 03	Dez 03/Dez 02	Acumulado Ano ²	Últimos 12 meses ³
Comércio Varejista	39,2	5,4	-5,6	-5,6
Combustíveis e Lubrificantes	7,9	3,6	-4,6	-4,6
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	38,7	4,1	-8,0	-8,0
Hipermercados e Supermercados	4,1	1,4	-10,4	-10,4
Tecidos, Vestuário e Calçados	109,3	-3,3	-8,8	-8,8
Móveis e Eletrodomésticos	72,3	22,4	-1,2	-1,2
Demais Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	39,7	9,1	-0,7	-0,7
Veículos, Motos e Peças	30,3	21,2	12,0	12,0

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Comércio e Serviços.

Nota: 1. Dados deflacionados pelo IPCA.

2. Em relação ao mesmo período do ano anterior.

3. Em relação aos doze meses anteriores



Consultas e Inadimplências Junto ao Serviço de Proteção ao Crédito em Salvador Outubro 2002 – Setembro 2003

%

Período	Consultas			Inadimplências ⁽¹⁾		
	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾	No mês ⁽²⁾	Mensal ⁽³⁾	Acumulado no ano ⁽⁴⁾
2002						
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
2003						
Janeiro	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC e Cálculo SEI

1) Novos Registros

2) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

4) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Total de Cheques Compensados Janeiro 2003 - Janeiro 2004

%

Mês	Quantidade			Valor		
	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾	No mês ⁽¹⁾	Mensal ⁽²⁾	Acumulado no ano ⁽³⁾
2003						
Janeiro	-3,9	-11,6	-11,6	-3,2	-15,3	-15,3
Fevereiro	-12,7	-4,0	-8,2	-10,8	-18,6	-16,9
Março	2,6	-2,7	-6,5	-6,3	-20,9	-18,2
Abril	-3,5	-15,3	-8,7	5,6	-18,5	-18,2
Maio	0,2	-10,0	-9,0	-0,5	-14,6	-17,6
Junho	-0,5	0,5	-7,6	-3,7	-10,7	-16,5
Julho	5,4	-10,8	-8,1	6,0	-20,9	-17,2
Agosto	-8,8	-11,2	-8,4	-7,4	-21,3	-17,7
Setembro	12,1	-2,1	-7,8	15,9	-7,7	-16,6
Outubro	-3,7	-7,4	-7,7	1,2	-15,3	-16,5
Novembro	-9,8	-10,4	-7,9	-16,9	-17,3	-16,6
Dezembro	24,7	-3,2	-7,5	28,9	0,9	-15,1
2004						
Janeiro	-11,0	-10,4	-10,4	-3,2	0,8	0,8

Fonte: Banco Central do Brasil

1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

3) Variação acumulada observada até o mês em relação ao mesmo período do ano anterior.



INDICADORES SOCIAIS

Pesquisa de Emprego e Desemprego Taxas de Desemprego e de Participação Janeiro - 2004

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	26,0	25,6	28,1
Desemprego Aberto	14,9	14,3	17,2
Desemprego Oculto	11,1	11,2	10,9
Participação (PEA/PIA)	62,4	63,3	58,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Pesquisa de Emprego e Desemprego Taxa de Desemprego Aberto e Taxa de Participação Janeiro 1997 – Janeiro 2004

%

Meses	Taxa de Desemprego Aberto		Taxa de Participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 1997	11,0	10,5	59,0	59,5
Janeiro 1998	12,0	11,7	60,2	61,1
Janeiro 1999	13,5	12,9	59,8	60,3
Janeiro 2000	14,4	13,8	60,8	61,6
Janeiro 2001	14,0	13,6	60,4	61,7
2002				
Janeiro	15,8	15,2	62,3	63,5
Fevereiro	15,8	14,9	62,2	63,3
Março	16,2	15,3	62,1	63,2
Abril	17,0	16,1	62,1	63,1
Maio	17,5	16,8	61,6	62,6
Junho	17,2	16,3	61,4	62,5
Julho	16,8	16,1	61,6	62,5
Agosto	16,0	15,2	62,0	62,9
Setembro	16,0	15,1	62,7	63,4
Outubro	16,0	15,0	63,0	63,6
Novembro	16,3	15,3	63,1	63,8
Dezembro	16,0	15,1	62,5	63,0
2003				
Janeiro	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2
Novembro	16,0	15,0	63,5	64,1
Dezembro	15,1	14,6	62,9	63,9
2004				
Janeiro	62,4	63,3	14,9	14,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.



**Estimativa da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos,
Taxas Globais de Participação e Taxas de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 1997 - Janeiro 2004**

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População Total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números Absolutos ¹	Índice ²	Números Absolutos ¹	Índice ²	Números Absolutos ¹	Índice ²	Números Absolutos ¹	Índice ²	Participação (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)	
Janeiro 1997	1.317	100,4	1.048	100,2	269	100,9	915	99,9	59,0	20,4	2.781
Janeiro 1998	1.380	105,2	1.071	102,4	309	116,1	913	99,8	60,2	22,4	2.840
Janeiro 1999	1.409	107,4	1.065	101,8	344	129,1	947	103,5	59,8	24,4	2.900
Janeiro 2000	1.472	112,2	1.080	103,3	392	147,0	949	103,7	60,8	26,6	2.961
Janeiro 2001	1.504	114,6	1.127	107,7	377	141,6	986	107,7	60,4	25,1	3.024
Janeiro 2002	1.593	121,4	1.164	111,3	429	161,1	964	105,4	62,3	26,9	3.087
Fevereiro	1.594	121,5	1.159	110,8	435	163,4	970	105,9	62,2	27,3	3.093
Março	1.595	121,6	1.155	110,4	440	165,3	974	106,4	62,1	27,6	3.098
Abril	1.599	121,9	1.148	109,8	451	169,4	976	106,7	62,1	28,2	3.104
Mai	1.590	121,2	1.139	108,9	451	169,4	991	108,3	61,6	28,4	3.109
Junho	1.588	121,0	1.143	109,3	445	167,1	998	109,1	61,4	28,0	3.114
Julho	1.597	121,7	1.155	110,4	442	166,0	995	108,8	61,6	27,7	3.120
Agosto	1.611	122,8	1.174	112,2	437	164,1	987	107,8	62,0	27,1	3.125
Setembro	1.633	124,5	1.191	113,9	442	166,0	971	106,1	62,7	27,1	3.131
Outubro	1.644	125,3	1.207	115,4	437	164,1	966	105,5	63,0	26,6	3.136
Novembro	1.650	125,8	1.208	115,5	442	166,0	965	105,4	63,1	26,8	3.142
Dezembro	1.638	124,8	1.204	115,1	434	163,0	982	107,3	62,5	26,5	3.147
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Mai	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Novembro	1.706	130,0	1.249	119,4	457	171,	981	107,2	63,5	26,8	3.208
Dezembro	1.694	129,1	1.254	119,9	440	165,3	998	109,1	62,9	26,0	3.213
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Varição Mensal Jan-04/Dez-03		-0,6		-0,6		-0,5		1,7	-0,8	0,0	
Varição no Ano Jan-04/Dez-03		-0,6		-0,6		-0,5		1,7	-0,8	0,0	
Varição Anual Jan-04/Jan-03		2,7		4,0		-0,7		2,8	0,0	-3,3	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

(2) Base: Dezembro 1996 = 100.



Distribuição dos Ocupados por Setor de Atividade Econômica no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador – Bahia
Janeiro 1997 - Janeiro 2004

%

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços Produção ⁽¹⁾	Serviços Pessoais ⁽²⁾	Serviços Domésticos	Outros
Janeiro 1997	8,6	5,5	18,2	29,7	25,5	10,2	2,3
Janeiro 1998	8,0	5,6	17,9	31,5	25,0	10,4	1,5
Janeiro 1999	7,6	5,6	17,7	31,0	25,5	10,2	2,4
Janeiro 2000	8,1	5,1	15,6	32,2	26,6	11,0	1,4
Janeiro 2001	8,4	6,2	16,9	32,7	24,6	10,4	0,8
Janeiro 2002	8,4	5,8	16,5	32,5	25,6	10,4	0,8
Fevereiro	8,2	5,7	16,4	32,7	25,6	10,5	0,9
Março	8,1	5,6	16,5	32,6	26,6	9,9	0,7
Abril	8,1	5,4	16,4	32,4	26,5	10,3	0,9
Maio	7,9	5,1	16,3	32,2	27,6	10,0	0,9
Junho	8,0	4,8	16,1	32,0	27,4	10,9	0,8
Julho	8,1	4,7	15,5	32,8	27,4	10,6	0,9
Agosto	8,6	4,5	15,6	33,3	26,7	10,4	1,0
Setembro	8,6	4,7	16,1	32,9	26,6	9,9	1,2
Outubro	8,6	4,9	16,4	31,7	27,2	10,1	1,1
Novembro	8,5	5,2	16,3	31,2	27,5	10,1	1,2
Dezembro	8,8	5,7	16,5	30,3	27,8	9,7	1,2
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0
Novembro	8,4	4,6	16,2	32,3	27,6	9,9	1,0
Dezembro	8,6	4,9	16,3	32,0	26,9	10,2	1,1
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1

FONTE: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados;

Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão, e Teledifusão;

Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros Serviços de Reparação e Limpeza.

(2) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.



Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação no Trimestre
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 1997 - Janeiro 2004

%

Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador Domésticos	Outros ⁽¹⁾	
	Total	Assalariado Priv. c/Carteira	Assalariado Priv. s/Carteira	Assalariado Público	Total	Autônomo Trab. P/Público	Autônomo Trab. P/Empresa			
Janeiro 1997	54,9	27,5	11,0	16,4	26,3	20,6	5,7	4,0	10,2	4,6
Janeiro 1998	56,2	30,5	10,6	15,0	25,0	20,2	4,9	4,4	10,4	4,0
Janeiro 1999	57,4	32,0	10,9	14,5	24,1	20,4	3,7	4,1	10,2	4,2
Janeiro 2000	58,3	31,6	12,1	14,6	23,8	18,5	5,3	3,8	11,0	3,2
Janeiro 2001	60,8	33,8	12,7	14,2	22,2	17,9	4,3	4,0	10,4	2,6
Janeiro 2002	60,3	34,4	11,7	14,1	22,5	18,5	4,0	4,1	10,4	2,7
Fevereiro	59,8	34,0	11,7	14,1	22,9	18,6	4,3	4,3	10,5	2,5
Março	60,6	34,5	11,6	14,4	22,5	18,4	4,1	4,4	9,9	2,6
Abril	60,3	34,3	12,0	13,9	22,6	18,7	3,9	4,3	10,3	2,5
Maio	60,6	34,5	11,6	14,4	22,7	19,0	3,8	4,2	10,0	2,4
Junho	60,0	33,9	11,8	14,2	22,4	18,5	3,8	4,1	10,9	2,6
Julho	60,0	33,8	11,3	14,7	22,4	18,3	4,1	4,4	10,6	2,6
Agosto	59,4	33,5	11,5	14,4	22,9	18,5	4,5	4,4	10,4	2,9
Setembro	59,4	33,8	11,5	14,0	23,8	19,2	4,6	4,1	9,9	2,7
Outubro	59,6	34,2	11,9	13,4	23,8	19,3	4,5	3,8	10,1	2,7
Novembro	60,1	34,3	11,8	14,0	23,2	19,1	4,1	3,8	10,1	2,7
Dezembro	59,6	33,5	12,3	13,8	23,5	19,4	4,2	4,0	9,7	3,2
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5
Novembro	59,3	34,5	11,3	13,5	24,5	19,9	4,6	3,7	9,9	2,5
Dezembro	59,9	34,7	11,8	13,3	23,9	19,6	4,3	3,5	10,2	2,5
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8

Fonte: PED RMS SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Trabalhadores Familiares e Donos de Negócios Familiares.



Rendimento Real Trimestral dos Ocupados e dos Assalariados no Trabalho Principal ⁽¹⁾
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Dezembro 1997 - Dezembro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Médio Real					
	Ocupados ⁽¹⁾			Assalariados ⁽²⁾		
	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾	Valor Absoluto ⁽³⁾		Índice ⁽⁴⁾
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Dezembro 1997	765	379	96,2	870	476	95,4
Dezembro 1998	754	389	94,7	826	467	90,6
Dezembro 1999	700	362	87,9	796	457	87,2
Dezembro 2000	704	376	88,4	759	438	83,2
Dezembro 2001	704	371	88,5	767	451	84,0
Janeiro 2002	710	366	90	777	439	85
Fevereiro	727	368	92	787	449	87
Março	723	365	91	798	449	88
Abril	723	364	91	795	458	87
Maio	705	360	89	785	435	86
Junho	726	360	92	802	454	88
Julho	722	360	91	815	461	90
Agosto	705	355	89	798	454	88
Setembro	670	351	85	763	445	84
Outubro	653	348	82	732	436	81
Novembro	647	344	82	718	436	79
Dezembro	646	336	81	719	419	79
Janeiro 2003	629	330	79,4	709	411	78,1
Fevereiro	631	323	79,6	711	416	78,2
Março	604	319	76,2	690	405	75,9
Abril	604	316	76,3	676	402	74,4
Maio	595	315	75,1	665	382	73,2
Junho	629	329	79,4	707	406	77,8
Julho	652	330	82,3	739	409	81,3
Agosto	664	339	83,8	750	410	82,5
Setembro	631	340	79,7	717	409	78,9
Outubro	613	331	77,4	705	407	77,6
Novembro	601	331	75,9	703	402	77,4
Dezembro	625	341	78,6	722	420	79,2
Varição Mensal Dez-03/Nov-03	3,6	2,6	3,6	2,3	4,1	2,3
Varição no Ano Dez-03/Dez-02	-3,5	1,1	-3,5	0,1	-0,1	0,1
Varição Anual Dez-03/Dez-02	-3,5	1,1	-3,5	0,1	-0,1	0,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

(3) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Dezembro - 2003.



Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução⁽¹⁾**Região Metropolitana de Salvador - Bahia****Dezembro 1997 - Dezembro 2003****Em Reais**

Períodos	Rendimento Real Médio Trimestral dos Ocupados por Grau de Instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau Completo
Dezembro 1997	232	367	544	982	2.355
Dezembro 1998	240	344	545	916	2.415
Dezembro 1999	250	337	451	850	2.119
Dezembro 2000	261	350	440	838	2.135
Dezembro 2001	241	334	463	823	2.167
Janeiro 2002	227	336	451	821	2.207
Fevereiro	236	347	432	813	2.205
Março	215	337	413	797	2.154
Abril	220	333	419	785	2.192
Maio	212	334	431	767	2.225
Junho	223	338	466	772	2.332
Julho	236	333	459	764	2.288
Agosto	250	325	449	760	2.238
Setembro	251	332	423	738	2.106
Outubro	256	331	411	734	2.030
Novembro	238	324	428	717	2.028
Dezembro	235	314	427	717	2.039
Janeiro 2003	208	300	429	688	2.071
Fevereiro	209	300	403	677	2.112
Março	197	286	386	654	2.041
Abril	207	295	387	650	1.992
Maio	196	301	389	638	1.871
Junho	216	306	405	644	1.951
Julho	227	314	404	667	1.951
Agosto	253	322	396	686	1.983
Setembro	252	327	377	683	1.894
Outubro	248	316	370	675	1.904
Novembro	243	308	382	658	1.845
Dezembro	241	309	405	673	1.916

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Dezembro 2003.



Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Dezembro 1997 - Dezembro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Dezembro 1997	721	1071	599	679	839	355
Dezembro 1998	684	912	554	681	779	378
Dezembro 1999	650	858	493	649	747	384
Dezembro 2000	625	949	481	604	715	366
Dezembro 2001	631	792	512	633	719	360
Janeiro 2002	646	822	554	644	741	358
Fevereiro	663	804	547	680	754	378
Março	675	818	548	695	769	389
Abril	678	864	521	693	770	391
Maio	659	836	506	671	748	391
Junho	675	844	535	675	763	404
Julho	674	820	512	685	760	408
Agosto	660	774	519	668	751	383
Setembro	637	763	476	655	724	374
Outubro	617	745	480	627	705	350
Novembro	602	785	456	605	687	353
Dezembro	603	725	493	614	679	378
Janeiro 2003	588	734	512	586	655	391
Fevereiro	603	732	523	612	665	415
Março	588	800	481	577	663	366
Abril	582	747	456	581	649	373
Maio	567	753	460	551	637	346
Junho	586	820	454	578	659	363
Julho	615	906	461	595	698	364
Agosto	616	875	454	603	698	365
Setembro	596	783	469	589	670	363
Outubro	584	770	472	573	655	361
Novembro	581	758	464	570	653	361
Dezembro	592	841	464	571	667	371

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Dezembro - 2003.



Distribuição do Rendimento Real Trimestral Entre os Ocupados e os Assalariados no Trabalho Principal⁽¹⁾

Região Metropolitana de Salvador - Bahia

Dezembro 1997 - Dezembro 2003

Em Reais

Períodos	Rendimento Real Trimestral									
	Ocupados ⁽²⁾					Assalariados ⁽³⁾				
	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até	10% Ganham até	25% Ganham até	50% Ganham até	75% Ganham até	90% Ganham até
Dezembro 1997	94	189	379	792	1.889	189	268	476	947	1.902
Dezembro 1998	122	202	389	780	1.867	202	280	467	903	1.867
Dezembro 1999	114	197	362	725	1.646	194	271	457	861	1.741
Dezembro 2000	133	203	376	781	1.602	202	268	438	808	1.611
Dezembro 2001	124	226	371	742	1.504	222	283	451	828	1.602
Janeiro 2002	122	221	366	735	1.553	220	271	439	831	1.603
Fevereiro	122	220	368	736	1.589	220	290	449	853	1.609
Março	122	219	365	733	1.584	219	286	449	854	1.702
Abril	121	220	364	732	1.585	220	289	458	851	1.701
Maio	120	240	360	724	1.561	219	277	435	845	1.691
Junho	120	239	360	720	1.674	239	287	454	851	1.794
Julho	119	239	360	717	1.662	239	287	461	864	1.794
Agosto	118	237	355	712	1.641	234	286	454	831	1.781
Setembro	116	233	351	703	1.524	232	287	445	815	1.662
Outubro	116	232	348	696	1.492	229	281	436	803	1.606
Novembro	114	229	344	688	1.393	225	280	436	784	1.509
Dezembro	111	224	336	672	1.376	224	274	419	777	1.491
Janeiro 2003	108	220	330	648	1.321	220	270	411	756	1.431
Fevereiro	108	215	323	647	1.328	215	266	416	756	1.492
Março	106	212	319	634	1.278	212	259	405	730	1.432
Abril	105	211	316	633	1.279	211	253	402	730	1.460
Maio	104	211	315	625	1.267	211	253	382	721	1.372
Junho	104	246	329	627	1.438	246	260	406	771	1.542
Julho	102	246	330	671	1.536	246	268	409	819	1.587
Agosto	102	244	339	695	1.535	244	285	410	818	1.629
Setembro	102	242	340	644	1.511	242	276	409	795	1.535
Outubro	100	241	331	610	1.323	241	276	407	733	1.506
Novembro	100	240	331	604	1.305	240	279	402	753	1.500
Dezembro	100	240	341	652	1.404	240	281	420	800	1.506

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Dezembro - 2003.

(2) Excluídos os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Excluídos os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.



Flutuação Mensal do Emprego Bahia – 2003/2004

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões – Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
2003	26.502	6.877	-3.067	7.486	8.658
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Outubro	4.099	1.388	-132	1.455	2.006
Novembro	4.824	1.213	200	2.057	2.146
Dezembro	-7.891	-2.817	-1.330	-358	-1.172
2004					
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fev03-Jan04	35.580	8.127	-792	8.031	12.952

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.



Flutuação Mensal do Emprego RMS – 2003/2004

Mês/Ano	Saldo Líquido (Admissões - Desligamentos)				
	Total ⁽¹⁾	IT	CC	COM	SERV
2003	5.746	317	-2.845	2.300	5.891
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Outubro	2.135	405	-270	595	1.315
Novembro	3.062	293	191	1.076	1.523
Dezembro	-1.993	-522	-895	-148	-436
2004					
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fev03-Jan04	11.558	1.028	-1.215	2.705	8.963

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

(1) Incluem todos os setores

Nota: Dados Preliminares

Siglas: IT - Indústria de Transformação. CC - Construção Civil. COM - Comércio. SERV - Serviços.

Obs.: O sistema Lei 4.923/65 é custeado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.



FINANÇAS PÚBLICAS

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro – Dezembro/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Nov-Dez/2003 (b)	% (b/a)	Jan a Dez/2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	371.619.714	369.762.516	71.387.281	19,3	384.447.011	104,0	(14.684.495)
Receita Tributária	110.013.569	109.841.944	20.193.030	18,4	115.191.038	104,9	(5.349.094)
Receita de Contribuições	223.407.791	222.068.441	44.471.016	20,0	226.062.896	101,8	(3.994.455)
Receita Patrimonial	10.369.926	10.309.377	1.837.596	17,8	12.506.640	121,3	(2.197.263)
Receita Agropecuária	24.079	24.079	3.378	14,0	20.418	84,8	3.661
Receita Industrial	368.897	361.894	51.162	14,1	345.700	95,5	16.194
Receita de Serviços	16.636.604	16.405.415	3.209.661	19,6	19.829.418	120,9	(3.424.003)
Transferências Correntes	213.624	210.237	64.288	30,6	244.972	116,5	(34.735)
Outras Receitas Correntes	10.585.224	10.541.129	1.557.150	14,8	10.245.929	97,2	295.200
Receitas de Capital	142.281.544	142.234.930	25.788.370	18,1	143.805.111	101,1	(1.570.181)
Operações de Crédito ⁽¹⁾	109.307.267	106.960.045	17.710.226	16,6	80.612.370	75,4	26.347.675
Alienação de Bens	3.769.642	3.724.712	31.136	0,8	2.116.165	56,8	1.608.547
Amortizações de Empréstimos	11.165.929	11.039.073	1.858.601	16,8	13.011.863	117,9	(1.972.790)
Transferências de Capital	65.991	65.991	6.591	10,0	41.117	62,3	24.874
Outras Receitas de Capital	17.972.715	20.445.109	6.181.816	30,2	48.023.596	234,9	(27.578.487)
Subtotal das Receitas (I)	513.901.258	511.997.446	97.175.650	19,0	528.252.122	103,2	(16.254.676)
Déficit (II)	—	—	—	—	—	—	—
Total (I+II)	513.901.258	511.997.446	97.175.650	19,0	528.252.122	103,2	(16.254.676)

Fonte: SIAFI – STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.

Demonstrativo das Despesas da União Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro – Dezembro/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Liquidadas				Saldo (a-c)
			Nov-Dez/2003 (b)	% (b/a)	Jan a Dez/2003 (c)	% (c/a)	
Despesas Correntes	394.662.740	418.450.705	95.434.969	22,8	383.919.189	91,7	34.531.516
Pessoal e Encargos Sociais	77.046.186	79.301.109	17.482.195	22,0	78.974.750	99,6	326.359
Juros e Encargos da Dívida	93.644.106	93.696.798	16.279.419	17,4	65.706.834	70,1	27.989.964
Outras Despesas Correntes	223.972.448	245.452.798	61.673.355	25,1	239.237.605	97,5	6.215.193
Transf. a Estados, DF e Municípios	75.974.663	80.927.743	17.545.036	21,7	80.194.757	99,1	732.986
Benefícios Previdenciários ⁽²⁾	97.354.939	108.477.548	28.571.214	26,3	108.477.471	100,0	77
Demais Despesas Correntes	50.642.846	56.047.507	15.557.105	27,8	50.565.377	90,2	5.482.130
Despesas de Capital	81.476.101	128.384.698	48.461.678	37,7	109.443.736	85,2	18.940.962
Investimentos	14.180.170	13.949.638	5.272.927	37,8	6.452.131	46,3	7.497.507
Inversões Financeiras	24.376.291	27.974.912	13.128.228	46,9	23.440.687	83,8	4.534.225
Amortização da Dívida ⁽¹⁾	42.919.640	86.460.148	30.060.523	34,8	79.550.918	92,0	6.909.230
Reserva de Contingência	20.521.773	13.737.208	—	—	—	—	13.737.208
Subtotal das Despesas (I)	496.660.614	560.572.611	143.896.647	25,7	493.362.925	88,0	67.209.686
Superávit (II)	—	—	—	—	34.889.197	—	—
Total (I+II)	496.660.614	560.572.611	143.896.647	25,7	528.252.122	94,2	67.209.686

Fonte: SIAFI – STN/CCONT/GEINC

⁽¹⁾ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública.⁽²⁾ Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários.

Balanco Orçamentário – Receita
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Dezembro/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a-c)
			Bim. Nov/Dez (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	9.919.493	10.647.607	1.993.039	18,72	10.385.147	97,54	262.461
Receita Tributária	5.895.690	6.249.828	1.069.799	17,12	6.263.074	100,21	(13.245)
Impostos	5.724.753	6.049.528	1.040.858	17,21	6.079.685	100,50	(30.157)
Taxas	170.937	200.300	28.941	14,45	183.389	91,56	16.911
Receita de Contribuições	965.364	1.039.142	226.040	21,75	1.087.971	104,70	(48.829)
Contribuições Sociais	865.364	894.212	204.102	22,82	942.757	105,43	(48.544)
Contribuições Econômicas	100.000	144.930	21.939	15,14	145.214	100,20	(284)
Receita Patrimonial	194.445	234.632	37.008	15,77	194.728	82,99	39.905
Receitas Imobiliárias	26.348	28.854	655	2,27	2.802	9,71	26.052
Receitas de Valores Mobiliários	40.000	58.525	1.120	1,91	4.711	8,05	53.814
Receitas de Concessões e Permissões	2.431	2.989	595	19,91	2.940	98,36	49
Outras Receitas Patrimoniais	125.666	144.265	34.637	24,01	184.275	127,73	(40.010)
Receita Agropecuária	1.698	1.698	6	0,35	13	0,77	1.685
Receita da Produção Vegetal	47	47	6	12,77	13	27,66	34
Receita da Produção Animal e Derivados	751	751	—	—	—	—	751
Outras Receitas Agropecuárias	900	900	—	—	—	—	900
Receita Industrial	90	90	—	—	—	—	90
Receita da Indústria de Transformação	90	90	—	—	—	—	90
Receita de Serviços	264.987	347.404	22.528	6,48	142.670	41,07	204.734
Receita de Serviços	264.987	347.404	22.528	6,48	142.670	41,07	204.734
Transferências Correntes	2.934.611	2.873.904	624.202	21,72	3.081.922	107,24	(208.019)
Transferências Intragovernamentais	—	300	—	—	—	—	300
Transferências Intergovernamentais	2.709.538	2.644.443	602.437	22,78	3.021.076	114,24	(376.633)
Transferências de Instituições Privadas	507	607	0	0,08	37	6,10	570
Transferências do Exterior	492	1.120	191	17,05	415	37,05	704
Transferências de Convênios	224.074	227.434	21.574	9,49	60.394	26,55	167.041
Outras Receitas Correntes	578.905	817.206	181.841	22,25	584.639	71,54	232.567
Multas e Juros de Mora	100.644	116.994	12.535	10,71	89.489	76,49	27.505
Indenizações e Restituições	51.711	51.712	1.602	3,10	6.868	13,28	44.844
Receita da Dívida Ativa	6.196	6.196	31.134	502,49	36.098	582,60	(29.902)
Receitas Correntes Diversas	420.354	642.304	136.571	21,26	452.184	70,40	190.120
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(916.297)	(916.297)	(168.384)	18,38	(969.869)	105,85	53.572
Receitas de Capital	1.009.629	1.280.765	134.253	10,48	528.770	41,29	751.996
Operações de Crédito	606.885	597.409	117.366	19,65	420.429	70,38	176.980
Operações de Crédito Internas	195.178	146.698	26.784	18,26	79.231	54,01	67.467
Operações de Crédito Internas	195.178	146.698	26.784	18,26	79.231	54,01	67.467
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—
Outras Operações de Crédito Internas	—	—	—	—	—	—	—
Operações de Crédito Externas	411.707	450.711	90.582	20,10	341.198	75,70	109.513
Alienação de Bens	140.477	142.446	1.807	1,27	4.846	3,40	137.600
Alienação de Bens Móveis	139.697	139.788	—	—	1.253	0,90	138.535
Alienação de Bens Imóveis	780	2.657	1.807	68,01	3.593	135,23	(936)
Amortização de Empréstimos	3.000	3.000	1.164	38,80	2.619	87,30	381
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	3.000	1.164	38,80	2.619	87,30	381
Transferências de Capital	259.252	496.968	13.916	2,80	100.670	20,26	396.299
Transferências Intragovernamentais	—	6.000	—	—	—	—	6.000
Transferências Intergovernamentais	20.650	249.169	1.305	0,52	58.462	23,46	190.707
Transferências de Instituições Privadas	98	98	—	—	—	—	98
Transferências do Exterior	421	676	132	19,53	132	19,53	544
Transferências de Convênios	238.083	241.025	12.478	5,18	42.076	17,46	198.949
Outras Receitas de Capital	15	40.942	—	—	206	0,50	40.736
Outras Receitas	15	40.942	—	—	206	0,50	40.736
Subtotal das Receitas (I)	10.929.122	11.928.373	2.127.292	17,83	10.913.916	91,50	1.014.457
Saldos de Exercícios Anteriores (II)					241.378		
Subtotal (III)=(I+II)	10.929.122	11.928.373	2.127.292		11.155.294		1.014.456
Déficit (IV)							
Total (III+IV)	10.929.122	11.928.373	2.127.292		11.155.294		1.014.456

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balço Orçamentário – Despesa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Bahia: Janeiro-Outubro/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo
				Bim. Nov/Dez	No Exercício	Bim. Nov/Dez	No Exercício	
Despesas Correntes	8.835.108	836.529	9.671.637	2.232.945	9.305.827	2.336.403	9.304.051	367.586
Pessoal e Encargos	4.569.112	345.033	4.914.145	1.220.467	4.887.644	1.226.277	4.887.557	26.588
Juros e Encargos da Dívida	576.873	47.472	624.345	118.795	624.281	118.925	624.281	64
Outras Despesas Correntes	3.689.123	444.023	4.133.147	893.683	3.793.902	991.201	3.792.213	340.934
Despesas de Capital	2.075.434	181.301	2.256.735	413.131	1.873.109	438.055	1.870.430	386.305
Investimentos	1.125.505	114.379	1.239.884	265.357	863.730	290.280	861.051	378.833
Inversões Financeiras	340.218	(51.189)	289.029	53.788	281.557	53.788	281.557	7.472
Amortizações da Dívida	609.711	118.111	727.822	93.987	727.822	93.987	727.822	—
Refinanciamento	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Amortizações	609.711	118.111	727.822	93.987	727.822	93.987	727.822	—
Outras Despesas de Capital	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de Contingência	18.579	(18.579)	—	—	—	—	—	—
Subtotal das Despesas (I)	10.929.122	999.251	11.928.373	2.646.077	11.178.936	2.774.458	11.174.482	753.891
Superávit (II)	—	—	—	—	—	—	(19.188)	—
Total (I+II)	10.929.122	999.251	11.928.373	2.646.077	11.178.936	2.774.458	11.155.294	753.891

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal
Bahia: Janeiro de 2002 a Dezembro de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	383.824	491.240	19.479	45.269	403.303	536.509
Fevereiro	385.309	494.620	28.393	37.624	413.701	532.244
Março	337.899	442.068	28.379	40.292	366.278	482.360
Abril	367.373	483.606	37.105	35.434	404.478	519.040
Maio	404.853	447.830	39.646	47.985	444.499	495.815
Junho	385.374	454.843	37.870	47.430	423.244	502.273
Julho	383.472	463.914	41.896	57.400	425.369	521.314
Agosto	422.288	465.528	43.420	55.112	465.708	520.640
Setembro	451.985	491.119	39.479	63.031	491.464	554.150
Outubro	464.967	497.479	28.897	31.450	493.863	528.929
Novembro	493.509	488.485	23.570	36.125	517.079	524.609
Dezembro	469.677	491.635	64.450	53.554	534.127	545.190
Total	4.950.531	5.712.367	432.583	432.583	5.383.114	6.263.074

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI.



Arrecadação mensal da receita tributária⁽¹⁾

Bahia: janeiro de 2002 a dezembro de 2003

(R\$ 1.000)

M ê s	I C M S		Outras		Total	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Janeiro	521.454	517.676	26.464	47.706	547.918	565.381
Fevereiro	522.516	513.065	38.503	39.027	561.020	552.092
Março	457.707	451.078	38.441	41.113	496.148	492.191
Abril	494.179	491.441	49.913	36.009	544.091	527.450
Mai	538.638	458.145	33.364	49.090	572.002	507.235
Junho	503.975	468.587	49.525	48.863	553.500	517.450
Julho	491.414	478.887	53.689	59.252	545.103	538.139
Agosto	528.657	477.583	54.357	56.539	583.014	534.122
Setembro	551.261	498.614	48.150	63.993	599.411	562.607
Outubro	544.166	502.871	33.818	31.791	577.984	534.662
Novembro	545.714	491.425	26.063	36.342	571.777	527.767
Dezembro	505.715	491.635	69.395	53.554	575.110	545.190
Total	6.205.395	5.841.007	521.682	563.280	6.727.076	6.404.287

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI.

⁽¹⁾ Valores atualizados a preços de dezembro/03 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para os Estados

Bahia: Janeiro de 2002 a Dezembro de 2003

(R\$ 1.000)

Ano e Mês	Receitas									
	FPE ¹		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO ²		Outras ³		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2002										
Janeiro	146.358	146.358	8.065	8.065	19.208	19.208	8.363	8.363	181.994	181.994
Fevereiro	170.998	317.356	7.552	15.617	29.224	48.433	7.804	16.167	215.579	397.572
Março	130.862	448.217	6.661	22.278	20.689	69.121	7.804	23.971	166.015	563.588
Abril	136.675	584.892	8.327	30.605	21.506	90.627	7.804	31.776	174.312	737.900
Mai	156.645	741.538	7.828	38.433	23.931	114.558	7.804	39.580	196.209	934.109
Junho	110.282	851.820	7.299	45.732	18.196	132.754	7.804	47.385	143.582	1.077.691
Julho	120.585	972.405	7.518	53.250	26.572	159.327	7.804	55.189	162.480	1.240.171
Agosto	114.179	1.086.584	7.713	60.963	18.701	178.027	7.804	62.993	148.397	1.388.568
Setembro	126.053	1.212.637	7.736	68.699	20.163	198.190	7.804	70.798	161.756	1.550.324
Outubro	166.104	1.378.741	8.112	76.811	25.112	223.303	7.804	78.602	207.133	1.757.457
Novembro	145.693	1.524.435	8.192	85.003	22.607	245.909	7.804	86.406	184.296	1.941.753
Dezembro	142.697	1.667.132	8.370	93.372	32.892	278.801	7.804	94.211	191.763	2.133.516
2003										
Janeiro	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	22.358	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	45.655	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	65.136	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	83.849	6.301	52.807	167.488	760.967
Mai	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	108.861	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	127.294	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	147.123	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	19.997	167.119	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	17.690	184.809	6.301	84.312	156.821	1.631.400
Outubro	131.300	1.435.561	6.984	65.002	16.311	201.120	6.301	90.613	160.896	1.792.296
Novembro	146.264	1.581.825	7.147	72.148	21.987	223.107	6.301	96.914	181.699	1.973.995
Dezembro	152.498	1.734.323	7.688	79.836	26.691	249.798	6.301	103.215	193.178	2.167.173

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

⁽¹⁾ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação – LC 87/96 – MP 1579⁽²⁾ Deduzidos 15% para o FUNDEF⁽³⁾ Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC 87/96 e complementação

Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Dezembro/2003

(R\$ 1.000)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (b-c)
			Nov-Dez/ 2003 (b)	% (b/a)	Jan-Dez/ 2003 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.215.028	1.233.670	186.841	15,1	1.117.736	90,6	115.934
Receita Tributária	484.550	485.017	65.758	13,6	421.548	86,9	63.469
Impostos	394.500	394.500	59.860	15,2	358.531	90,9	35.969
Taxas	90.050	90.517	5.688	6,3	62.267	68,8	28.250
Contribuição de Melhoria	—	—	—	—	—	—	—
Outras Receitas Tributárias	—	—	210	—	750	—	(750)
Receita de Contribuições	21.850	34.490	16.706	48,4	58.237	168,9	(23.747)
Contribuições Sociais	21.850	34.490	7.461	21,6	33.819	98,1	671
Contribuições Econômicas	—	—	9.245	—	24.418	—	(24.418)
Receita Patrimonial	61.571	61.756	3.438	5,6	39.487	63,9	22.269
Receitas Imobiliárias	2.310	2.310	218	9,4	2.046	88,6	264
Receitas de Valores Mobiliários	18.350	18.350	2.838	15,5	33.977	185,2	(15.627)
Receitas de Concessões e Permissões	38.911	39.096	380	1,0	3.419	8,7	35.677
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	2	0,1	45	2,3	1.955
Receita Agropecuária	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Produção Vegetal	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Produção Animal e Derivados	—	—	—	—	—	—	—
Outras Receitas Agropecuárias	—	—	—	—	—	—	—
Receita Industrial	—	—	160	—	434	—	(434)
Receita da Indústria Extrativa Mineral	—	—	—	—	—	—	—
Receita da Indústria de Transformação	—	—	160	—	434	—	(434)
Receita da Indústria de Construção	—	—	—	—	—	—	—
Receita de Serviços	29.222	33.222	4.965	14,9	21.241	63,9	11.981
Receita de Serviços	29.222	33.222	4.965	14,9	21.241	63,9	11.981
Transferências Correntes	553.777	555.127	84.829	15,3	510.913	92,0	44.214
Transf. Intergovernamentais	491.510	491.581	83.802	17,0	500.838	101,9	(9.257)
Transf. de Instituições Privadas	—	—	—	—	67	—	(67)
Transferências do Exterior	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Pessoas	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Convênios	62.267	63.546	1.027	1,6	10.008	15,7	53.538
Outras Receitas Correntes	64.058	64.058	10.985	17,1	65.876	102,8	(1.818)
Multas e Juros de Mora	22.500	22.500	4.561	20,3	32.720	145,4	(10.220)
Indenizações e Restituições	4.000	4.000	2.338	58,5	8.409	210,2	(4.409)
Receita da Dívida Ativa	29.000	29.000	2.916	10,1	21.726	74,9	7.274
Receitas Correntes Diversas	8.558	8.558	1.170	13,7	3.021	35,3	5.537
Receitas de Capital	72.321	123.058	16.294	13,2	61.239	49,8	61.819
Operações de Crédito	14.000	44.000	460	1,0	916	—	43.084
Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	460	1,0	916	—	43.084
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—
Outras Operações de Crédito Internas	14.000	44.000	460	1,0	916	—	43.084
Operações de Crédito Externas	—	—	—	—	—	—	—
Alienação de Bens	2.300	2.300	23	1,0	23	1,0	2.277
Alienação de Bens Móveis	2.300	2.300	23	1,0	23	1,0	2.277
Alienação de Bens Imóveis	—	—	—	—	—	—	—
Amortizações de Empréstimos	—	—	—	—	—	—	—
Amortizações de Empréstimos	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Capital	55.899	76.636	15.811	20,6	60.300	78,7	16.336
Transf. Intergovernamentais	3.950	3.950	—	—	—	—	3.950
Transf. de Instituições Privadas	—	—	—	—	—	—	—
Transferências do Exterior	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Pessoas	—	—	—	—	—	—	—
Transferências de Convênios	51.949	72.686	15.811	21,8	60.300	83,0	12.386
Outras Receitas de Capital	122	122	—	—	—	—	122
Integralização do Capital Social	—	—	—	—	—	—	—
Remuneração das Disponibilidades	—	—	—	—	—	—	—
Receitas de Capital Diversas	122	122	—	—	—	—	122
Subtotal das Receitas (I)	1.287.349	1.356.728	203.135	15,0	1.178.975	86,9	177.753
Saldos de exercícios Anteriores (II)					90.780		
Subtotal (III) = (I+II)	1.287.349	1.356.728	203.135	15,0	1.269.755		
Déficit (IV)					14.509		
Total (III+IV)	1.287.349	1.356.728	203.135	15,0	1.284.264		

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.



Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Município do Salvador
Período de Referência: Janeiro-Dezembro/2003

(R\$ 1.000)

Despesas	Dotação Inicial (a)	Alterações Orçamentárias			Dotação Atualizada (c) = (a+b)	Despesas					Saldo (c-g)
		Suplemen- tações (I)	Anula- ções (II)	Total (b) = (I - II)		Empenhadas		Liquidadas			
						Nov-Dez/ 2003 (d)	Jan-Dez/ 2003 (e)	Nov-Dez/ 2003 (f)	Jan-Dez/ 2003 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.070.363	345.101	259.210	85.891	1.156.254	157.675	1.097.160	228.663	1.087.018	94,0	69.236
Pessoal e Encargos Sociais	404.810	75.603	36.344	39.259	444.069	75.733	433.764	99.597	433.668	97,7	10.401
Juros e Encargos da Dívida Interna	64.000	4.231	—	4.231	68.231	5.483	67.486	11.237	67.486	98,9	745
Outras Despesas Correntes	601.553	265.267	222.866	42.401	643.954	76.459	595.910	117.829	585.864	91,0	58.090
Despesas de Capital	207.986	146.165	86.905	59.260	267.246	24.601	199.640	43.022	197.246	73,8	70.000
Investimentos	151.976	141.165	81.139	60.026	212.002	26.355	149.437	35.432	147.043	69,4	64.959
Inversões Financeiras	5.010	5.000	1.535	3.465	8.475	(408)	5.864	196	5.864	69,2	2.611
Amortização da Dívida	51.000	—	4.231	(4.231)	46.769	(1.346)	44.339	7.394	44.339	94,8	2.430
Amortização da Dívida p/Contrato	51.000	—	4.231	(4.231)	46.769	(1.346)	44.339	7.394	44.339	94,8	2.430
Refinanciamento	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Refinanciamento de Outras Dívidas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras Amortizações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de Contingência	9.000	—	—	—	9.000	—	—	—	—	—	9.000
Subtotal das Despesas (I)	1.287.349	491.266	346.115	145.151	1.432.500	182.276	1.296.800	271.685	1.284.264	89,7	148.236
Superávit (II)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total (I+II)	1.287.349	491.266	346.115	145.151	1.432.500	182.276	1.296.800	271.685	1.284.264	89,7	148.236

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS.